DIVISÃO DO IMPÔSTO DE RENDA

# RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1951

# INDICE

3 7/5

[illegible] de [illegible] de 1962

*Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado [illegible]*

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência [illegible] relatório das atividades da Divisão do Imposto de Renda [illegible] o exercício de 1961.

Como Vossa Excelência terá oportunidade de verificar pelos quadros numéricos e gráficos anexados é impressionante o progresso do Imposto de Renda no último exercício para o qual muito concorreu o desenvolvimento econômico do país, não devendo de ser, entretanto, menos ponderáveis para os resultados alcançados a instituição de serviços especializados em todos os [illegible] do lançamento e controle do tributo, a por de orientações de [illegible] programas ao contribuintes no conhecimento e solução de seus [illegible].

Outrossim, encontrará Vossa Excelência no relatório [illegible] observações relativas à Imposta de Renda no Brasil [illegible] da civilização que servirão para análise de nossos [illegible] dos problemas que lhe são peculiares, de modo a se [illegible] adaptabilidade através a simplificação das respectivas [illegible] não só as condições do nosso meio [illegible] sáveis do erário que está a exigir a disposição [illegible] econômico e social.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência [illegible] pedidos de alto apreço e distinta consideração.

[illegible]

# I — IMPÔSTO DE RENDA

## I — INTRODUÇÃO

O Imposto de Renda foi instituído, no Brasil, como medida de ordem geral, no ano de 1923, com a Lei Orçamentária n. 4.625, de 31 de dezembro daquêle ano. Entretanto, sua efetiva adoção sòmente foi possível a partir de 1927 quando, pela primeira vez, foram organizados os serviços de arrecadação, em todo o território nacional.

Apesar de contar com poucos anos de existência, o Impôsto de Renda evoluiu, surpreendentemente, e de tal forma se processou a sua adaptação à economia do país, por fôrça de sua produtividade financeira, que já aparece, nos dias de hoje, em nossa Lei de Meios, na vanguarda dos tributos que concorrem de modo preponderante e decisivo para a formação da receita pública.

Isto se deve, em grande parte, aos novos leis e regulamentos que, acompanhando o desenvolvimento do tributo, foram surgindo, continuadamente, objetivando o aperfeiçoamento do organismo fiscal, a melhoria da técnica de imposição e a ampliação do campo de tributação.

Assim, enquanto os tributos em geral são singulares quanto às fontes, recaindo unicamente sobre o consumo, as vendas, importação, exportação, bens imóveis urbanos e rurais ou exercício de atividade profissional, comercial ou industrial, sem indagar, para efeito de arrecadação, do desenvolvimento ou prosperidade econômica dos contribuintes, o Imposto de Renda, por sua vez, em razão de sua complexidade e da justiça fiscal que representa, incide, sem exceção, sobre os resultados ou rendimentos auferidos das aludidas fontes, reduzindo, como imposto pessoal e direto, os efeitos anti-sociais dos demais tributos.

O Imposto de Renda na pessoa física, incide sôbre os juros da dívida pública federal, estadual e municipal, como sôbre os juros de depósitos e empréstimos particulares, de outra forma consequente, para o mesmo fim, os salários dos empregados como as remunerações do profissional liberal, a locação de imóveis e o lucro em operações de venda de propriedades de qualquer natureza, estabelecendo o regime de retenção na fonte. Atinge ainda o lucro das firmas e sociedades com fins comerciais ou não, mediante balanço ou movimento fonte de suas operações e as apurações relativas às propriedades rurais e, finalmente, sub-locação de imóveis e outros rendimentos não classificados acima.

Esse tributo, no regime especial de retenção na fonte, pondera o rendimento, resulta da percepção de dividendos de ações ao portador, de juros de debêntures ou de outros títulos impessoais, inclusive de loteria e de sorteios em geral; outrossim, resulta loteria, os lucros pessoais pelas empresas estrangeiras com filiais, sucursais ou representantes no País, salvo nos casos em que se processe o investimento industrial, ensejando a isenção correspondente, pelos lucros de taxa em a aplicação exclusivamente de capitais estrangeiros.

As pessoas jurídicas, que se pagam pela renda, calculada das pessoas físicas, no que se refere à taxa proporcional, com exceções vantajosas para a sociedade cooperativa, consistindo em o Fisco a verificação dos balanços de ativo e passivo, bem como as suas demonstrações de lucros e perdas, ornados de contabilidade e de arrecadação dos encargos. Em virtude dessas pessoas jurídicas sustentarem o pedestal econômico das finanças

individuais e das sociedades de pessoas e de capital, que deram lucros líquidos superiores a 25 bilhões de cruzeiros, contribuintes que, efetivamente, traduzem elas a viga mestra da arrecadação do Imposto de Renda, não só quanto aos expressivos resultados que oferecem a tributação proporcional, senão também quanto às não menos expressivas importâncias que são, por meio da taxação progressiva e da retenção na fonte, canalizadas para o erário.

Será verdade que o Estado não deve prescindir de um número não pequeno de impostos instituídos, em bases [illegible], que lhe dão substancial receita para ocorrer aos seus elevados e crescentes encargos, certo é, todavia, que o Imposto de Renda, além de significar a base sólida do orçamento, como verdadeiro barômetro da economia nacional, que oscila em suas mutações, face ao progresso e às depressões econômicas, representa, ainda, em sua moderníssima tributária, ao conciliar a necessidade pública com a real capacidade de contribuir do cidadão, a única e verdadeira justiça fiscal.

A receita pública deve ser, pois, um resultado natural da expressão econômica dos contribuintes, sem esgotar a riqueza particular ou impedir o seu desenvolvimento. O excesso na tributação dos bens econômicos é, sem dúvida, o desajustamento das fontes de produção e o entravamento financeiro do Estado. Daí a necessidade da eficiência dos órgãos fiscais, através o seu aparelhamento adequado e a adoção de métodos racionais e modernos de trabalho, objetivando a facilidade de pagamento do tributo pelos contribuintes honestos e o combate, sem tréguas, aos sonegadores que tentarem evitar essa obrigação, que não é só tributária, é também dever cívico irrecusável.

Vai nesse, pois, o âmbito de ação da Divisão do Imposto de Renda, abrangendo em todo o território nacional e através dos seus subordinados que são as Delegacias Regionais, Seccionais e Inspetorias, bases das Unidades Administrativas, [illegible] o capital e [illegible] aos [illegible] elementos de [illegible]. Tal [illegible] heristica outorga-lhe posição de justo realce dentre os órgãos diretores que integram o Ministério da Fazenda, apresentando-a, sem sombra de dúvida, como uma das repartições públicas de maior importância e relêvo em nosso país, impondo-lhe, por isso mesmo, inegável soma de responsabilidades e deveres.

A multiplicidade dos serviços exigira, sempre, do servidor, atenção constante, capacidade de direção, assiduidade e seguro critério na apreciação dos casos que surgem a cada momento. Por outro lado, a sua administração precisa estar alerta não só aos fatos que se desenvolvem sob as suas vistas imediatas como aos que ocorrem nas mais longínquas regiões do território nacional, não podendo, pois, prescindir da colaboração e contato permanente dos Delegados Regionais, Seccionais e Inspetores nos Estados, os quais, por sua vez, receberão dos órgãos municipais, das autoridades locais e dos próprios contribuintes, as informações, queixas e sugestões, que bem examinadas e devidamente atendidas, venham propiciar a melhoria dos serviços de fiscalização e de contrôle da arrecadação.

O Impôsto de Renda deu um grande passo à frente. Até então, não obstante os esforços dispendidos, o nível atingido pela arrecadação do tributo não representava, absolutamente, o que seria de esperar-se, pôsto que se ressentia o organismo arrecadador da solução inadiável de problemas da maior importância e do corrigimento de falhas de caráter grave.

Achavam-se os serviços da Divisão do Impôsto de Renda em estado caótico, imperando o desacêrto e a inércia, brandindo-se imperioso levantar o moral dos ótimos servidores que são os integrantes dos seus quadros. Atravessava-se fase difícil, sem realizações que possibilitassem o seu seguimento, não causando surprêsa, dessa forma, os inúmeros atentados cometidos contra a Fazenda Nacional por aqueles que não se julgavam obrigados a cumprir seus deveres para com o Fisco, por não temerem a fiscalização, nem acreditarem na severidade das leis fiscais.

Em consequência, observava-se o decréscimo da arrecadação em algumas regiões ou agrupamento, que seria dizer, inferior ao vegetativo, da receita arrecadada nos últimos anos. E, por isso, se impunham constantes aumentos de taxas, em prejuízo dos contribuintes honestos e para locupletamento dos impunes sonegadores.

O programa de trabalho levado a efeito em princípio de 1961 e que proporcionou um aumento da arrecadação do Imposto de Renda jamais obtido em qualquer tributo em toda nossa história financeira, foi alicerçado, primeiramente, no limitado aproveitamento de todas as possibilidades humanas e materiais de que se dispunha, no momento, e na autorização rápida dada pelas autoridades competentes, relativamente à mecanização dos serviços de preparo do lançamento e da cobrança do tributo a fim de

[illegible]

Tornou-se evidente, entretanto, que [illegible] com campanha [illegible] aproveitamento [illegible] e [illegible] ciar a dedicação dos funcionários da Divisão do Imposto de Renda, e impossível não se [illegible] a possibilidade. Consequência senão também suspeita, [illegible] bases reais e sólidas e definitivas.

As perspectivas [illegible] as mais promissoras, desde que sejam fornecidos [illegible] Divisão do Imposto de Renda os meios de que carece e são [illegible] a [illegible] a [illegible] e regularidade, os [illegible] objetivos

★ ★ ★

# II — DEFINIÇÃO DE FINALIDADES E OBJETIVOS TRIBUTÁRIOS

## SITUAÇÃO DO TRIBUTO

O Imposto de Renda é um tributo direto, podendo ser considerado, consequentemente, como fator de ajustamento social, pois canaliza para os cofres públicos, os excessos de rendimentos das classes economicamente mais aquinhoadas. O imposto de caráter pessoal, em nossa época já encontra sólidos argumentos e bases firmes não somente na concepção da faculdade contributiva do cidadão, como no próprio teor da vida moderna.

A personalização do imposto encontra sua razão de ser até nos fatores históricos da evolução dos povos e, desde os fins do século passado, vem se demonstrando como a forma impositiva mais indicada e consentânea com os nossos tempos. É quando aparece a teoria da capacidade contributiva, que é o conceito moral do tributo, fundamentado no interêsse social. Daí focalizar-se mais subjetivo de modo a atingir o indivíduo não só em proporção como em progressão ao seu poder contributivo.

A orientação hodierna das finanças públicas se faz através da distribuição fiscal mais equitativa entre os cidadãos, na maior justiça da repartição tributária entre as diversas camadas sociais.

Destarte o Imposto de Renda, hoje, não tem somente objetivos financeiros, mas, também, finalidades econômicas, sociais e políticas. Quer isto dizer, em outros termos, que dos tributos, o Imposto de Renda é o mais importante e o mais adequado à época em que vivemos.

Social e financeiramente, essa feição [illegible] revela-se pelos recursos proporcionados ao Tesouro, permitindo ao Governo [illegible] seu programa de levantamento econômico e educacional da população e para o dia em que não será [illegible] deixarem de contribuir, com [illegible] parcela, aqueles que percebem rendas reais e [illegible].

Tendo em vista a padronização dada por lei devem os relatórios das repartições públicas conter, dentro [illegible] os [illegible] os [illegible] desenvolvidos.

Na verdade, para a [illegible] como [illegible] dos [illegible] tem [illegible] idade e atualidade nos assuntos de vista dos autores [illegible] documentos, [illegible] que [illegible] as [illegible] [illegible] superiores [illegible] [illegible] administração do país [illegible] [illegible] objetivo final os interêsses [illegible].

O Exmo. Sr. Ministro [illegible] gestão administrativa [illegible] oportunidade de [illegible] problemas e [illegible] dos [illegible] [illegible] [illegible]

fim de aparelhá-las à altura da importância dos seus serviços. Para tanto, todavia cumpria fazer constar da proposta orçamentária para 1953, as indispensáveis verbas, como aliás foi providenciado.

O levantamento cadastral de tôdas as atividades, num total de mais de 20 milhões de fichas, que consignam rendimentos, era imperioso e merecera especial atenção da direção da Divisão do Impôsto de Renda.

De outro lado, a fiscalização vem sendo exercida em progressão geométrica, com o duplo sentido *de educar, prevenir e reprimir*.

Finalmente, a mecanização, intensiva e extensiva, dos serviços do Impôsto de Renda, desde os de preparo do lançamento, arrecadação e cadastro até os de contrôle e fiscalização, foi, com urgência, providenciada, sendo, em menos de três meses, planejada e implantada nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, com o melhor aproveitamento. Máquinas especializadas e de grande produção, passaram a realizar então, com vantagens expressivas, trabalho antes feito, com atrazo e imperfeição, por mais de 300 funcionários de alta categoria.

Em 1952, a mecanização estará, igualmente, implantada nos Estados do Paraná, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Ceará, alem do ser a existente no Distrito Federal aperfeiçoada em sua rotina e funcionamento. Assim, mais de 80% dos serviços de Impôsto de Renda, em todo o Brasil, passarão de que foi, desde manual e caído em desuso há mais de 20 anos para outro racional, produtivo e de baixo custo.

E, axiomático, em economia, não dever o bom administrador evitar o investimento de capital em bens de reprodução. No Impôsto de Renda, então, qualquer aplicação de capital será largamente remunerada, haja vista a insignificância da despesa global frente à arrecadação que não representa nem 1% desta.

A lenitência e para a redução do custo dos serviços e o aumento da arrecadação, tal seja o *quantum* inteligentemente aplicado na Divisão do Impôsto de Renda.

## 2 — SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As dotações orçamentárias para o ano de 1951 se apresentaram insuficientes. Elas se basearam nas necessidades de uma repartição em estado de restrita realização, como era a sua situação até 1950, e não no estado dinâmico, consequência lógica da importância do tributo frente à massa de trabalhos a executar e ao âmbito de ação, como foi demonstrado em 1951. A falta de meios gerou o sacrifício pessoal dos servidores, abnegando-lhes até a sua própria economia.

Para 1952 já a situação será outra, embora precária, visto que o desenvolvimento dos trabalhos estava a exigir cada vez mais, meios suficientes de realização, tanto para o reaparelhamento geral da Divisão do Impôsto de Renda, como para ocorrer ao sensível progresso obtido através o crescimento numérico dos contribuintes e a melhora da arrecadação.

★ ★ ★

# III — DADOS HISTÓRICOS SÔBRE O TRIBUTO

desenvolvimento [illegible] 1º grande guerra mundial, sendo, na ocasião, a principal fonte de receita tributária do país, num período em que as despesas orçamentárias alcançavam os altos níveis de custeio extraordinário. Depois da guerra, o Imposto de Renda norte-americano continuava mantendo a primazia na obtenção dos recursos fiscais, entrando nos orçamentos, em 1918 e 1920, com 50% das receitas ordinárias da União. Caindo a 19% em 1922, subiu para 58% em 1930. Em 1948, pelo *Revenue Act* daquêle ano, o imposto de solteiro com renda de $ 100.000 dólares, atingia a 58.000 dólares, e o de casado sem dependentes que atingia a 63.000 dólares, diminuiu, passando a ser de 16.000 dólares. O de pessoa física com 2 dependentes atingia a 15.000 dólares em renda de 100.000 dólares.

O mínimo sujeito ao impôsto passou de $ 500,00 para $ 600,00, enquanto as pessoas de mais de 65 anos e os cegos se beneficiam com a isenção até o limite de 600 dólares de renda anual. Cada dependente goza de isenção até 600 dólares. Nenhuma modificação sofreu o impôsto devido pelas pessoas jurídicas.

O imposto grava os vencimentos do funcionalismo, os ordenados de comerciários, os salários de trabalhadores da indústria e do campo, as comissões, proventos e ganhos de qualquer natureza.

## 3 — BRASIL

O aparecimento do Imposto de Renda no sistema tributário brasileiro é, relativamente recente. Foi com *Rui* que, fundamentada no art. 12 da Constituição de 1891, a União inscreveu êsse tributo na lei orçamentária [illegible] exercício.

Entretanto, já no Império houve sérias tentativas de implantação do tributo. E, no relatório de 1844, o ilustre Ministro Alves Branco referia-se ao art. 23 da Lei de 24 de outubro de 1843, que impunha uma contribuição progressiva sôbre todos os vencimentos percebidos dos cofres públicos, e sôbre todas as percentagens e emolumentos [illegible] anexos, com exceção somente dos que não excedessem 500$000 (quinhentos mil réis) anuais, soldo dos empregados em campanha, etc. Para isso foi estabelecido o regulamento [illegible]

[illegible] 20 [illegible] 1842 [illegible] 1843 [illegible] impôsto [illegible] vencimentos pertencentes dos cofres públicos [illegible] [illegible] ante [illegible] quer [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

O processo regularmente [illegible] Renda [illegible] seguinte, foi baixado pelo Decreto [illegible] de 1924, [illegible] pelo [illegible] de outubro de 1926, [illegible] Decreto n. [illegible].

A Constituição de 1934 incorporou, [illegible] o Imposto de Renda ao sistema tributário [illegible] [illegible] impôsto [illegible] privativo [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] aos Municípios, a parte [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

## E OUTROS PAISES

A Inglaterra e os Estados Unidos são os países onde o Imposto de Renda atingiu maiores proporções e adquiriu a mais perfeita forma. Os outros países apenas acompanharam o lançamento desses dois Poderes no campo tributário.

Especialmente a Inglaterra, pioneira em *impostos* e que fizeram mais do que aplicar ou tentar aplicar, as teorias preconizadas, com as modificações peculiares a natureza dos regimes e costumes, a renda bancária e ao caráter do povo. Quase todos os países que criaram com o Imposto de Renda adotaram o sistema reinante e em todo mesmo na Russia Soviética, é taxada a remuneração do trabalho. Neste ponto, a Russia Soviética nega um dos postulados básicos da doutrina comunista de que o valor das coisas é determinado exclusivamente pelo trabalho. Se o fosse, o salário deveria escapar à tributação, pois seria logro que o operário não se destalcasse no valor do seu trabalho, isto é, no rendimento do seu esforço muscular físico. Mas a noção do valor trabalho é coisa do passado, e a renda diferencial ali impera como em qualquer outro país sob o regime capitalista. Assim, o Impósto de Renda na República Russa em pouco difere do que ha entre nós, colhendo, também, nas classes mais abastadas, o maior quinhão para o enriquecimento do erário.

★ ★ ★

## I — CONCEITO DE RENDA

A nossa língua embora rica de vocábulos é uma das mais maleáveis, e muitas vêzes incapaz de definir com precisão um conceito, um fato, um objeto. A palavra *renda* é uma destas palavras da língua portuguêsa, que definem *mal*, ou que definem *de menos*. Não se chegou a precisar o que significa o vocábulo *renda*, porque êle serve para definir vários conceitos de ordem economica, financeira e fiscal. Tanto se aplica no Brasil o têrmo *renda* ao aluguel das terras, como ao juro dos títulos públicos, como aos rendimentos do trabalho. Essa confusão deriva de não possuir a nossa língua um outro ou outros vocábulos que se apliquem às diferentes espécies de rendimentos. *return* ou *yield*, dos ingleses. *Income*, *revenue*, *rent* são três vocábulos que em inglês designam naturezas diversas do ganho, mas nós não possuímos senão uma só palavra para designar todos aquêles têrmos. Vem, talvez, dessa nossa incapacidade vocabular, a confusão que em nosso país se faz em torno do conceito de *renda*, e as sérias restrições opostas à falta de alcançada pelo Imposto de Renda em sua marcha para a taxação de todos os réditos positivos, quer das emprêsas, quer do indivíduo segurado em pessoa. Se tivéssemos outra palavra para aplicar aos rendimentos do trabalho, certamente não haveria êste equívoco, a que o magistrado, o funcionário, o militar, o operário e as demais pessoas que viveram de ordenado, se recusam fazer a sua contribuição ao erário por ordem do Imposto de Renda.

Na sua mais ampla acepção, *renda* (*income*) é sinônimo de *serviços*. Sob a denominação de *serviços* podem ser compreendidas as vantagens auferidas por êste título de propriedade, tais como os juros de uma apólice da Dívida Pública, ou outro qualquer título de crédito, os benefícios derivados de coisas materiais existentes, bem como o montante creditado a um indivíduo [illegible] o serviço de trabalho [illegible] o que [illegible] o [illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] que [illegible] o imposto direto na *pessoa física* — [illegible] em todas as suas modalidades, ou seja o rendimento [illegible] os juros de apólices, ações debêntures e outros [illegible] títulos de crédito; os alugueis da propriedade [illegible] todos os acrescimos do patrimonio individual e [illegible] *pessoa jurídica* os lucros da atividade industrial, co[illegible] ou agrícola, as valorizações dos ativos das empre[illegible] e as reservas que se [illegible] incorporar ao capital. [illegible] ponto, a lei fiscal brasileira, como a de outros países, [illegible] a França, se diferencia da Inglaterra, que não tri[illegible] reservas, mesmo que sejam incorporadas ao capi[illegible] distribuidas aos acionistas, considerando isso mero [illegible] tributação.

Isso uma questão que se prende internamente, a con[illegible] de renda, e que cada povo interpreta a seu modo. [illegible] pode ser tomado como padrão o sistema inglês, nem [illegible] o francês ou o italiano. O Imposto de Renda [illegible] de renda conforme a índole e a tradição em [illegible] não se pode estabelecer de rigido e universal [illegible] tributo.

Na Alemanha, atende-se a renda como o montante total [illegible] *rendas* provindas das diferentes fontes especificadas, [illegible] certas as pelas relativas a cada categoria, e apro[illegible] de despesas especiais. Essas fontes são sete, [illegible] a última exploração industrial, comercial, [illegible] independente, trabalho assalariado, aposentadorias, locações e [illegible] Em regra geral, diz Lautenburger [illegible] se como renda tanta o excedente das re[illegible] soluções e despesas de aquisição da renda.

[illegible] o balanço das empresas, tendo em vista as [illegible] do ativo, o lucro tributável é, em principio, a [illegible] apresentada pela empresa, sobre o valor do ativo [illegible] anterior, majorado das retiradas em dinheiro [illegible] diminuido da importância aplicada em [illegible] os bens de ativo *e aumentar* a [illegible] O aumento do valor do ativo, [illegible] os lucros tributáveis.

[illegible] referente aos lucros da agricultura, são tanto [illegible] os rendimentos de [illegible] as [illegible] são [illegible] como de 8 [illegible] [illegible] sobre as pessoas [illegible] que [illegible] quando os seus rendimentos atingem [illegible]

Em França, segundo Lautenburger, o lucro tributável no imposto cedular é a cifra bruta do enriquecimento realizado pela emprêsa em razão das operações que efetua durante o exercício considerado, quer êsse enriquecimento seja constituido por rendas ou por ganhos sôbre o capital. Especificando, são taxáveis os prêmios de reembôlso, isto é, o excedente do valor do reembôlso dum título sôbre o valor nominal, a distribuição das reservas e as valorizações do ativo, as bonificações em ações, os direitos de subscrição de ações novas. E segundo aquêle autor, uma extensão abusiva da noção de renda, pela qual se confunde esta com desdobramento de capital, ou ganhos de capital.

Ja os Estados Unidos adotam um conceito de renda que os aproxima da Inglaterra. A renda das pessoas físicas sujeitas a taxação compreende vencimentos, salários, prêmios, lucros das profissões econômicas, rendas de propriedades mobiliarias e imobiliarias, comissões, lucros e ganhos de toda natureza e os ganhos de capital realizados em virtude de transações de toda espécie. São distinguindos, nos Estados Unidos os lucros provenientes de um investimento a longo prazo, e de uma especulação a curto prazo, no que age com perfeita justiça o legislador americano. Se, por exemplo, um bem é retido durante seis meses e após esse prazo se valoriza, o excedente é considerado investimento, e, como tal sujeito a uma taxa de 50% mais baixa do que a que seria aplicada num excedente verificado a curto têrmo. Exemplificando: se um imóvel comprado hoje, e vendido dentro de um mês com lucro, sôbre esse lucro pagara um imposto integral; se a venda se efetiva depois de seis meses, pagará o impôsto com dedução de 50%.

## 3 — O IMPOSTO DE RENDA E A ECONOMIA

Uma das principais acusações surgidas contra os impostos em geral, é a de que êles oneram o povo pela elevação geral dos preços.

Não ha a menor duvida de que o fenômeno é inevitável, se pensarmos que o reparto de um novo impôsto no campo economico, traz perturbações mais ou menos intensas, que se propagam com tanto mais amplitude e profundidade, quanto maior for o seu raio de ação e impetuosidade.

[illegible] pelos preços [illegible] de dividir economicamente o [illegible] [illegible] [illegible] as publicações que [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] e [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] para pompeiar, [illegible] em uma sobre-carga ao [illegible] do impôsto.

E, totalmente por meio do Impôsto de Renda que os [illegible] usando das atribuições que lhes competem no [illegible] social, fecharem as rendas dos mais bem aquinhoados para os recantos favorecidos da fortuna. Tributando os grandes rendimentos, os lucros extraordinarios, os sobre-valores e as rendas não ganhas (*unearned increments*), o Estado está se habilitando a aplicar em obras sociais uma parte do que fira dessas rendas, vindo, assim, em socorro dos necessitados.

E' o Impôsto de Renda uma expressão financeira, de caráter permanente, que acompanha, na justa medida, o desenvolvimento economico das várias fontes de renda de que provem, e, ainda, como vimos, êsse tributo é um elemento decisivo na equilíbrio das condições sociais e na eliminação de graves problemas no âmbito das atividades humanas.

★ ★ ★

# V — ANÁLISE DA SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

## I — FINALIDADES DOS DIVERSOS ÓRGÃOS

O crescimento dos serviços afetos à Divisão do Impôsto de Renda e o máximo de rendimento que eles deverão conseguir, no sentido de conseguirem completo domínio de fontes de rendimentos, estão a exigir uma reorganização, objetivando melhor divisão do trabalho em todos os seus setores. Para tanto, urge dotar as repartições do Impôsto de Renda de mais pessoal, técnico e auxiliar.

No âmbito do pessoal técnico estão incluídos os contadores e os oficiais administrativos, já para não falar de economistas, estatísticos e descobridores, também necessários. Pessoal auxiliar, dentro da terminologia atual, engloba desde o fardeiro até o escriturário.

Não tem sido fácil conseguir o elemento técnico no prescindível aos quadros diretores e de fiscalização, isso porque o ingresso, pelo sistema do mérito preconizado na Constituição Federal, somente é possível mediante concurso, quase sempre demorado e sem grandes atrativos, visto como, exigindo muito em conhecimentos, acena com pouco em matéria de remuneração. Tal acontece face a conjuntura econômica brasileira, onde, no mercado de trabalho, os particulares pagam os melhores salários e obtém o pessoal de maior realce técnico e administrativo.

Essa dificuldade atinge não só a Divisão do Impôsto de Renda, mas sim todo o serviço público federal, em que a *quantidade substitui a qualidade do funcionalismo* e em conseqüência, a produtividade inferior e cara no trabalho, por sua vez, barra a solução inevitável, face a ausência de meios para uma reorganização administrativa em bases técnicas e racionais.

A reorganização dos serviços, em andamento dentro do recursos atuais, esboça-se, sintetizada, do seguinte modo:

I — *reaparelhamento dos órgãos subordinados à Divisão do Impôsto de Renda, tendo em vista*

1 — [illegible]

2 — [illegible]

II — *a criação de [illegible] pessoal e [illegible]*

1 — [illegible]

2 — [illegible]

3 — [illegible]

III — o ingresso [illegible] de contador e oficial administrativo [illegible] de notória [illegible]

A Divisão do Impôsto de Renda [illegible] pelo Decreto-lei [illegible] de 1942 pelo Decreto-lei [illegible]

Abaixo [illegible] os [illegible] subordinados:

Serviço de Administração (S.A.);

Serviço de Contabilidade e Estatística (S.C.E.);

Serviço de [illegible] (S.I.);

Serviço de [illegible] Estatística (S.E.E.);

Delegacias Fiscais no Distrito Federal e nos Estados;

Delegacias [illegible] no exterior [illegible] Consulados e Embaixadas;

[illegible] Nacional.

Com o prosseguimento dos estudos, ficou patenteado que a reforma de 1942, que encerrou a primeira e importante [illegible] para descentralização dos encargos, já não satisfazia, exigindo novas modificações na estrutura e no funcionamento orgânico da Divisão do Impôsto de Renda.

Embora descentralizados os serviços, através da [illegible] de delegacias regionais e seccionais, a reforma de 1942 concentrou nas mãos do diretor e dos delegados regionais, toda a função dirigente, em consequência de [illegible] os detentores do poder de decidir, quer quanto ao pessoal, quer sôbre as questões suscitadas com os contribuintes.

Justificava-se, naquela época, semelhante procedimento, [illegible] os funcionários dirigentes, devidamente experimentados, eram poucos, embora essa solução contrariasse em [illegible] os princípios básicos da organização racional do trabalho, que consiste em não se atribuir a um só chefe, diretamente, responsabilidades que deveriam ser, pela sua natureza, atribuídas a quem pratica o ato e não, ao que, depois, [illegible] a homologa-lo.

Os estudos que estão em curso na Divisão do Impôsto de Renda visam:

1 — [illegible] a adoção de novos métodos de trabalho em virtude da substituição de processos obsoletos;

2 — [illegible] a seleção científica dos servidores, de acôrdo com [illegible] peculiares profissionais e as necessidades da repartição;

3 — [illegible] do desenvolvimento e potencialidade do fator humano pelo aproveitamento dos seus conhecimentos técnicos, e

4 — [illegible] a cooperação eficiente e permanente entre os servidores [illegible] do quadro do Impôsto de Renda, quer de dirigentes, quer de dirigidos.

Os trabalhos de pesquisa convergem para a conservação [illegible] um mínimo de burocracia indispensável [illegible] abolição do corporativismo, da [illegible] ou da [illegible] pessoal que [illegible] a [illegible] no sentido amplo e [illegible], por [illegible] [illegible] e [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] [illegible]

Visam os estudos as decisões na base dos fatos e conhecimentos objetivos; na predominância do espírito de cooperação entre chefes e simples funcionários; na melhoria das condições de trabalho, aumento da produção em termos de qualidade, quantidade e rapidez; na especialização dos servidores e, enfim, no aumento da arrecadação.

Reformar o Impôsto de Renda, todavia, não é o bastante, visto não ser êle anônimo.

Impõe-se ampliar, dilatar ainda mais a reforma que se tem em mira levar a efeito. E, para tal medida inadiável se oferece a autonomia da Repartição, capaz de conferir-lhe maior raio de ação e facultar-lhe movimentação que se coaduna com seus encargos. Somente com a redução das intermináveis, demoradas e injustificadas exigências burocráticas nas questões administrativas de pessoal e material, poderá a Divisão do Impôsto de Renda marchar firme, cumprindo a sua grande missão.

São evidentes as dificuldades que impedem a Divisão do Impôsto de Renda de cumprir, como devia, a sua finalidade no âmbito da realização tributária, e por isso mesmo se impõe à sua restruturação orgânica e funcional à semelhança do que, para órgãos idênticos, de há muito já ocorreu em outros países, onde o Estado dispõe de um organismo suficiente para coibir, com sucesso, a sonegação e não para lobrigá-la, como entre nós acontecia e ainda ale certos limites se sente, mercê da condenável organização pública que dispomos.

A evolução dos serviços tributários, pela melhoria dos seus métodos de trabalho, vence, como temos provado, a tecnica malsã dos fraudadores do erário, obrigando-os ao respeito da lei, e pode, não temos dúvida, permitir a instituição da verdadeira justiça fiscal que a todos compreende, sem exceção, no irrecusável dever cívico de contribuir para o fortalecimento das finanças públicas e a solução dos magnos problemas nacionais.

## 2 — SITUAÇÃO ANTERIOR

A situação dos serviços da Divisão do Impôsto de Renda e de suas Delegacias Regionais e Seccionais, ao começo do exercício financeiro de 1951, era, realmente, inquietadora. As condições inadequadas em que se desenvolviam os serviços internos e de rotina em os principais órgãos, inclusive

[illegible] no período de lançamento, [illegible] a [illegible] fiscalização que se [illegible] completa em fiscalizações e no [illegible] das declarações de rendimentos. Mal instaladas [illegible] nas Delegacias, cabe-lhe algumas das [illegible] maior [illegible] no setor tributário.

Havia, ainda, a falta de material permanente e a insuficiência de material de consumo indispensável ao bom andamento dos serviços, inclusive os pertinentes ao próprio Lançamento. Considerável, outrossim, era o desfalque nos quadros de pessoal, problema que se agravava, gradativamente, na época do preparo normal das notificações de lançamento e dos recibos de arrecadação, que exigia mobilização da maior parte dos funcionários existentes em certa repartição, repercutindo, assim, na inevitável paralização de todas as outras atividades.

## 3 — SITUAÇÃO ATUAL.

O ano de 1951, para a Divisão do Imposto de Renda, [illegible] apenas o início de um período de [illegible] de [illegible] e [illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] contadores especializados [illegible] e [illegible] comerciais, além da ampla orientação [illegible] dos contribuintes na solução de [illegible] tributários e no perfeito conhecimento da [illegible] da situação fiscal de dezenas de milhares de pessoas jurídicas que não se encontravam em posição normal para com o Imposto de Renda.

Há que ressaltar, outrossim, os exames de livros e documentos de contribuintes eleitos e as campanhas especiais levadas a efeito contra as firmas e sociedades que exploravam ramos de atividade de lucro fácil ou que se locupletavam com transações ilícitas, aproveitando-se de situações especiais.

*b* — PESSOA FÍSICA

Rigoroso controle dos rendimentos declarados pelas pessoas físicas, mediante controle com os elementos de outros contribuintes, informações prestadas por terceiros.

Revisão minuciosa das declarações dos contribuintes que promoveram, por meios fraudulentos, deduções de seus lucros e juros de dívidas pessoais, para efeito de comprovar a legalidade dos respectivos abatimentos que, não fossem apurações estatísticas, chegariam a perfazer, em [illegible] de 96% das reduções da renda bruta das classes [illegible] estatísticas.

Controle dos rendimentos ceduláveis, especialmente dos [illegible] entes do capital no Exterior.

c — [illegible] NA FONTE

Controle dos dividendos distribuídos sôbre ações ao [illegible] com o interêsse e outros benefícios a elas [illegible] e controle dos rendimentos pagos ou creditados [illegible] no exterior, através do preenchimento de questionários [illegible], o que [illegible] a [illegible] de sociedades de [illegible] empresas, que [illegible] de recolher na época normal, os [illegible] devidos [illegible] [illegible] [illegible] [illegible] exercício.

[illegible] Imposto de Renda [illegible] exercício de 1951, objetivando a sua administração, continuadamente corrigindo as falhas que surgissem acelerar cada vez mais o ritmo dos serviços, ampliar as possibilidades de lançamento e controle da arrecadação, preparando, assim, um maior campo de ação para os exercícios futuros, de modo a estabelecer um clima de confiança entre o Fisco e o contribuinte e uma arrecadação condizente com os encargos e responsabilidades de natureza relevante que são atribuídos ao Imposto de Renda, o mais justo dos impostos, dentro do plano de recuperação financeira do país, elaborado pelo Chefe do Govêrno.

## 4 — PLANO PARA O CORRENTE EXERCÍCIO

O plano de trabalho para o corrente exercício, consistirá, praticamente, a ampliação e aperfeiçoamento dos trabalhos planejados em 1951. Impõe-se, para tanto, a reforma da legislação vigente, consumstanciada, em partes, nos anteprojetos remetidos ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo.

Torna-se mister, outrossim, a mecanização de outros serviços de caráter interno e a adoção de providências que visem a proporcionar condições adequadas de funcionamento para as diversas Delegacias Regionais ou Seccionais e Inspetorias. A fiscalização externa e permanente, pedra angular em que se apoia a estrutura de qualquer receita tributária, deve ser estabelecida em base mais sólida e eficiente.

Há que considerar, finalmente, a necessidade de serem fixadas normas de trabalho que venham propiciar relações perfeitas entre os contribuintes e o Fisco, mediante especializada orientação no cumprimento da lei e punição severa para os fraudadores e recalcitrantes. São êsses os trabalhos do Imposto de Renda, no exercício corrente, cuja arrecadação deve ser tanto mais elevada quão criteriosa, pelo seu sentido eminentemente social.

É oportuno mencionar que a responsabilidade da Divisão do Imposto de Renda, na conjuntura atual, é enorme. De acôrdo com a Lei n. 1 187, de 6 de dezembro último, que prevê a receita e fixa a despesa da União, deverá sobrar Cr$ 8 051 500 000,00, a título de Imposto de Renda. Além dessa cifra, 1/3 suscetada pela arrecadação de 1951, e em muito mais a sem precedentes, pela êste exercício, cabe-lhe,

também, [illegible] o autêntico de [illegible] data à art. [illegible] da Lei n. 1 474, de 26 de novembro do mês próximo [illegible], a título de empréstimo, num bônus de [illegible] bônus do Tesouro, no período de 1952 a 1956.

A versatilidade [illegible] planificação [illegible] compatível com qualquer função de [illegible], por isso, a Divisão do Impôsto de Renda prosseguiu com seu programa geral, embora melhorando-o, constantemente, em razão das exigências dos serviços, em benefício da arrecadação e dos próprios contribuintes.

APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Divisão do Impôsto de Renda, logo no início da atual direção, obteve do Sr. Ministro da Fazenda a designação de uma comissão, no sentido de elaborar um anteprojeto de lei para encaminhamento ao Congresso, consolidando e modificando o atual regulamento tributário.

A necessidade de legislar sôbre os recursos destinados ao programa de reaparelhamento de portos e ferrovias, aumento da capacidade de armazenamento, frigorífico e matadouros, elevação do potencial de energia elétrica e desenvolvimento de indústrias básicas e de agricultura, levou o Govêrno a procura de novas fontes de receitas, na base dos estudos realizados pela comissão designada, resultando disso a Lei n. 1 474, ha pouco aludida, que contendo alteração substancial no regulamento aprovado pelo Decreto n. 24 239, de 22 12 47, trouxe em seu texto o adendo irrevogável, consubstanciando aqueles recursos.

Outros anteprojetos foram elaborados, de acôrdo com a orientação do Sr. Ministro da Fazenda, [illegible] a organização e manutenção dos arquivos de documentos comprobatórios dos registros [illegible] e livros de contabilidade [illegible] em escrituração [illegible] e seccionamento dos [illegible] do balanço, [illegible] do resras para a sua padronização [illegible] o julgamento dos processos de [illegible] [illegible]; a [illegible] e [illegible] permanente do Impôsto de Renda, [illegible] critérios e critérios a serem adotados [illegible] de [illegible] dades, em razão não só da escrita [illegible] da sonegação da infração cometida.

A [illegible] mos [illegible] fechamento do [illegible] ou certificação mais [illegible] ao mesmo tempo, a [illegible] o [illegible] de taxas e os contribuintes, em [illegible] lo sem criadas fichas, [illegible] tributários e os meios de subsistência [illegible].

Diversos Estadistas [illegible] sôbre os [illegible] tantes aumentos de taxas, de conscientização [illegible]. Tomemos, sôbre o assunto, as seguintes opiniões:

> "*Tarifa majorada, prejudicada de prestígio*" (Eastland):
>
> Quanto *mais elevada é a taxa* do impôsto, tanto *mais lenitória se torna a tributação*, quando, por conseqüente, cada um se aplica a disimular as suas rendas e se resigna a [illegible] sérios transtornos para alcançar êsse desideratum, tanto ra[illegible] se agravam as desigualdades decorrentes do fato de o peso, de que ficam individuais [illegible] as pessoas pouco honestas, recai sôbre aquêles que são escrupulosos ou [illegible] honestos" (Colson).
>
> "Os contribuintes não [illegible] a coragem de [illegible] o fisco, quando a [illegible] moderada pelo contrário, a [illegible] se se trata de [illegible] de seu patrimônio, de seu [illegible] despesas pessoais, [illegible] (Rueff).

O [illegible] [illegible] [illegible]

## DEMONSTRAÇÃO ESTATÍSTICA E GRÁFICA

Os quadros numéricos e os gráficos que [illegible] do relatório demonstram, de maneira clara e precisa, a [illegible] do lançamento e da arrecadação do Impôsto de Renda, durante o exercício de 1951, em todo o território nacional, sob os diferentes aspectos de seu desenvolvimento. [illegible] que, por sua forma de apresentação, objetivam os estudiosos [illegible] oportuno e [illegible] interessantes [illegible] ilações dos quadros anexos, [illegible] elementos numéricos.

[illegible] contribuintes — pessoa física — o número de contribuintes, de impôsto lançado, de [illegible] e contribuintes, que compõem as [illegible] renda líquida, pagam de impôsto [illegible] lançado. Essas percentagens assinalam [illegible] o volume de contribuintes e a renda [illegible] fiscal, de maneira verdadeira e [illegible] Impressiona [illegible] trabalho necessário [illegible] atender à Grande [illegible] contribuintes, as grandes responsabilidades de [illegible] que impõe — [illegible] isso representando despesas de [illegible] de [illegible], que contribuíram, em parte, à pouco [illegible] [illegible] dela não vanessem o critério da universalidade [illegible] que [illegible] fiscal e os elementos de cadastro [illegible] milhões.

O número do número de contribuintes verificado em [illegible] de arrecadação [illegible] de [illegible] interessante a percentagem [illegible] Estado de São Paulo, 26 — para o Distrito [illegible] 30 — para as demais Unidades Federadas. Isso [illegible] Estado sulino e o seu [illegible] da Capital [illegible] econômico das demais [illegible] com percentagens [illegible] públicos através [illegible]

[illegible] Bom [illegible] nosso país, [illegible] hoje [illegible] rendas [illegible] Rio Grande do Sul. Com renda de um milhão a três milhões de cruzeiros, contam-se em todo o país 721 contribuintes. Mas, a grande massa de contribuintes, como já assinalamos em outro lugar dêste relatório, está entre os possuidores de pequenas rendas, que formam expressiva maioria.

As taxas mais favoráveis para os dividendos de ações ao portador anulam as incidências progressivas das pessoas físicas, que, como vimos, são de pouca monta nas altas camadas de rendimentos.

A maneira liberal, podemos dizer munificente com que o poder público brasileiro age em face do contribuinte, distingue o nosso país de todos os demais, e coloca-o entre os que oneram, em menor percentagem, a renda nacional. Essa liberalidade é indicada pelo total de abatimentos da renda bruta e correspondente a filhos, cônjuges, juros de dívidas pessoais e prêmios de seguros, que atingiu a Cr$ 5 861 286 735,50. Esta soma representa 20% da renda bruta e 72% do total arrecadado. Manifesta-se o Estado através do regime fiscal, no sentido da proteção à família, de sua estabilidade e, portanto, do seu futuro. Não podendo dispensar o concurso dos cidadãos para as despesas públicas, que revertem, afinal, em benefício do próprio povo, atenua o fisco os efeitos da taxação, reduzindo ao possível a matéria tributável, de sorte a onerar no mínimo aquêles que têm menos posses, tudo em benefício do equilíbrio social.

Confrontando-se os descontos para juros, prêmios de seguros e encargos de família, entre os contribuintes compreendidos nas classes de 30 a 60 mil cruzeiros, e os de 2 a 3 milhões, verificamos que, enquanto os primeiros abatem 89% para aquêles encargos, os últimos descontam apenas 4%. O fenômeno parece, a primeira vista, revestir certa incongruência e pode ser assim explicado:

1 — pelo maior número de famílias que se encontram nas classes de 30 a 60 mil cruzeiros; e

2 — pelos grandes negócios que exigem maiores verbas e juros entre as classes abastadas.

A cota destinada aos municípios, na base de 10% sôbre a arrecadação do Impôsto de Renda, como prevê a Constituição Federal, vem oferecendo resultados apreciáveis,

atingindo, em 1951, a importância de 80 milhões de cruzeiros. E' conveniente notar que essa cota, na maioria dos Estados, ultrapassa, em muito, a arrecadação do tributo realizada nos mesmos.

Vejamos:

| Estado | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

Além da preponderante influência financeira do Impôsto de Renda, na esfera federal, e cada vez mais vitoriosa a que se evidencia no âmbito municipal, como acima se espelha, de modo assás original, quando êsse tributo se converte em sólida base para as realizações de utilidade pública em perto de 2.000 municípios brasileiros.

Os demais quadros numéricos e gráficos expostos neste relatório, oferecem os elementos indispensáveis à análise dos problemas financeiros, econômicos e sociais ligados ao Imposto de Renda, em nosso extenso território, e pela sua clareza, dispensam números comentários.

## CONCLUSÃO

Pensamos haver explanado, [illegible] as medidas e preocupações e diretrizes que [illegible] a melhor gênero dos interêsses [illegible] ao que [illegible] ao largo do Renda, como [illegible] ponto de vista desta Administração quanto às [illegible] no sistema tributário brasileiro, em [illegible] com a pública sadia que vem se [illegible] país, pelo atual Govêrno, no sentido [illegible] quadro de [illegible] brasileiros.

Lembre-se que [illegible] propostos administrativos [illegible] fazendo sentir satisfatòriamente [illegible] lançado se [illegible] no Palácio [illegible] Presidente da República [illegible] Dornelles Vasconcelos [illegible] Ministro da Fazenda.

Dr. Horácio Lafer [illegible] a perfeita compreensão [illegible] blica, não poderíamos levar a bordo [illegible] progredirmos em o início de [illegible].

Eis porque [illegible] satisfação do dever cumprido, na certeza de que [illegible] do país, os quais jamais [illegible] ao proporcionar ao Impôsto de Renda [illegible] um desenvolvimento [illegible] do Brasil.

Não [illegible] cas sem dúvida consegue [illegible] evidente [illegible] Renda [illegible] tados de [illegible] ao [illegible].

QUADROS DEMONSTRATIVOS E GRAFICOS

**RENDAS TRIBUTÁRIAS DA UNIÃO**

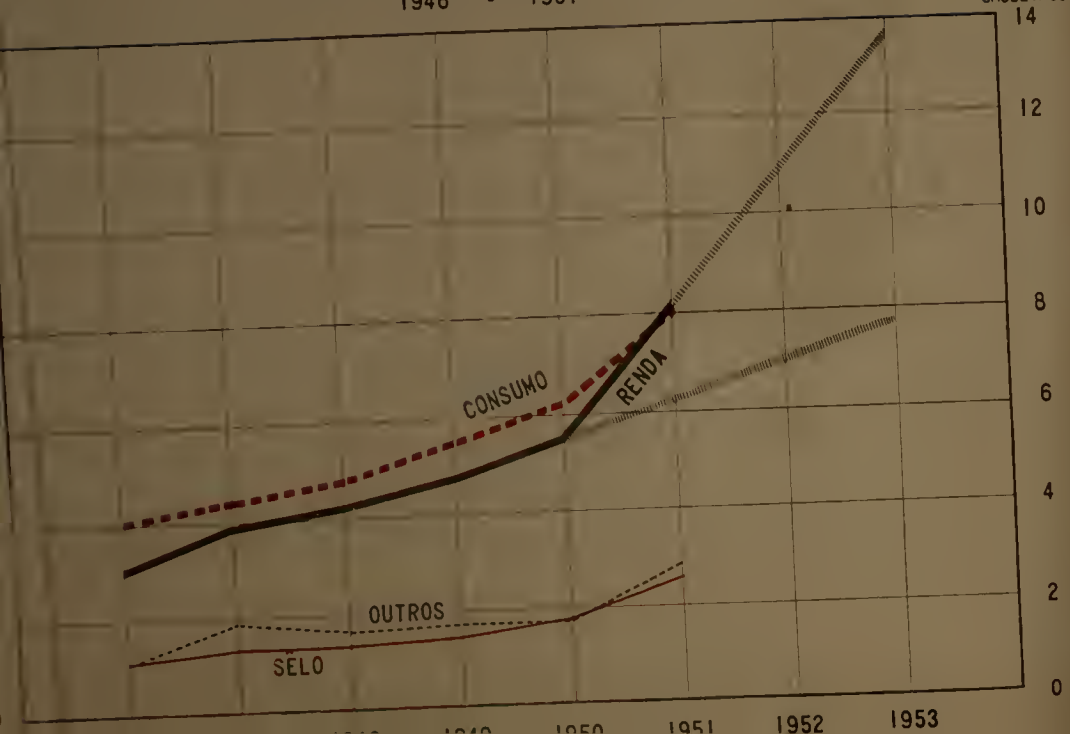
[illegible]

**1946-51**

| IMPOSTOS | 1946 | 1947 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| Consumo | 4 078 812 311,[illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Renda | 4 028 [illegible] | 3 880 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Selos [illegible] | 1 191 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | 1 131 [illegible] 188,20 | 900 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | 1 066 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

RENDAS TRIBUTÁRIAS DA UNIÃO

1946 - 1951



## QUADRO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA

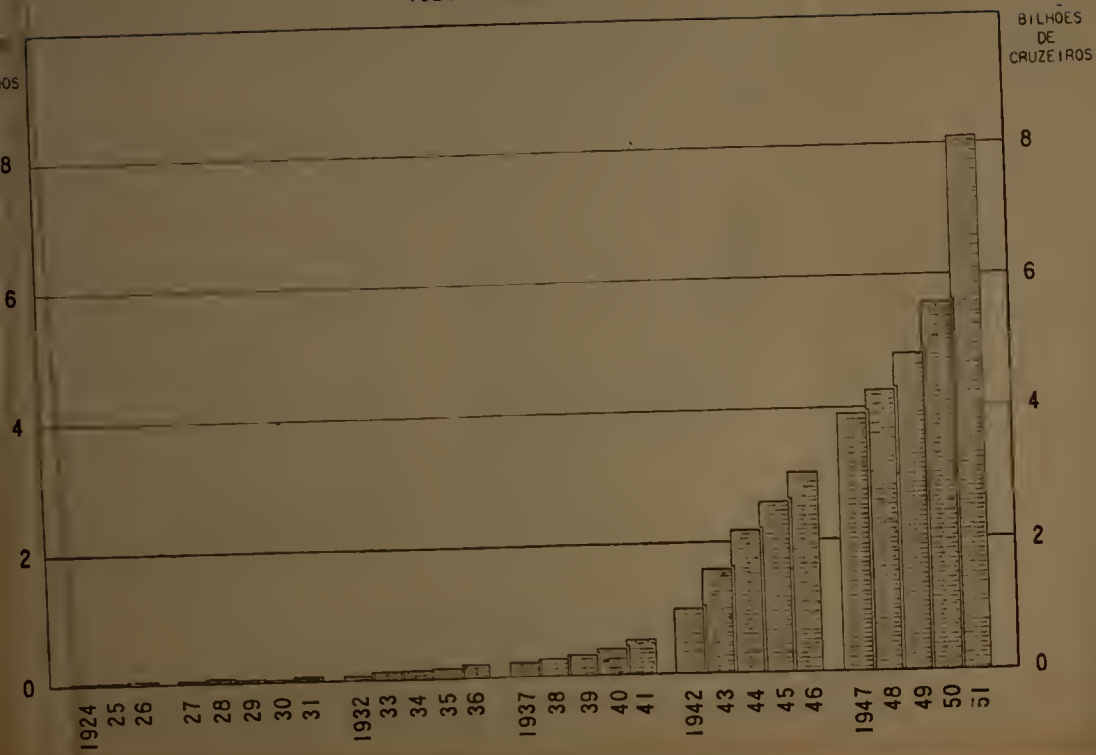
QUADRO DE 1924 A 1951

| ANO-CIVIL | ARRECADAÇÃO | | | ARRECADAÇÃO EM MOEDA DE 1951 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Nominal | Índice de preços (1951 = 100) | Índice | Nominal | Índice de preços (1951 = 100) | Índice |
| | $ | | | Cr$ | | |
| 1924 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1925 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1926 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1927 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1928 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1929 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1930 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1931 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1932 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1933 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1934 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1935 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1936 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1937 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1938 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1939 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1940 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1941 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1942 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1943 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1944 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1945 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1946 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1947 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1948 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1949 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1950 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1951 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPÔSTO DE RENDA

## - ARRECADAÇÃO -

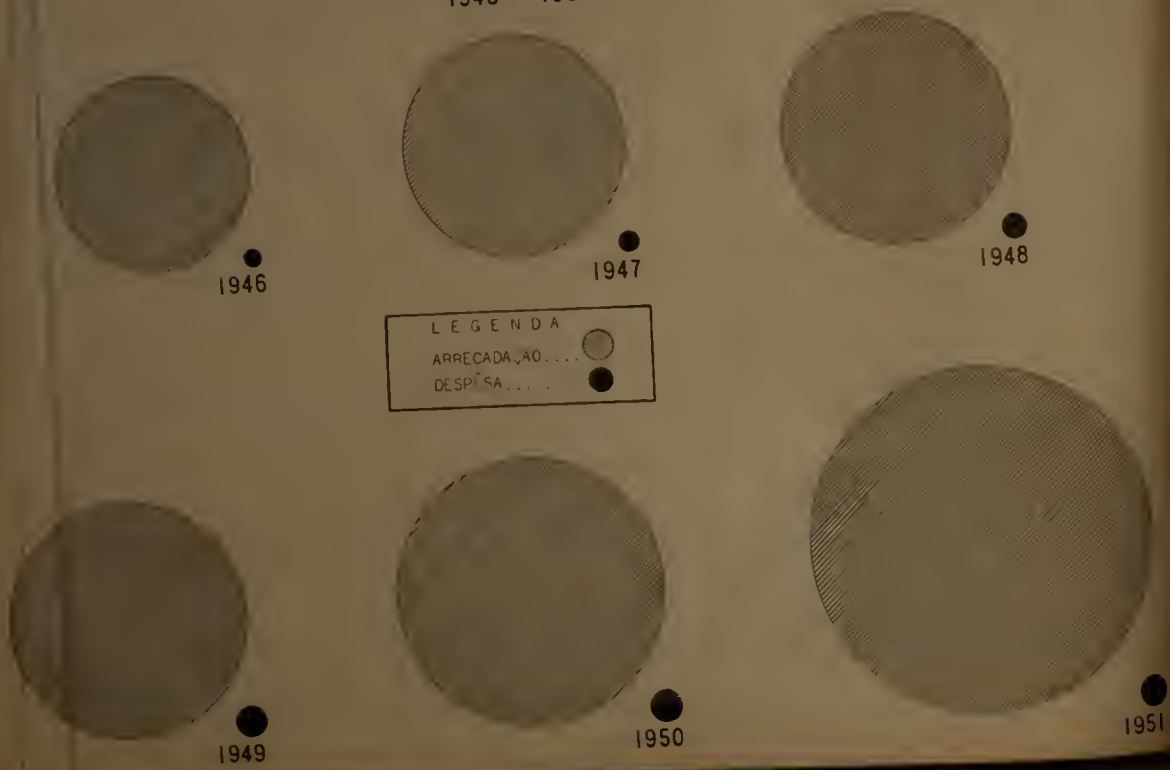
## 1924 - 1951



# IMPOSTO DE RENDA

## ARRECADAÇÃO E DESPÊSA

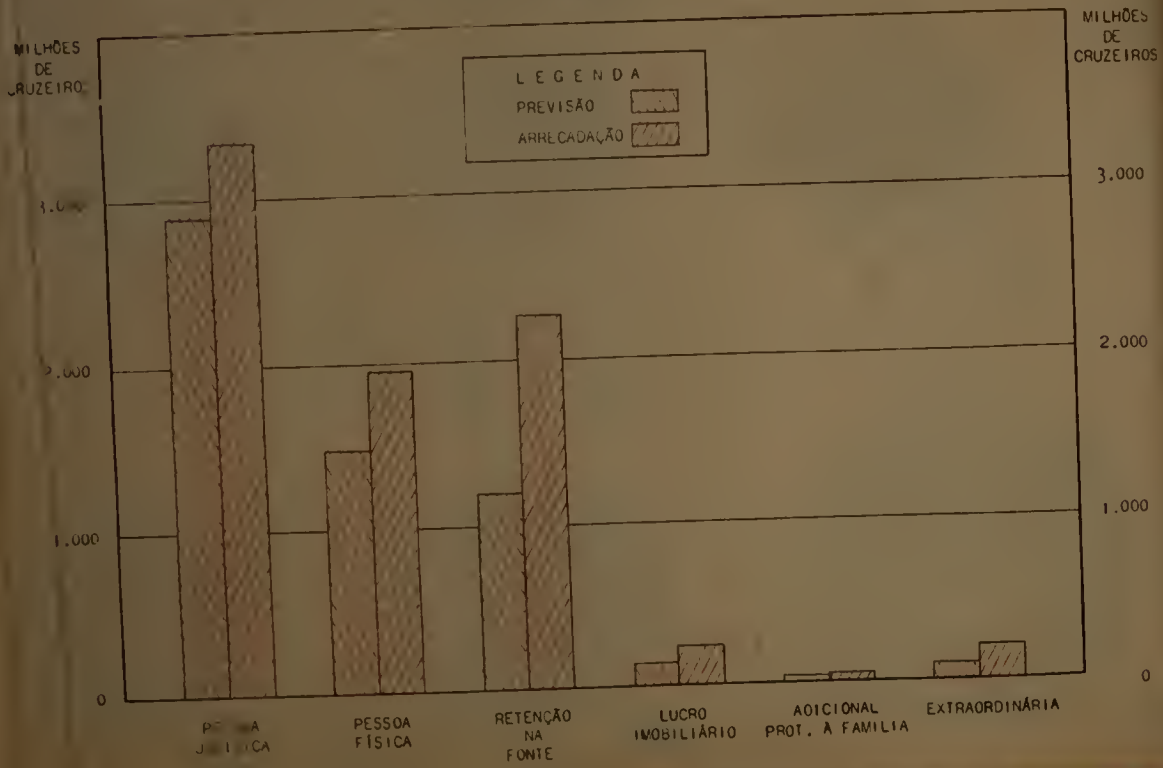
## 1946 - 1951



EXERCICIO DE [illegible]

COMPARATIVO [illegible]

# IMPOSTO DE RENDA
## PREVISÃO E ARRECADAÇÃO
## 1951



**EXERCÍCIO DE 1951**

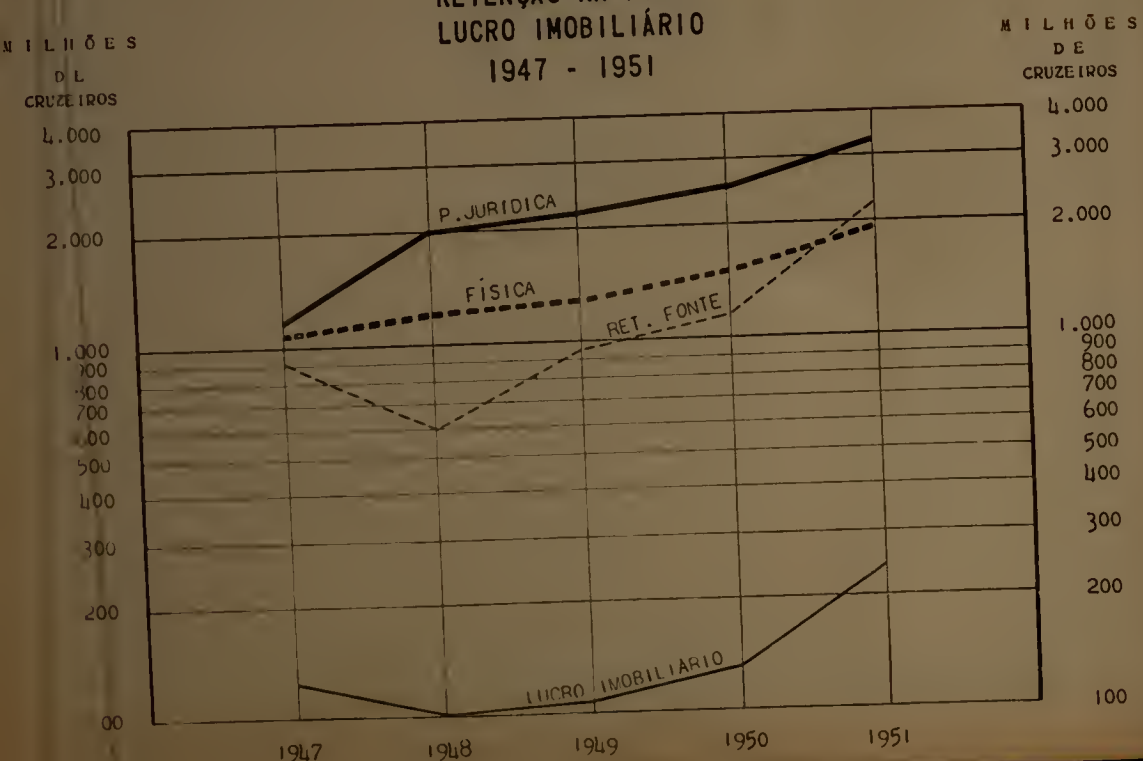
**IMPOSTO DE RENDA**

**Arrecadação Comparada**

| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|
| Pessoa Física | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pessoa Jurídica | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Retenção na Fonte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Lucro Imobiliário | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Soma | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA

## PESSOA FÍSICA
## PESSOA JURÍDICA
## RETENÇÃO NA FONTE
## LUCRO IMOBILIÁRIO
## 1947 - 1951



EXERCICIO DE 1951

[illegible] DE FRANÇA

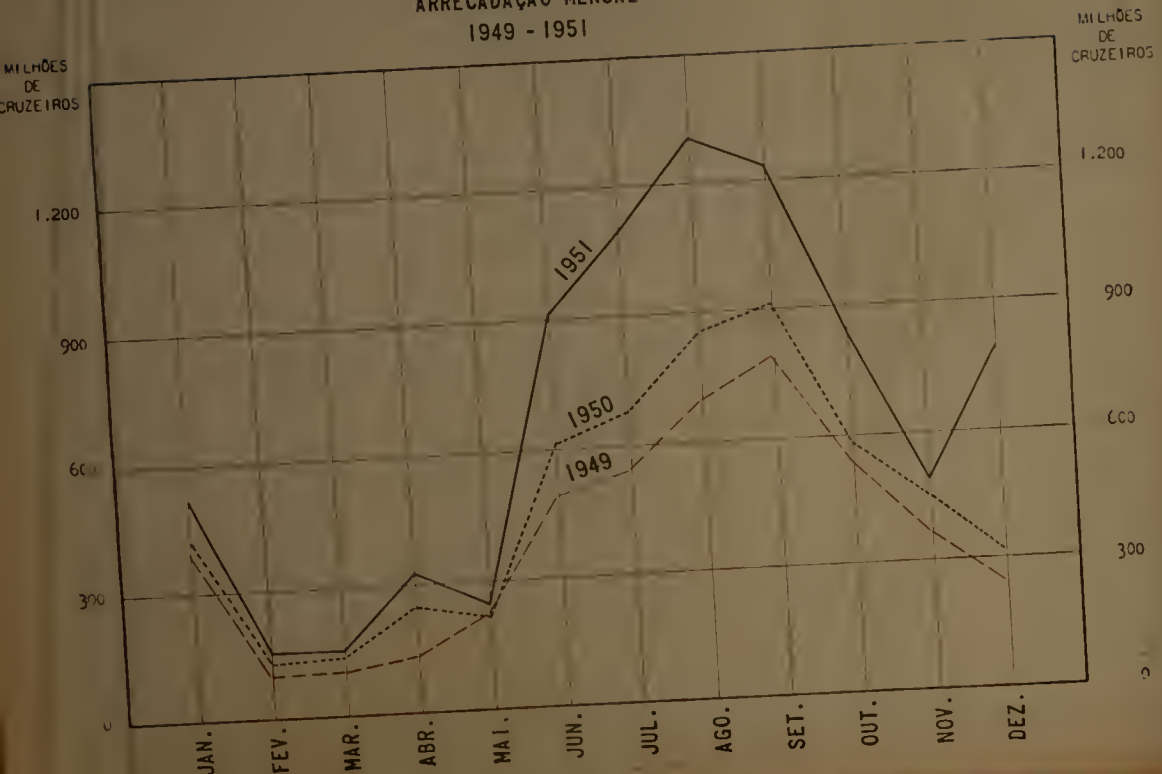
Arrecadação Mensal

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA

## ARRECADAÇÃO MENSAL

## 1949 - 1951



EXERCICIO DE 1951

[illegible]

Arrecadação Geral

| REGIÕES | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORTE | | | | | | | | | |
| Amazonas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORDESTE | | | | | | | | | |
| Maranhão | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio G. do Norte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| LESTE | | | | | | | | | |
| Sergipe | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| D. Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SUL | | | | | | | | | |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sta. Catarina | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| R. G. do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | | |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| *Dif. Tes. Bens N. Cred.* | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA

## ARRECADAÇÃO POR REGIÕES

## 1951

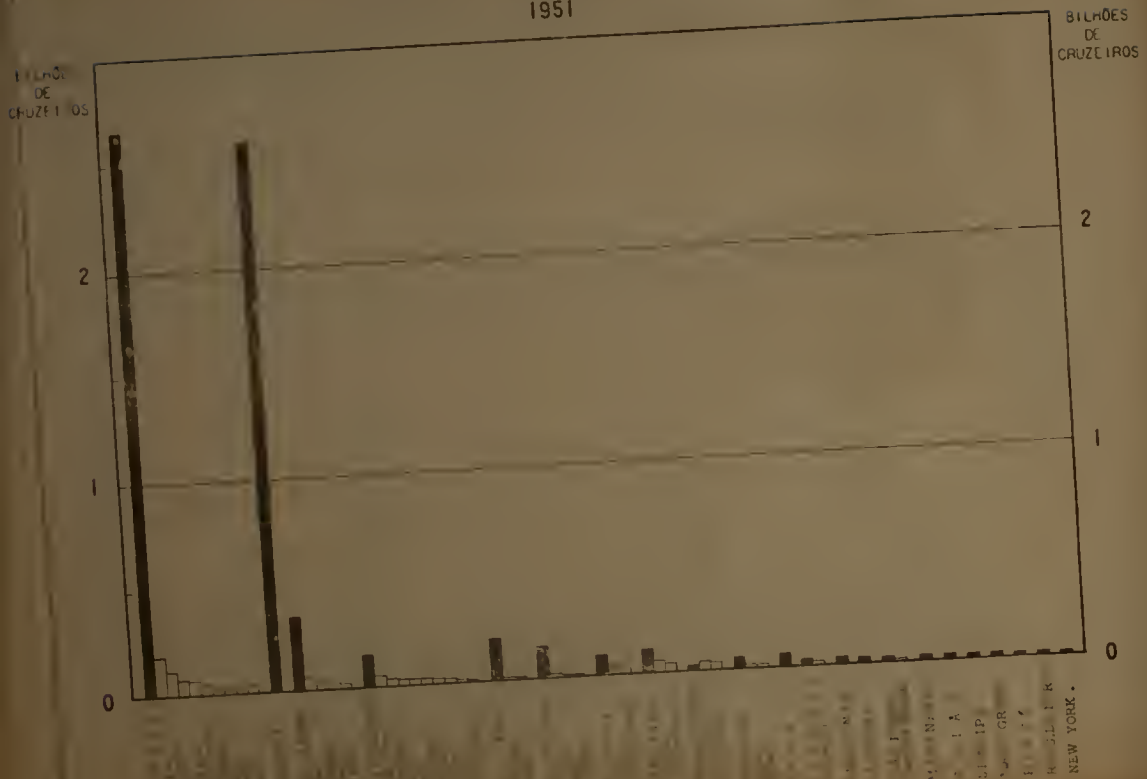
EXERCÍCIO DE 1951

IMPÔSTO DE RENDA

Arrecadação por Delegacias

# IMPÔSTO DE RENDA

## ARRECADAÇÃO
## DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIONAIS
## 1951



**EXERCICIO DE 1951**

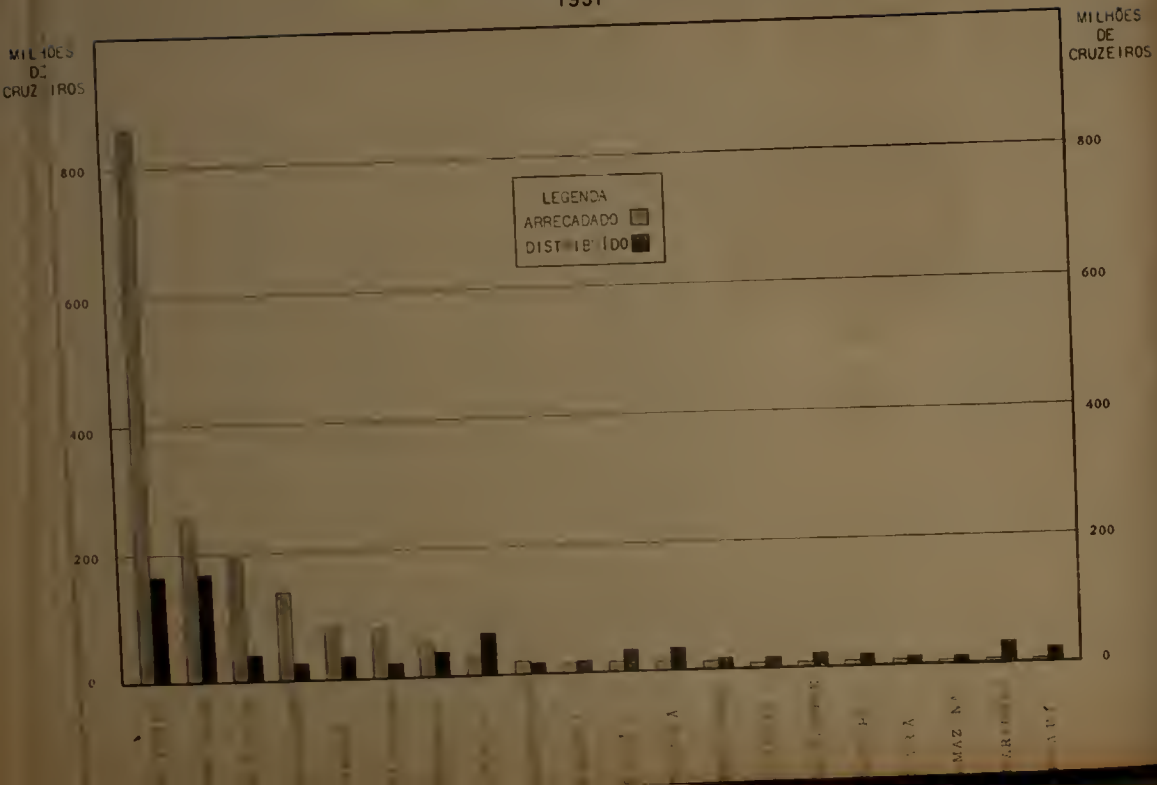
**ARRECADAÇÃO E LOTAÇÃO DE [illegible] FINANÇA**

**Nas Capitais e no Interior**

# IMPOSTO DE RENDA

## ARRECADAÇÃO E COTA DESTINADA AOS MUNICÍPIOS

## 1951



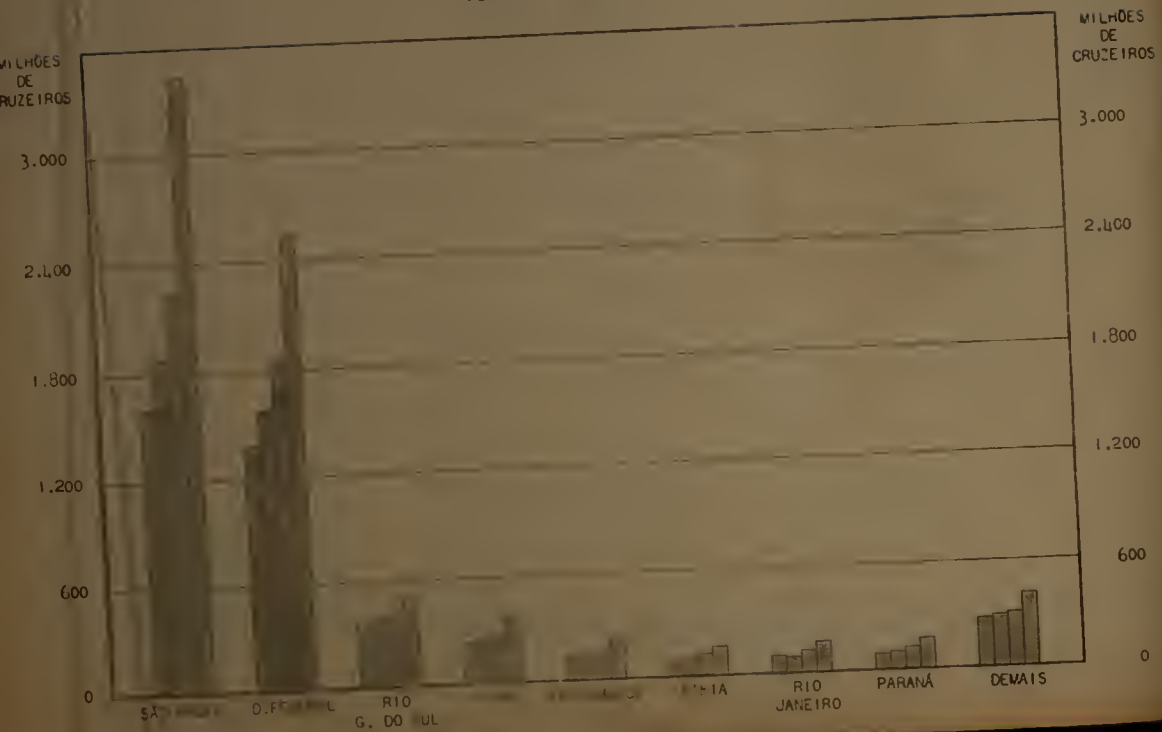
EXERCICIO DE 1951

IMPÔSTO DE RENDA

Arrecadação por Delegacias

| DELEGACIAS | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | [illegible] | Cr$ | [illegible] |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Demais Delegacias | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA
## ARRECADAÇÃO - DELEGACIAS
## 1948 - 1951



## IMPÔSTO DE RENDA

### RENDA ORDINÁRIA

### Arrecadação Geral

| [illegible] | [illegible] | [illegible] |

EXERCICIO DE 19[illegible]

[illegible]

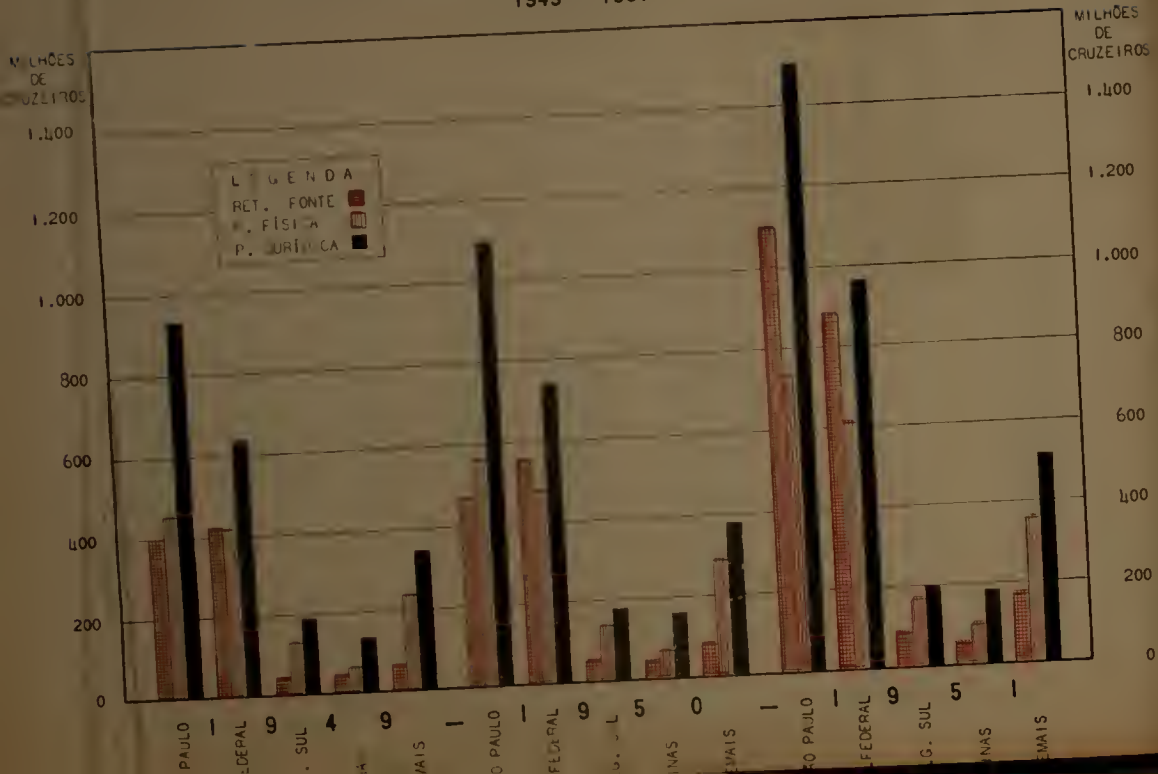
Receita Creditória

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA

## RETENÇÃO NA FONTE - PESSOA FÍSICA - PESSOA JURÍDICA

## 1949 - 1951



## IMPÔSTO DE RENDA

### PESSOA FÍSICA

### Arrecadação Geral

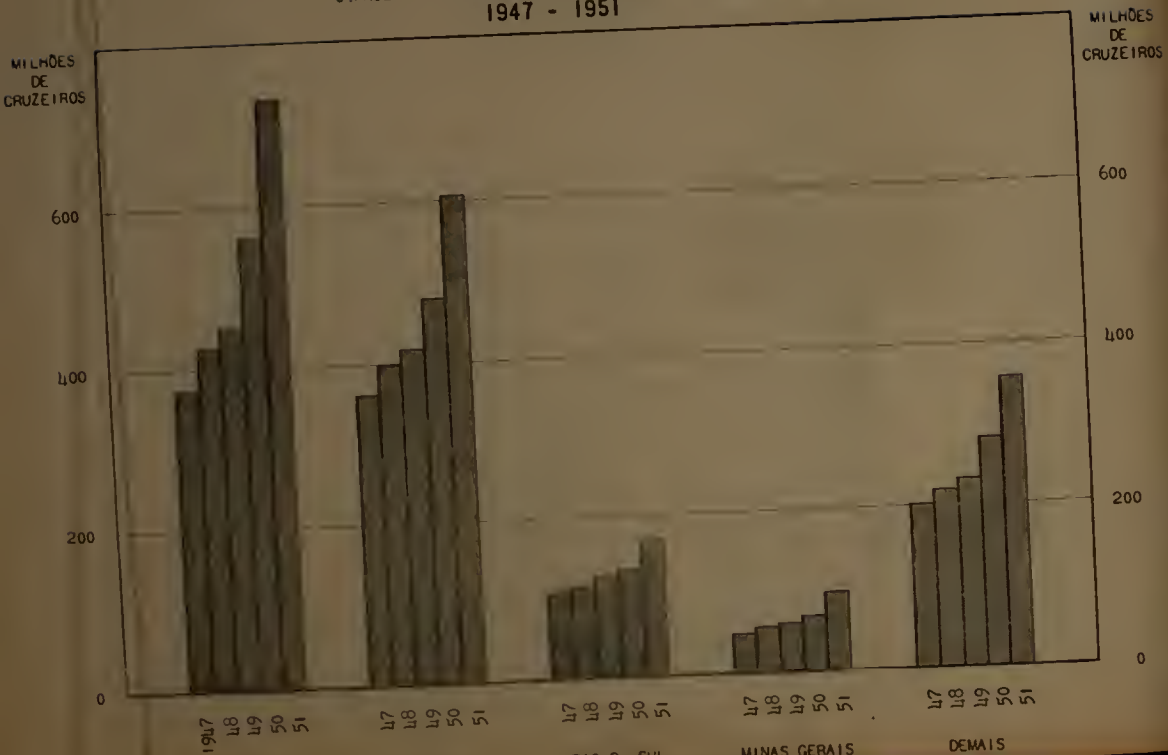
| REGIÕES | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | % | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Amazonas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORDESTE | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Maranhão | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio G. do Norte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| LESTE | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sergipe | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SUL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| CENTRO-OESTE | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SOMA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA

## PESSOA FÍSICA

S.PAULO - D.FEDERAL - R.G.SUL - MINAS - DEMAIS

1947 - 1951



**EXERCÍCIO DE 1951**

**LANÇAMENTO**

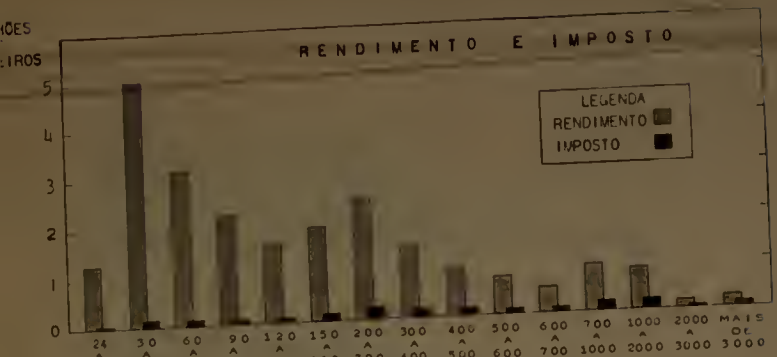
**PESSÔA FÍSICA**

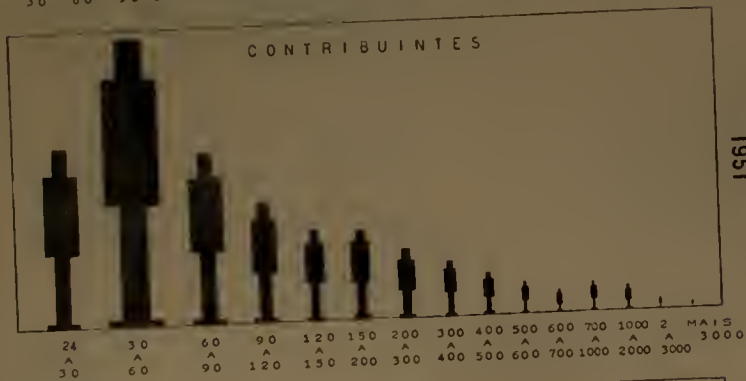
**Numero de contribuintes, renda bruta, abatimentos, renda liquida e imposto, por classes de renda**

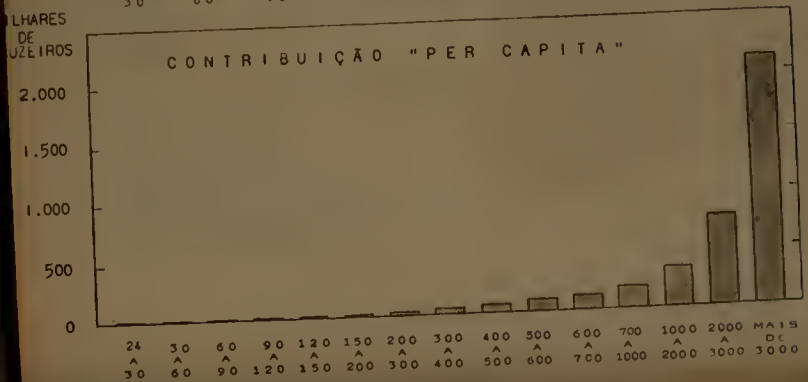
**B R A S I L**

| CLASSES DE RENDA (Cr$ 1 000) | N.º de contribuintes | Renda bruta | Abatimentos | Renda liquida | Imposto | Imposto |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | |
| De 24 a 30 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| » 30 » 60 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| » 60 » 90 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| » 90 » 120 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| » 120 » 150 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 150 » 200 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 200 » 300 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| » 300 » 400 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 400 » 500 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 500 » 600 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 600 » 700 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 700 » 1 000 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1 000 » 2 000 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 2 000 » Acima de 2 000 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Total | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA
## PESSOA FÍSICA
## 1951



## IMPÔSTO DE RENDA

### ADICIONAL PARA PROTEÇÃO À LAVOURA

### Arrecadação Geral

| REGIÕES | [illegible] | 1948 | 1949 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | | | | |
| NORTE | | | | | | | | | |
| Amazonas | 31 821 9 | 78 [illegible] 6 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | 47 014 2 | 414 504 2 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 446 866 1 | 72 [illegible] 9 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORDESTE | | | | | | | | | |
| Maranhão | [illegible] 501 3 | [illegible] 8 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] 192 6 | 40 [illegible] 4 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] 581 8 | 293 344 6 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio G. do N. de | [illegible] 174 4 | 84 [illegible] 8 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] 448 6 | 1 2[illegible] 3 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] 308 3 | 1 150 [illegible] 8 3 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | 124 8 0 4 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | 2 [illegible] 474 9 | 1 [illegible] 640 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sergipe | 7[illegible] 499 8 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] 187 | 1 [illegible] 8 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | 1 [illegible] 411 7 | 1 [illegible] 8 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] 350 2 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] 846 8 | 746 [illegible] 8 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] 379 1 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | | | | | | | | | |
| São Paulo | [illegible] 137 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] 008 1 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | [illegible] 1 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] 6 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | | |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

## IMPÔSTO DE RENDA

### PESSOA JURÍDICA

### Arrecadação Geral

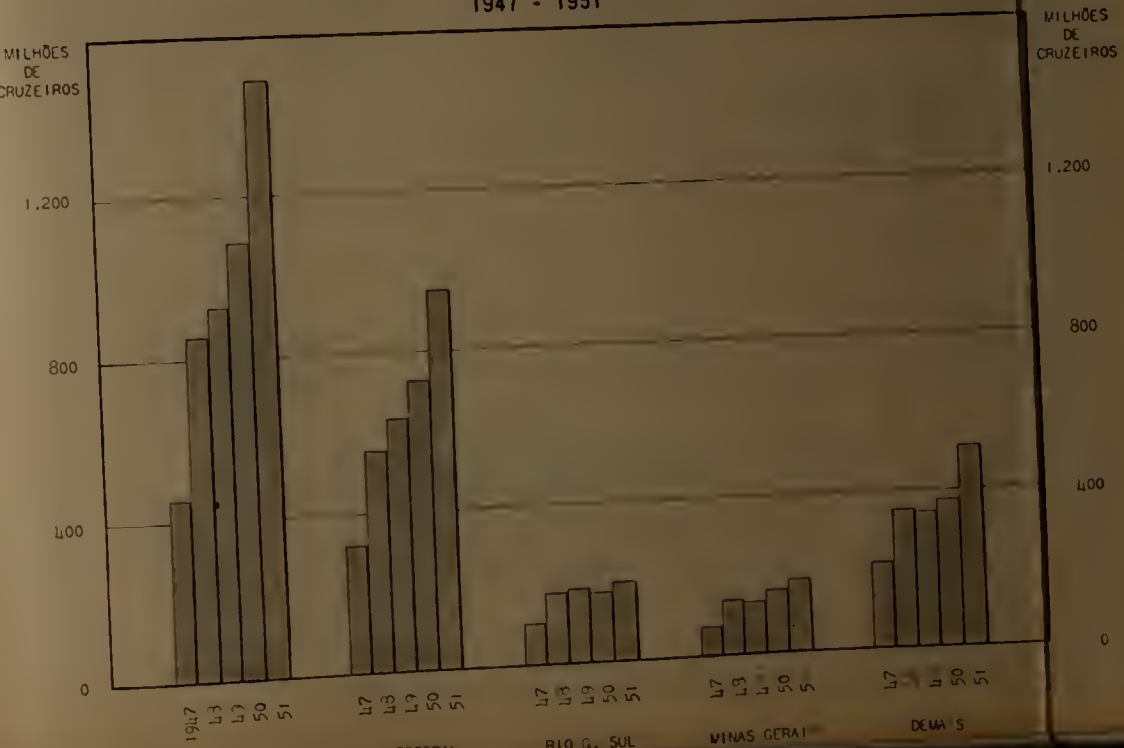
| [illegible] | NÚMEROS ABSOLUTOS | | | | | NÚMEROS RELATIVOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1947 | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1947 | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 |
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | | | | | |
| [illegible] | 7 [illegible] | 9 291 676 6 | 8 042 141 3 | 9 305 649 1 | 13 368 801 4 | 100 | 128 | 111 | 129 | 183 |
| [illegible] | 10 [illegible] | 17 [illegible] | 18 [illegible] | 18 [illegible] | 26 868 15 5 | 100 | 157 | 164 | 170 | 245 |
| [illegible] | 18 [illegible] 024 5 | 26 [illegible] 640 | 26 [illegible] 133 4 | 27 [illegible] 249 3 | 40 236 952 9 | 100 | 146 | 143 | 154 | 220 |
| [illegible] | 4 513 529 4 | [illegible] 041 692 6 | 9 146 708 9 | [illegible] 669 4 | 9 025 672 0 | 100 | 156 | 203 | 180 | 200 |
| [illegible] | [illegible] 186 6 | 4 909 [illegible] 0 | 4 126 758 4 | 4 745 091 0 | 6 390 028 4 | 100 | 126 | 104 | 119 | 161 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 910 9 | 14 929 702 9 | 16 104 097 7 | 26 9[illegible] 598 8 | 100 | 144 | 151 | 125 | 205 |
| [illegible] | [illegible] | 4 5[illegible] 769 0 | 5 205 407 5 | 5 292 726 3 | 6 945 375 9 | 100 | 145 | 170 | 170 | 224 |
| [illegible] | 6 [illegible] | [illegible] 37[illegible] 4 | 8 [illegible] 37 5 | 8 601 787 5 | 1 253 [illegible] 7 | 100 | 125 | 117 | 127 | 164 |
| [illegible] | [illegible] 270 18[illegible] | 6 251 854 9 | 66 [illegible] 574 7 | 64 049 315 2 | 87 640 548 9 | 100 | 195 | 195 | 190 | 260 |
| [illegible] | [illegible] 328 [illegible] 4 | 43 [illegible] 466 7 | 1 645 972 5 | 10 254 973 7 | 10 211 465 3 | 100 | 255 | 217 | 191 | 190 |
| [illegible] | [illegible] 037 [illegible] | [illegible] 795 968 5 | 124 [illegible] 504 4 | 117 614 691 4 | 158 391 411 0 | 100 | 175 | 176 | 166 | 224 |
| [illegible] | [illegible] 609 474 4 | [illegible] 975 926 0 | 7 493 [illegible] 7 8 | 5 287 175 8 | 7 221 010 9 | 100 | 123 | 132 | 95 | 127 |
| [illegible] | [illegible] 392 [illegible] 4 | 47 181 [illegible] 7 | 43 964 774 4 | 48 051 755 1 | 71 707 487 8 | 100 | 159 | 154 | 169 | 252 |
| [illegible] | 374 9[illegible] 5 | [illegible] 088 499 2 | [illegible] 954 242 9 | 100 144 468 0 | 183 061 601 8 | 100 | 184 | 173 | 207 | 237 |
| [illegible] | [illegible] 7 | 7 440 44 4 | 8 0[illegible] 9 3 | 1[illegible] 904 [illegible] 8 | 5 539 [illegible] 58 6 | 100 | 117 | 126 | 203 | 244 |
| [illegible] | [illegible] | 49 934 [illegible] 8 | 43 955 [illegible] 1 | 56 [illegible] 1 | 79 264 780 0 | 100 | 187 | 165 | 210 | 207 |
| [illegible] | [illegible] | 5[illegible] 500 [illegible] | [illegible] 304 402 4 | 730 677 082 1 | 956 634 136 4 | 100 | 174 | 97 | 227 | 298 |
| [illegible] | 4 [illegible] 867 [illegible] | [illegible] 240 7[illegible] | 871 [illegible] 248 [illegible] | [illegible] 170 640 | 1 314 [illegible] 465 3 | 100 | 174 | 187 | 217 | 292 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] 4 [illegible] 154 | [illegible] 817 [illegible] 7 | 1 491 155 245 7 | 100 | 189 | 204 | 240 | 329 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 48 [illegible] 8 | [illegible] 041 4 | 82 442 2[illegible] 4 | 100 | 150 | 156 | 194 | 266 |
| [illegible] | [illegible] 4 | [illegible] 744 [illegible] | [illegible] 1[illegible] 4 | [illegible] 681 454 4 | 41 284 018 4 | 100 | 145 | 128 | 128 | 161 |
| [illegible] | [illegible] 4 | [illegible] | 188 [illegible] 9 | [illegible] 205 854 8 | 202 042 092 4 | 100 | 1[illegible] | 182 | 170 | 195 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 664 1 | | | 1 816 823 549 8 | 100 | 182 | 195 | 221 | 297 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 665 [illegible] | [illegible] 142 7[illegible] 0 | 356 [illegible] 064 0[illegible] 3 | | | | | | |
| [illegible] | 4 [illegible] | [illegible] 4 | [illegible] | 8 [illegible] 688 7 | 9 577 745 8 | 100 | 154 | 175 | 198 | 228 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 4 | [illegible] | 5 450 [illegible] 3 | 5 884 720 8 | 100 | 148 | 148 | 160 | 172 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 062 | 449 [illegible] | [illegible] 835 370 0 | 15 462 375 4 | 100 | 15[illegible] | 163 | 181 | 202 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] 084 [illegible] 1 | 3 344 942 754 6 | 100 | 7[illegible] | 190 | 215 | 285 |

# IMPOSTO DE RENDA

## PESSOA JURÍDICA

S.PAULO - D.FEDERAL - R.G.SUL - MINAS - DEMAIS

1947 - 1951



**EXERCÍCIOS DE 1950 E 1951**

**LANÇAMENTO**

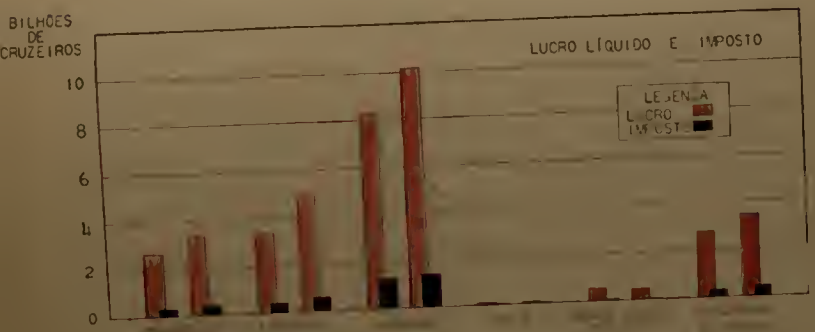
**PESSOA JURÍDICA**

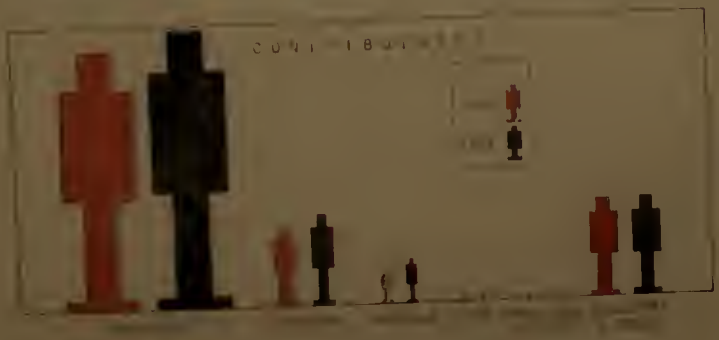
**Número de contribuintes, lucro tributado e impôsto por tipo de sociedade**

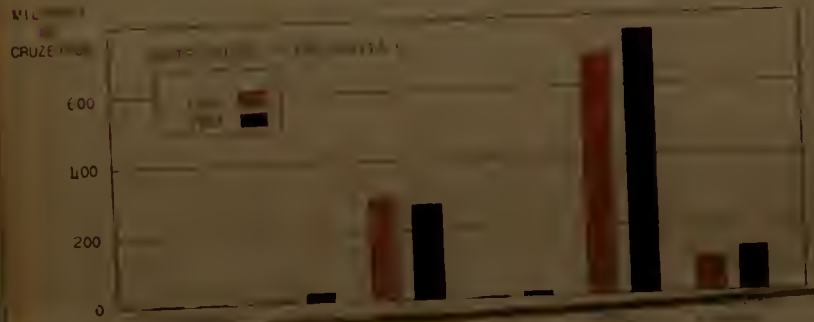
**B R A S I L**

| | 1950 | | | | 1951 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

# IMPOSTO DE RENDA
## PESSOA JURÍDICA
## 1951





## IMPÔSTO DE RENDA

### [illegible] NOS VALORES NAS FONTES

Arrecadação Geral

| [illegible] | [illegible] | [illegible] |

IMPÔSTO DE RENDA

[illegible]NÇA NACIONAL

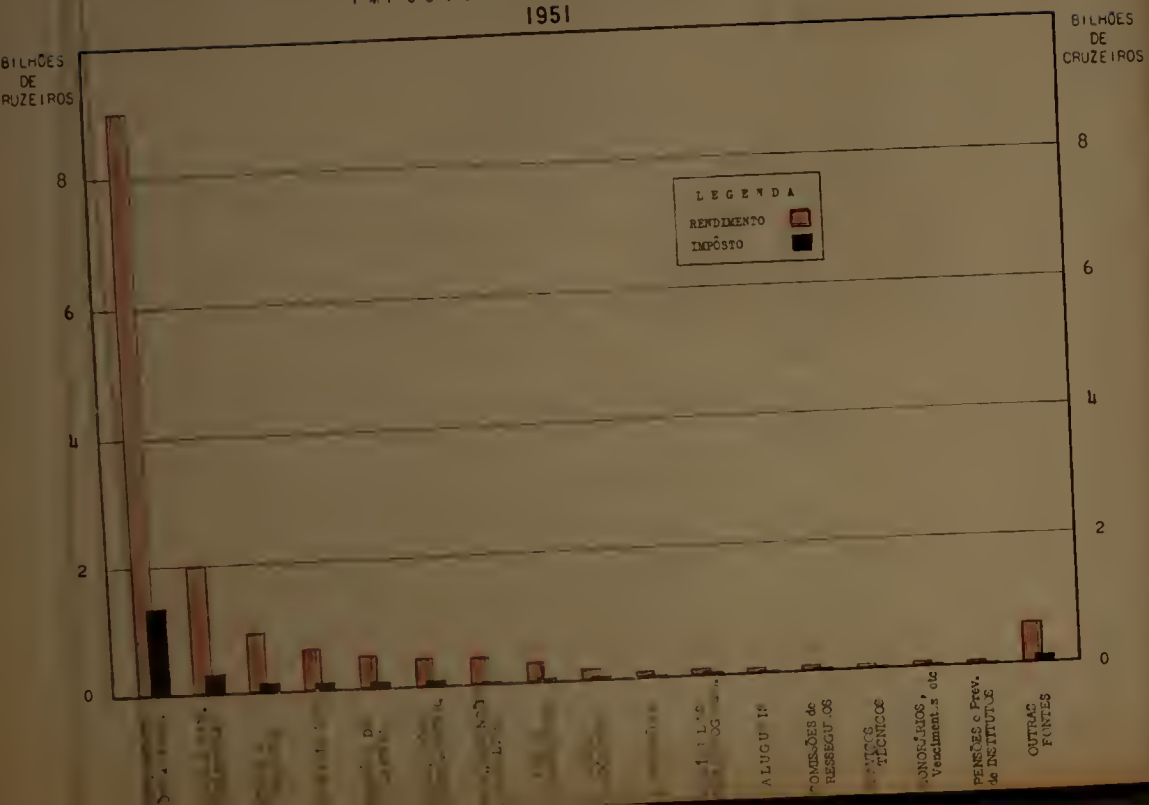
Destino do Rendimento

# IMPOSTO DE RENDA

## RETENÇÃO NA FONTE

IMPOSTO E RENDIMENTO

1951



**IMPÔSTO DE RENDA**

**QUANTO NA FONTE**

**Destino do Rendimento**

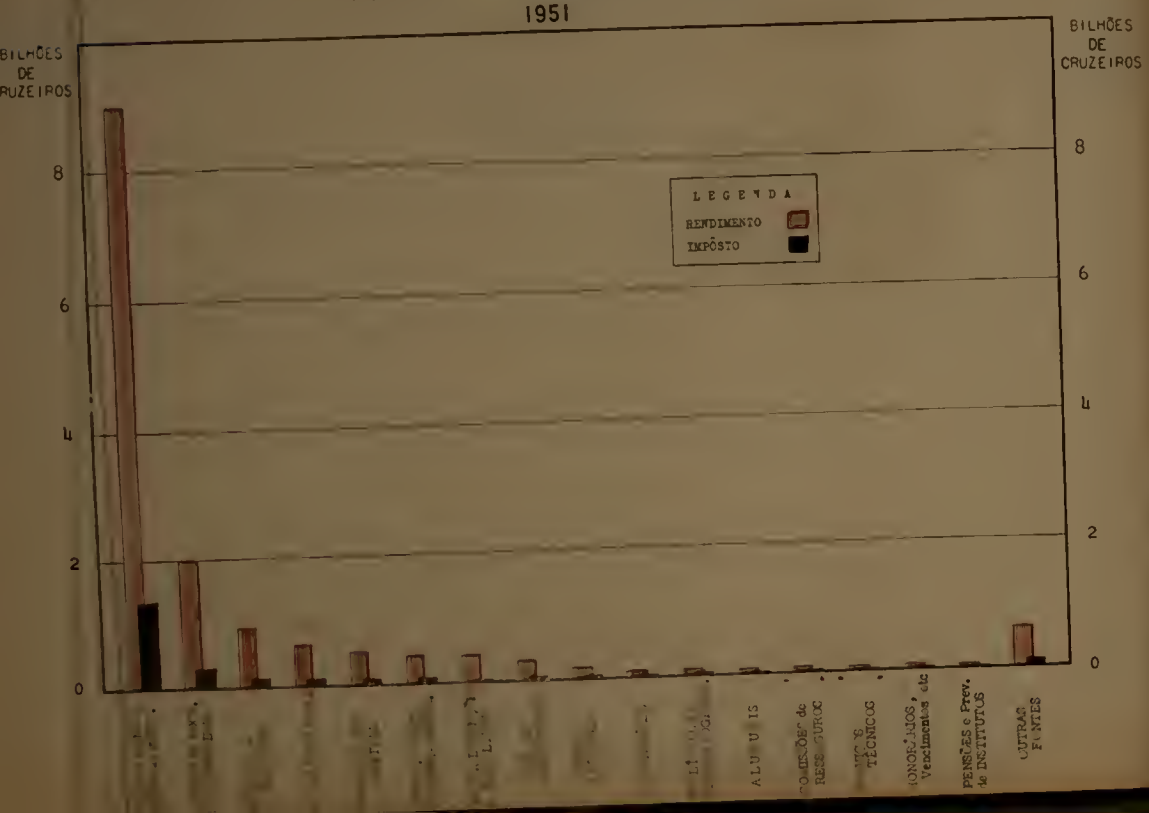
| PAÍSES | | | |
|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA

## RETENÇÃO NA FONTE

IMPOSTO E RENDIMENTO

1951



IMPOSTO DE RENDA

[illegible]

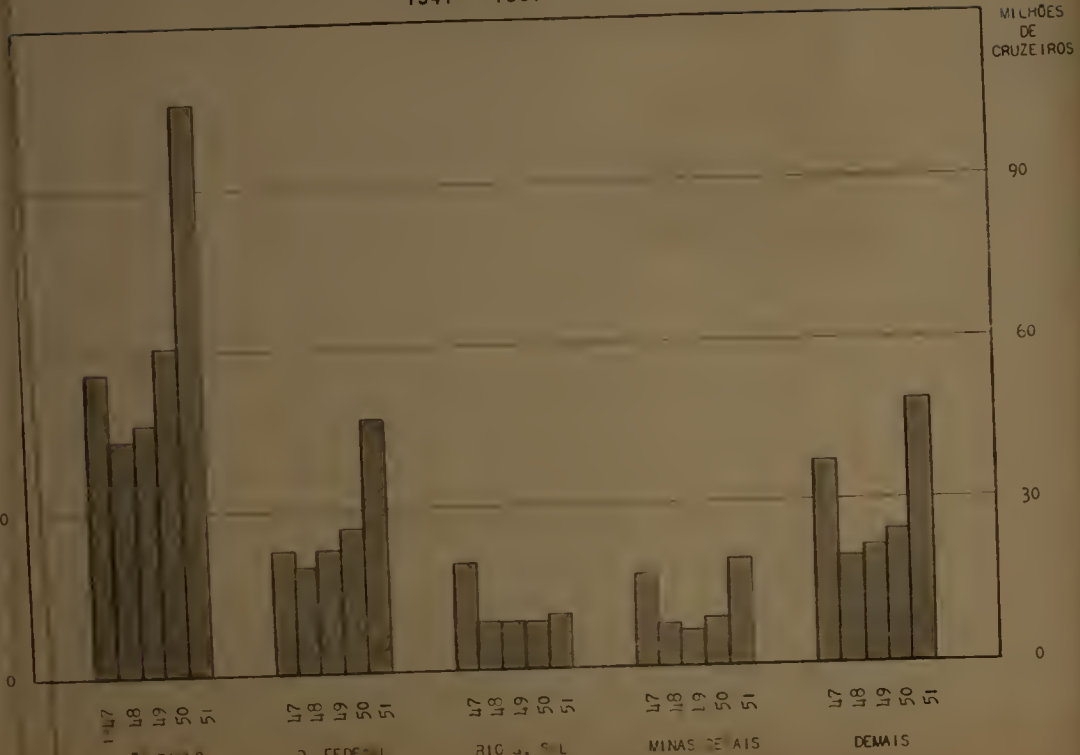
Arrecadação Geral

# IMPOSTO DE RENDA

## LUCRO IMOBILIÁRIO

S.PAULO - D.FEDERAL - R.G. DO SUL - MINAS - DEMAIS

1947 - 1951



**EXERCÍCIO DE [illegible]**

**[illegible] MILÕES [illegible] RENDA**

**Retenção nas Fontes**

[illegible]

[illegible]

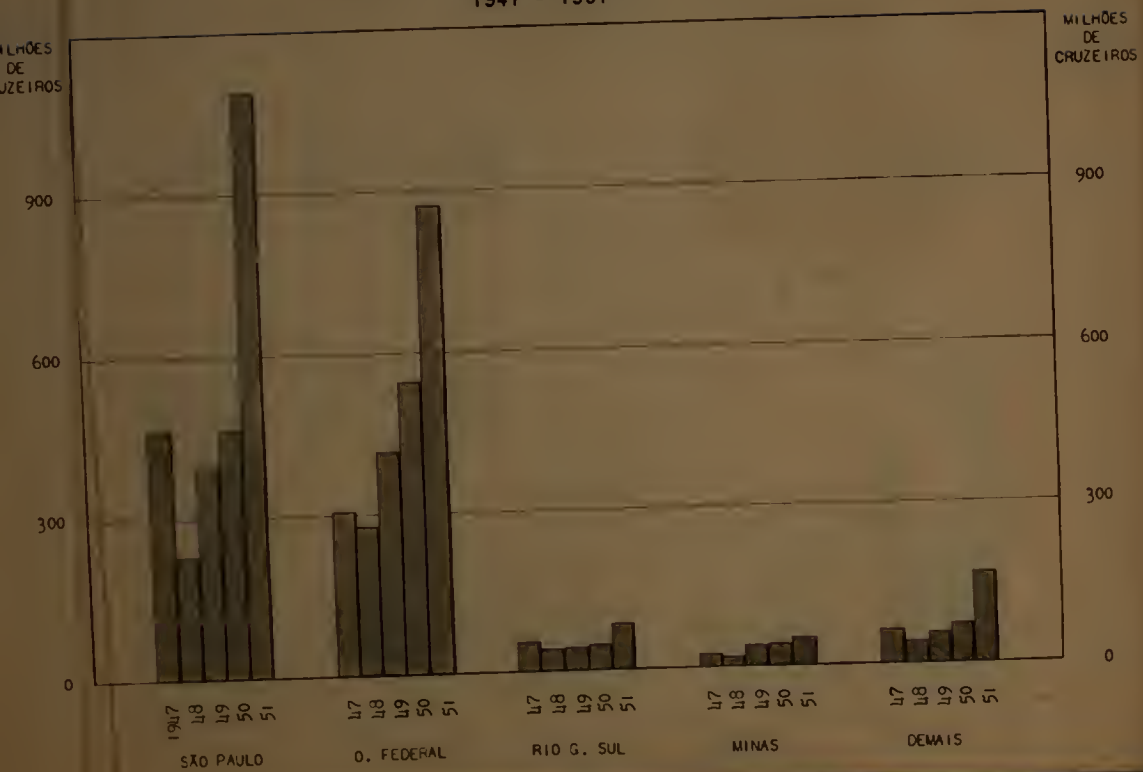
[illegible]

# IMPOSTO DE RENDA

## RETENÇÃO NA FONTE

S.PAULO - D.FEDERAL - R.G.SUL - MINAS - DEMAIS

1947 - 1951



## IMPOSTO DE RENDA

### PESSOA FÍSICA E JURÍDICA

### Arrecadação Geral

| REGIÕES | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

**EXERCICIO DE 1951**

**ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA**

| | | |

**IMPOSTO DE RENDA**

**PESSOA FÍSICA**

**Arrecadação Geral**

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

## EXERCÍCIO DE 1951

## RENDA EXTRAORDINÁRIA

### Arrecadação Geral

| [illegible] | RENDAS EVENTUAIS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible]

**IMPOSTO DE RENDA**

**[illegible]**

**Arrecadação Geral**

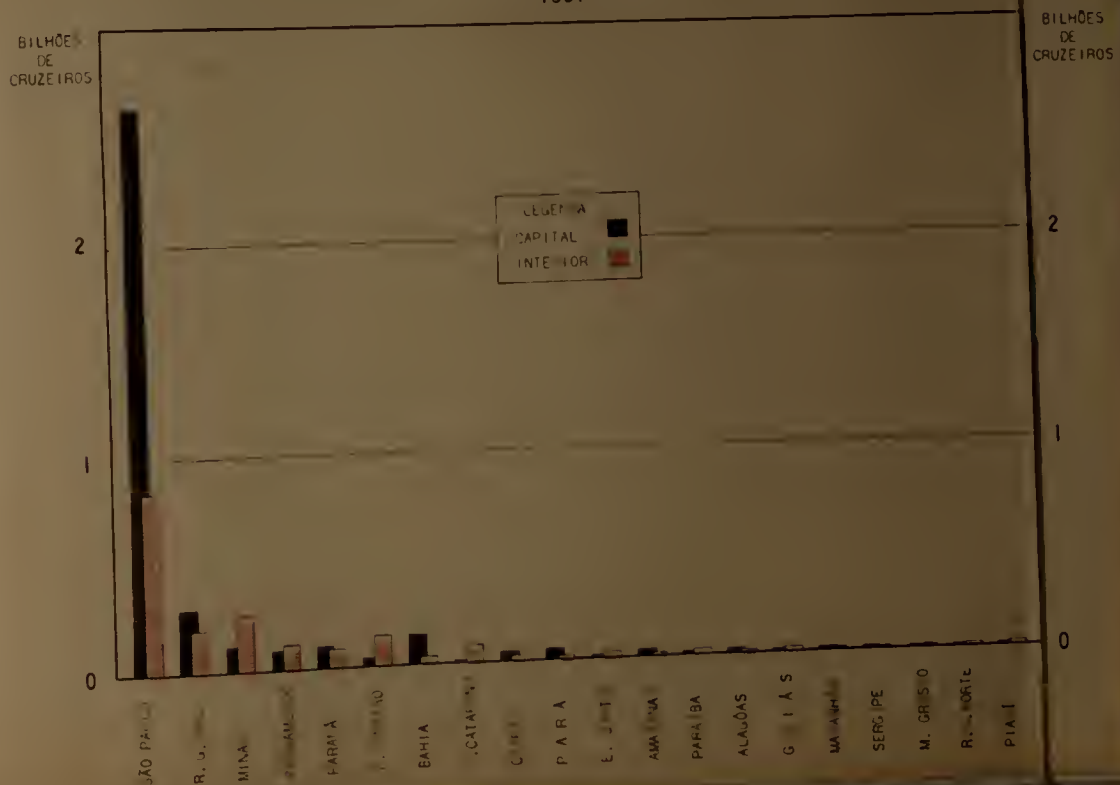
## EXERCICIO DE 1951

COTA DO IMPOSTO DE RENDA DESTINADA AOS MUNICÍPIOS — Cr$ 807.000.000,00

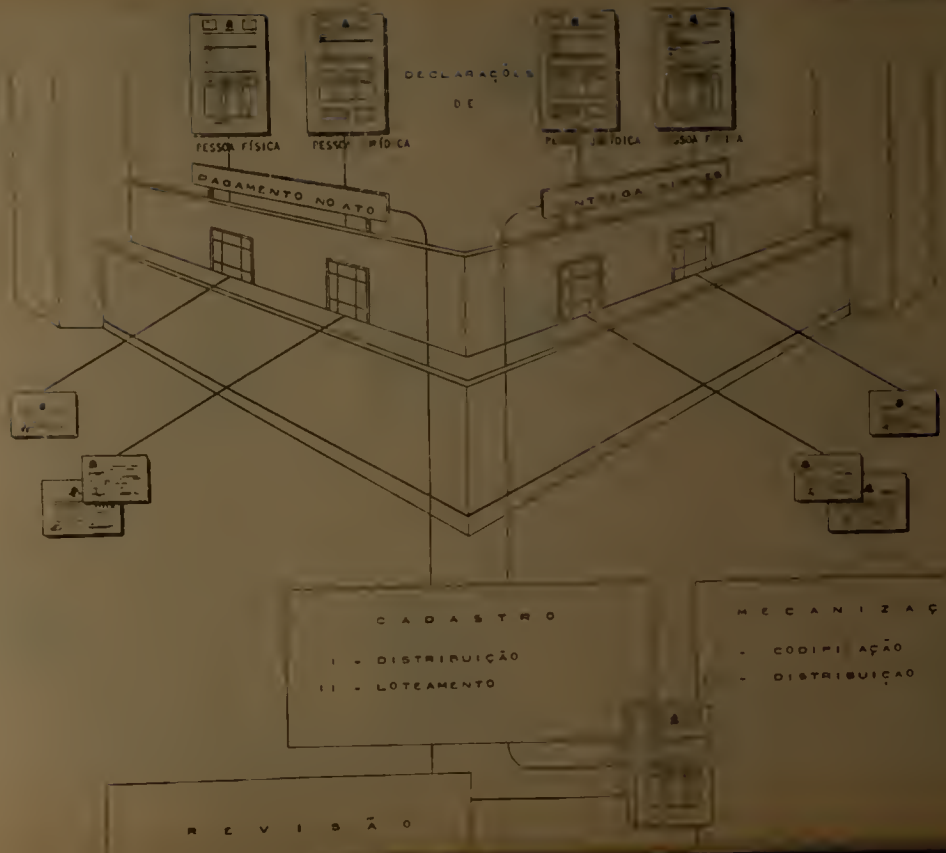
**A cada Município — Cr$ 432.475,90**

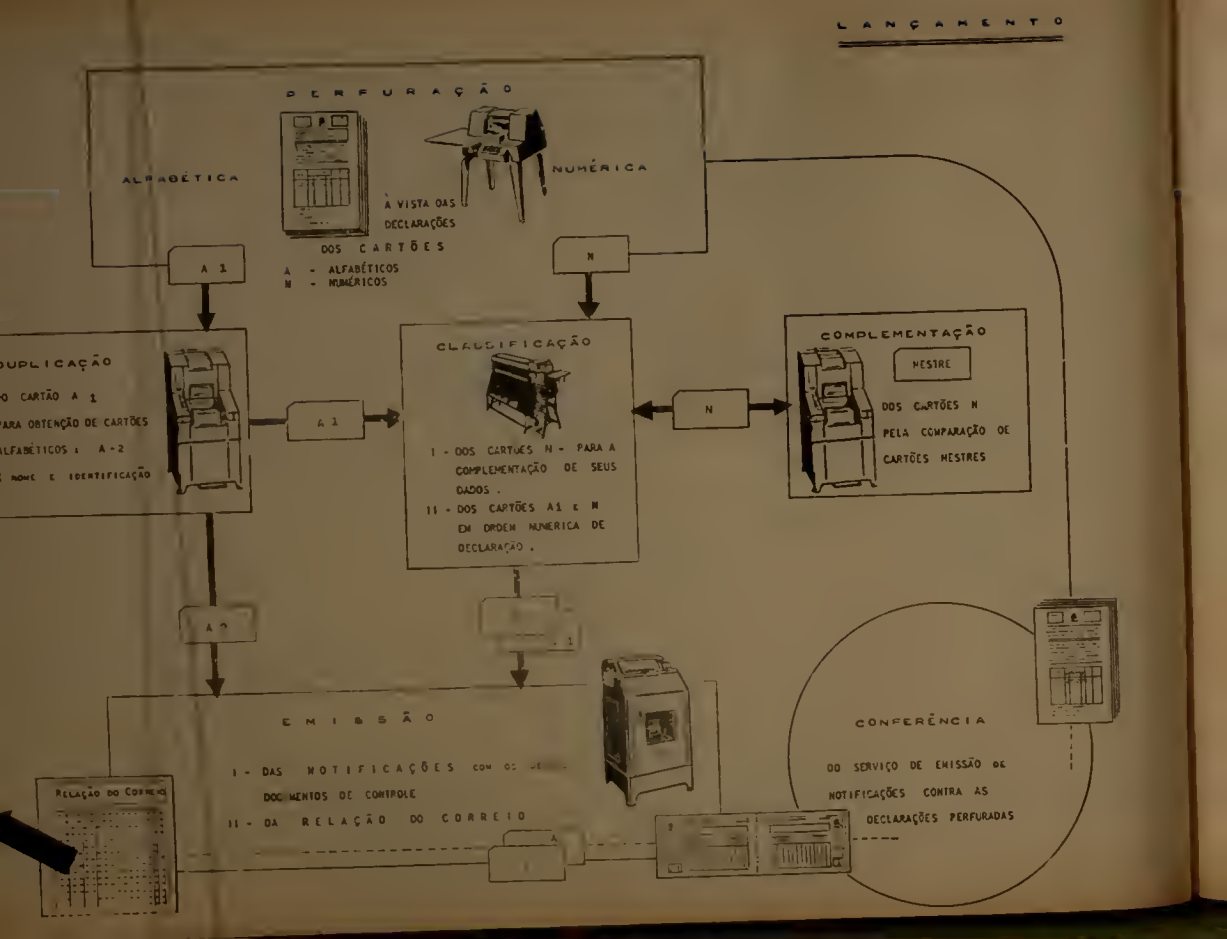
| UNIDADES FEDERADAS | [illegible] DO IMPOSTO DE RENDA [illegible] | NÚMERO DE MUNICÍPIOS | PRODUTO DA COTA DO IMPOSTO DE RENDA |
|---|---|---|---|
| | Cr$ | | Cr$ |
| [illegible] | [illegible] 209 70 | 24 | 10 379 121 20 |
| [illegible] | [illegible] 00 80 | [illegible] | [illegible] 083 101 80 |
| [illegible] | [illegible] 767 [illegible] 40 | 71 | 30 705 787 80 |
| [illegible] | [illegible] 21 918 20 | 48 | 20 756 842 40 |
| [illegible] | [illegible] 719 [illegible] 00 | 78 | [illegible] 733 119 00 |
| [illegible] | [illegible] 12 488 90 | 47 | 20 326 466 00 |
| [illegible] | [illegible] 823 [illegible] 20 | 41 | 17 731 [illegible] 20 |
| [illegible] | [illegible] 196 402 10 | 89 | 38 [illegible] 353 70 |
| [illegible] | [illegible] 710 846 10 | 36 | [illegible] 269 131 80 |
| [illegible] | [illegible] 742 [illegible] 20 | [illegible] | 7 731 511 20 |
| [illegible] | [illegible] 27 [illegible] 422 40 | [illegible] | [illegible] 438 986 70 |
| [illegible] | [illegible] 249 [illegible] 70 | 387 | 167 268 167 20 |
| [illegible] | [illegible] 10 269 187 80 | [illegible] | 4 271 704 20 |
| [illegible] | [illegible] 7 051 245 00 | [illegible] | 23 [illegible] 173 60 |
| [illegible] | [illegible] 802 [illegible] 589 40 | [illegible] | 163 475 884 20 |
| [illegible] | [illegible] 82 [illegible] 13 70 | [illegible] | 34 [illegible] 594 00 |
| [illegible] | [illegible] 82 828 309 70 | [illegible] | 22 [illegible] 270 00 |
| [illegible] | [illegible] 93 264 [illegible] 70 | [illegible] | [illegible] 355 305 40 |
| [illegible] | [illegible] [illegible] 60 | [illegible] | [illegible] 704 [illegible] 80 00 |
| [illegible] | [illegible] 99 971 00 | 76 | [illegible] 867 167 20 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 807 000 000 00 |

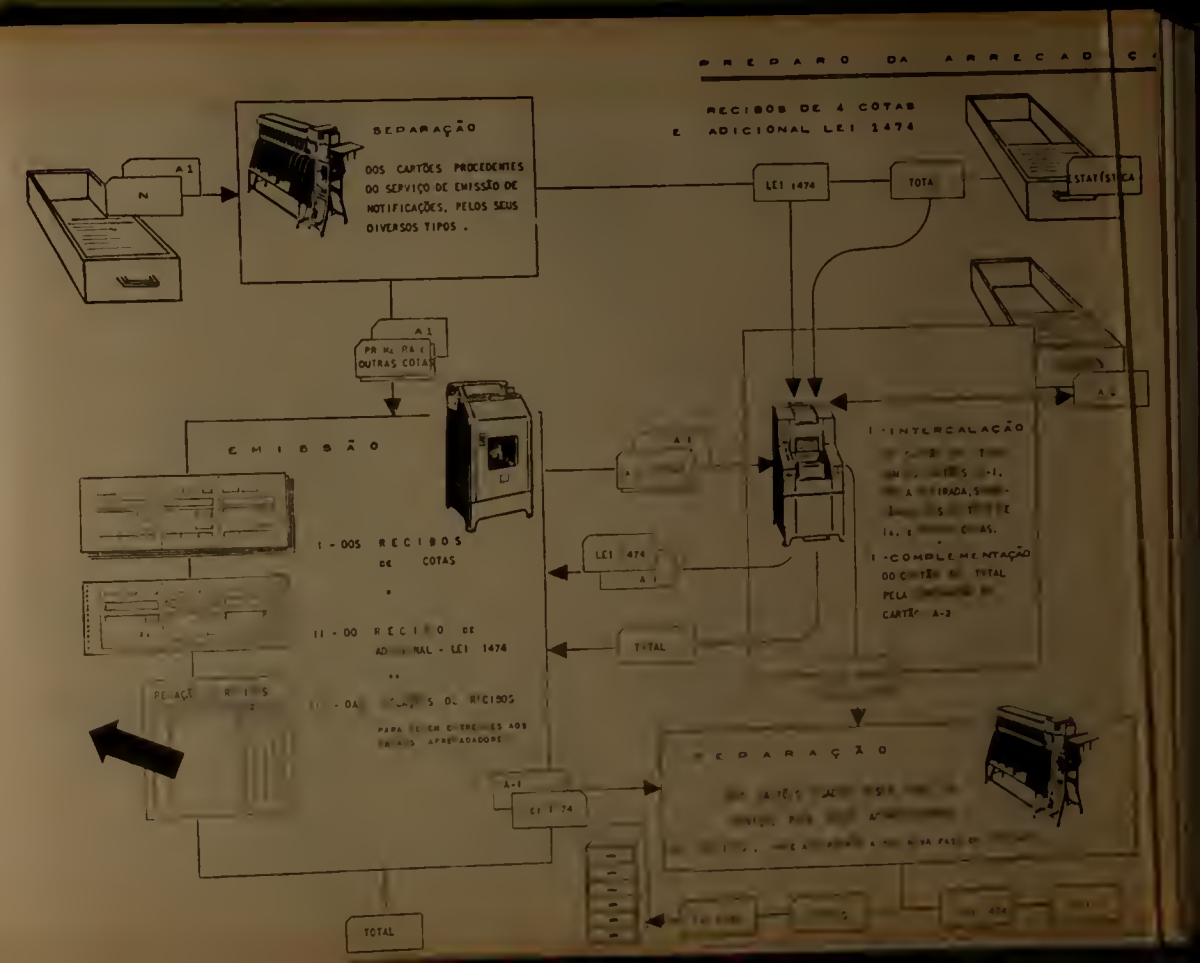
# IMPOSTO DE RENDA
## CAPITAIS E INTERIOR
## 1951

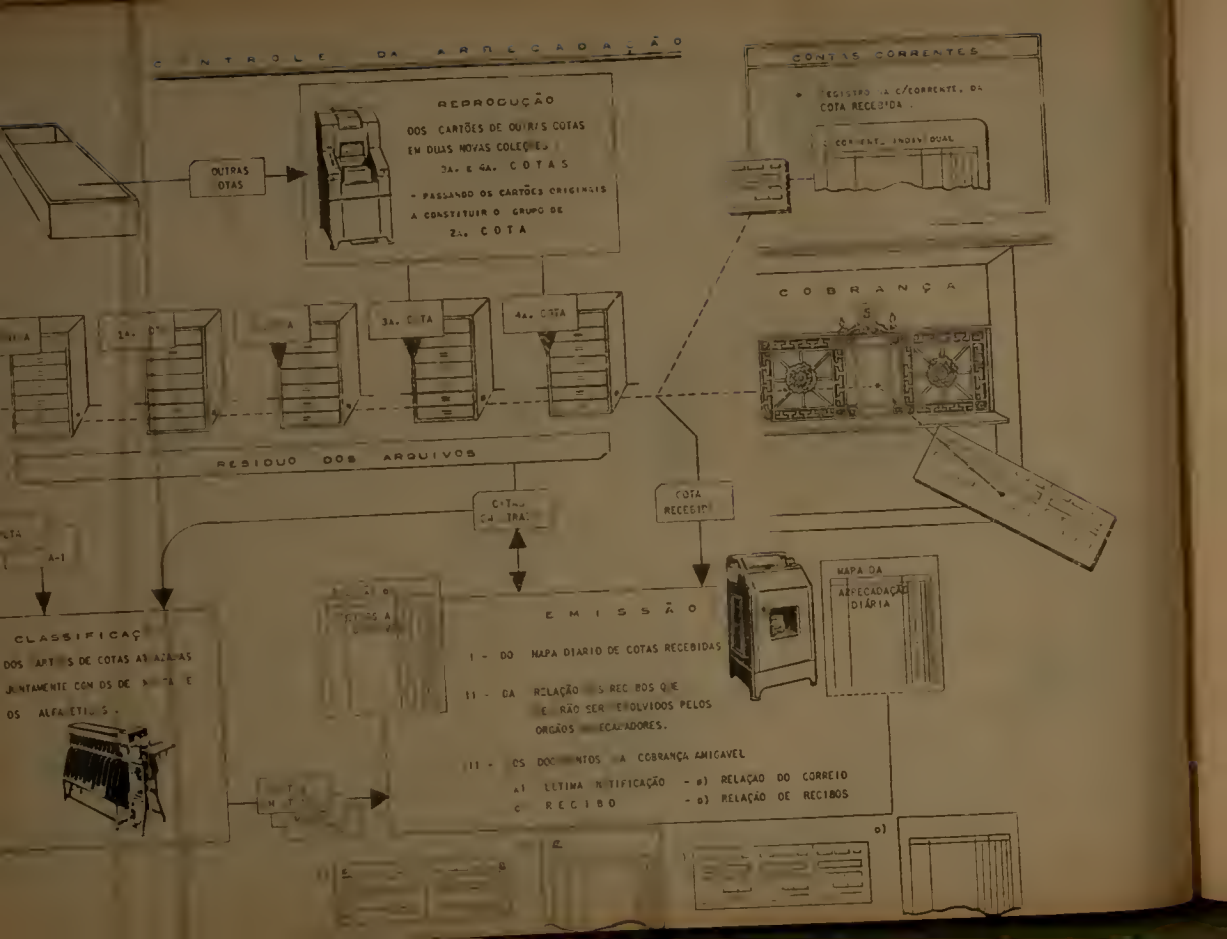


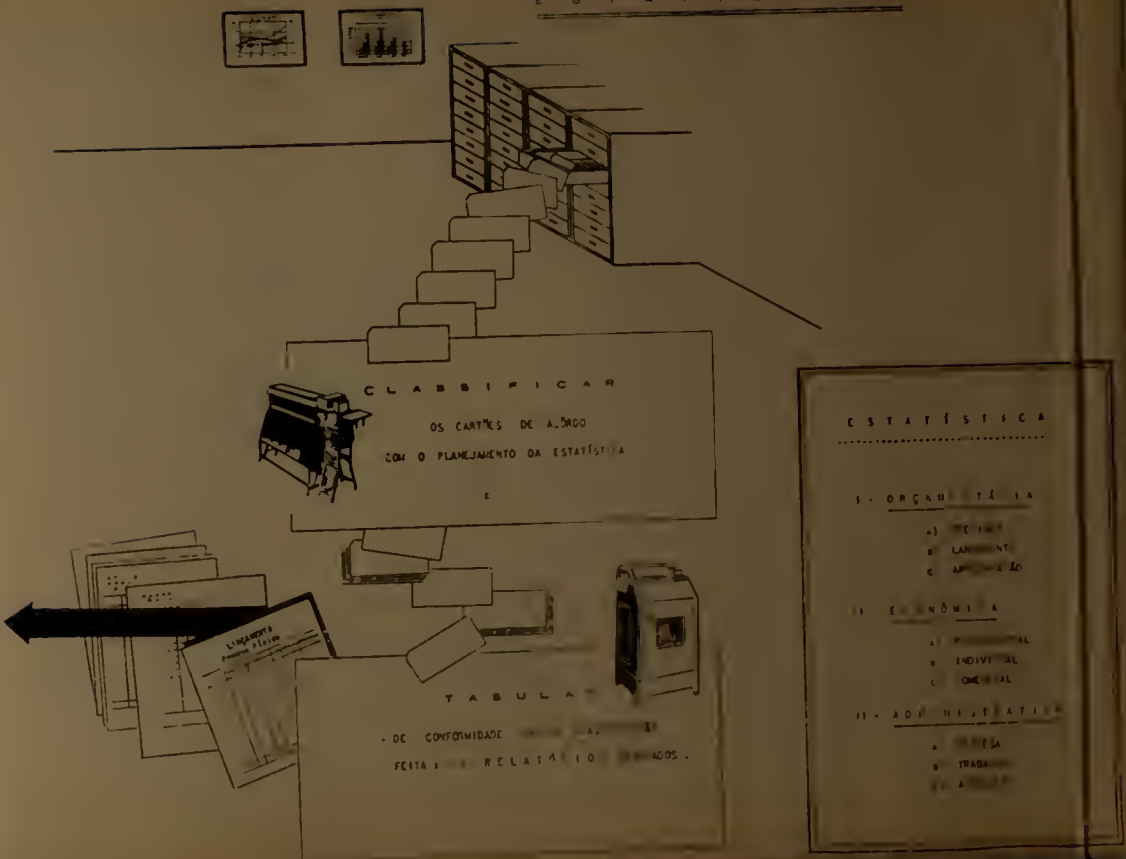
RECEPÇÃO — LANÇAMENTO PREPARO DA ARRECADAÇÃO CONTRÔLE DA ARRECADAÇÃO ESTATISTICA MODELOS


DECLARAÇÕES
DE
PESSOA FÍSICA
PESSOA JURÍDICA
PAGAMENTO NO ATO
CADASTRO
I - DISTRIBUIÇÃO
II - LOTEAMENTO
MECANIZAÇÃO
- CODIFICAÇÃO
- DISTRIBUIÇÃO
REVISÃO


PERFURAÇÃO
ALFABÉTICA
NUMÉRICA
À VISTA DAS DECLARAÇÕES
DOS CARTÕES
A - ALFABÉTICOS
N - NUMÉRICOS
A 1
N
DUPLICAÇÃO
O CARTÃO A 1
PARA OBTENÇÃO DE CARTÕES
ALFABÉTICOS : A-2
NOME E IDENTIFICAÇÃO
A 1
CLASSIFICAÇÃO
I - DOS CARTÕES N - PARA A COMPLEMENTAÇÃO DE SEUS DADOS .
II - DOS CARTÕES A1 E N EM ORDEM NUMERICA DE DECLARAÇÃO .
N
COMPLEMENTAÇÃO
MESTRE
DOS CARTÕES N PELA COMPARAÇÃO DE CARTÕES MESTRES
A 2
EMISSÃO
I - DAS NOTIFICAÇÕES COM OS
DOCUMENTOS DE CONTROLE
II - DA RELAÇÃO DO CORREIO
RELAÇÃO DO CORREIO
CONFERÊNCIA
DO SERVIÇO DE EMISSÃO DE NOTIFICAÇÕES CONTRA AS DECLARAÇÕES PERFURADAS


PREPARO DA ARRECAD
RECIBOS DE 4 COTAS
E ADICIONAL LEI 1474
SEPARAÇÃO
DOS CARTÕES PROCEDENTES DO SERVIÇO DE EMISSÃO DE NOTIFICAÇÕES, PELOS SEUS DIVERSOS TIPOS .
A1
N
LEI 1474
TOTA
STATÍSTICA
A1
OUTRAS COTAS
EMISSÃO
I - 005 RECIBOS
DE COTAS
II - 00 RECIBO DE
ADICIONAL - LEI 1474
LEI 474
A1
TOTAL
I - INTERCALAÇÃO
I - COMPLEMENTAÇÃO
CARTÃO A-2
A-1
LEI 1 74
SEPARAÇÃO
TOTAL


CONTROLE DA ARRECADAÇÃO
REPRODUÇÃO
DOS CARTÕES DE OUTRAS COTAS
EM DUAS NOVAS COLEÇÕES
3a. E 4a. COTAS
- PASSANDO OS CARTÕES ORIGINAIS
A CONSTITUIR O GRUPO DE
2a. COTA
OUTRAS COTAS
CONTAS CORRENTES
COTA RECEBIDA
COBRANÇA
3a. COTA
4a. COTA
RESIDUO DOS ARQUIVOS
COTA RECEBIDA
CLASSIFICAÇ
EMISSÃO
I - DO MAPA DIARIO DE COTAS RECEBIDAS
II - DA RELAÇÃO
ORGÃOS
III - OS DOC
COBRANÇA AMIGAVEL
A) ULTIMA NOTIFICAÇÃO - a) RELAÇÃO DO CORREIO
C RECIBO - b) RELAÇÃO DE RECIBOS
MAPA DA ARRECADAÇÃO DIÁRIA


E S T A T Í S T I C A
C L A S S I F I C A R
OS CARTÕES DE AJUSTO
COM O PLANEJAMENTO DA ESTATÍSTICA
E
T A B U L A R
- DE CONFORMIDADE
FEITA
RELATÓRIO
ESTATÍSTICA
I - ORÇAMENTÁRIA
II ECONÔMICA
INDIVIDUAL
III - ADMINISTRATIVA
TRABALHO

# E S T A T Í S T I C A

_ PODERÃO SER OBTIDOS RELATÓRIOS QUE INCLUAM: UM OU MAIS DADOS DISCRIMINADOS ABAIXO EM NUMERO E VALORES, ISOLADOS OU COMBINADOS.

## P E S S O A  F Í S I C A

- RENDIMENTOS BRUTOS-CEDULARES
- RENDIMENTOS LIQUIDOS-CEDULARES
- RENDA BRUTA
- RENDA LÍQUIDA
- LEI DE PROTEÇAO À FAMÍLIA
- ATIVIDADE DO CONTRIBUINTE
- NACIONALIDADE DO CONTRIBUINTE
- ADICIONAL - LEI 1474
- CLASSES DE RENDA
- IMPOSTO COMPLEMENTAR
- PROLE
- MULTAS

## P E S S O A  J U R Í D I C A

- RENDAS BRUTAS
- LUCRO REAL OU PRESUMIDO
- IMPOSTO DE RENDA
- ATIVIDADE
- ESPÉCIE DE SOCIEDADE
- LEI 1474 - SOBRE O IMPOSTO DE RENDA
- LEI 1474 - SOBRE RESERVAS
- MULTAS
- CLASSES DE RENDA

E

T O T A I S

DE

L A N Ç A M E N T O
A R R E C A D A Ç Ã O
A T R A Z A D O S
E M  C O B R A N Ç A
D I V I D A  A T I V A  ETC ...

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

RELAÇÃO PARA O D.C.T. DAS NOTIFICAÇÕES DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA REGISTRADAS E POSTADAS EM 5 DE JUNHO DE 1952

| NUMERO DE REGISTRO | NUMERO DA DECLARAÇÃO | NUMERO DA NOTIFICAÇÃO | NOME | TAXA |
|---|---|---|---|---|
| 135790 | 1231 | 1231 | ANTONIO SILVA MELLO | 2 60 |
| 135791 | 1232 | 1232 | ALCIDES COSTA | 2 60 |
| 135792 | 1233 | 1233 | JOSEFINA MEDEIROS | 2 60 |
| 135793 | 1234 | 1234 | ARQUIMEDES SOUSA DIAS | 2 60 |
| 135794 | 1235 | 1235 | CARLOS GOUVEIA | 2 60 |
| 135795 | 1236 | 1236 | JOAQUIM PEREIRA NETTO | 2 60 |

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA

DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

RELAÇÃO DE RECIBOS DE PAGAMENTO DO IMPOSTO DE RENDA

ENVIADOS À COLETORIA DE CAPITAL

EM 5 DE JUNHO DE 1952

| NÚMERO | NOME | NUMERO DE CONTRIBUINTES | TOTAL A PAGAR |
|---|---|---|---|
| 1231 | ANTONIO SILVA MELLO | | 137270 |
| 1232 | ALCIDES COSTA | | 153238 |
| 1233 | JOSEFINA MEDEIROS | | 83050 |
| 1234 | ARQUIMEDES SOUSA DIAS | | 1537380 |
| 1235 | CARLOS GOUVEIA | | 287353 |
| 1236 | JOAQUIM PEREIRA NETTO | | 138276 |
| | | 106 | 1546370 |

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

| AN. NOTIFICAÇÃO | AN. DECLARAÇÃO | DATA | S. PAG. | EXERCÍCIO |
|---|---|---|---|---|
| 123456 | 654321 | 5JUN52 | 102 | 1952 |

Nome(s), Br(s),
ARQUIMEDES BOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 233
MORRO ALTO CAPITAL

DEVERÁ RECOLHER AS COTAS CONSTANTES DESTA NOTIFICAÇÃO ATÉ AS DATAS INDICADAS

| VENC. 1a. COTA | VALOR da 1a. COTA |
|---|---|
| 25JUN52 | 43533,0 |

| VENC. 2a. COTA | VENC. 3a. COTA | VENC. 4a. COTA | Valor de cada uma das 3 cotas restantes |
|---|---|---|---|
| 25JUL52 | 25AGO52 | 25SET52 | 31095,0 |

| CED. | RENDIMENTO BRUTO | RENDIMENTO LÍQUIDO | IMPOSTO |
|---|---|---|---|
| C | 4800000 | 4620000 | 46200 |
| D | 3720000 | 3480000 | 69600 |
| RENDA BRUTA | | 8100000 | |
| RENDA LIQUIDA | | 6800000 | 1128000 |
| TOTAL IMPOSTO DE RENDA | | | 1245800 |
| DECRETO LEI 5200 | | | 12438,0 |
| FUNDO DO ARTS LEI 1474 | | | |
| 15 P CENTO S IMP RENDA | | | |
| VENCIMENTO EM 25OUT52 | | | 16920,0 |

TOTAL A PAGAR $ .15375,80

ANOTAÇÃO DE PAGAMENTO

1a. / /
2a. / /
3a. / /
4a. / /
Data

DECRETO LEI 5200
FUNDO DO ARTS LEI 1474
15 P CENTO S IMP RENDA
VENCIMENTO EM 25OUT52
TOTAL A PAGAR $ .15375,80
ANOTAÇÃO DE PAGAMENTO
1a. / /
2a. / /
3a. / /
4a. / /
Data

CAPITAL
CAPITAL
IMPOSTO
4620,0
6960,0
11280,0
12458,0
12438,0
16920,0
O DE RENDA
RECIBO DE ENTREG
DA N TIPICA,Á
Recebi de .. do .. de .95.
O RESTITUÍDO
TOTAL A PAGAR $

DE NOTIFICAÇÃO — DE DECLARAÇÃO
12345654321

DATA
5JUN52

EXERCÍCIO
1952

Sr.(a), Sr(a).
INDUSTRIAS METALURGICAS S A
AV INDUSTRIAL 1935
VALE PRETO — CAPITAL

DEVERÁ RECOLHER AS COTAS CONSTANTES DESTA NOTIFICAÇÃO ATÉ AS DATAS INDICADAS

| VENC. 1a. COTA | VENC. 2a. COTA | VENC. 3a. COTA | VALOR DA 1a. COTA | Valor de cada uma das 3 cotas restantes |
|---|---|---|---|---|
| 25JUN52 | 25JUL52 | 25AGO52 | 247000,0 | 247000,0 |

| RENDA BRUTA | LUCRO REAL OU PRESUMIDO | IMPOSTO |
|---|---|---|
| | 6700000,0 | 9880000 |
| FUNDO DO ART3 LEI 1474 | | |
| 15 O CENTO S IMPRENDA | | 1482000 |
| 3 O CENTO S RESERVAS | | 1500000 |
| TOTAL VENCIVEL 25OUT52 | | 2982000 |

ANOTAÇÕES DE PAGAMENTO

TOTAL A PAGAR Cr$ 1.286.200,0

EXERCÍCIO 1952
CAS S A
CAPITAL
247.000,0
247.000,0
IMPOSTO
9880000
1482000
1500000
2982000
TOTAL A PAGAR Cr$ 1.286.200,0

Recebi em.....de.....de 195---

O DESTINATÁRIO

NOTA: Este recibo deve ser datado e assinado a tinta

EXERCÍCIO 1952
CAS S A
CAPITAL
E RENDA
DE ENTREGA
NOTIFICAÇÃO
VALOR da 1a.COTA
Valor de cada uma das 3 cotas restantes
IMPOSTO
TOTAL A PAGAR Cr$

PESSOA FÍSICA

| | | | |
|---|---|---|---|
| 123456654321 | 5JUN52 | 102 | 1952 |

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO CAPITAL

O SALDO TOTAL A PAGAR, CONSTANTE DESTA NOTIFICAÇÃO, DEVERÁ SER RECOLHIDO ATÉ A DATA ABAIXO INDICADA — VENCIMENTO 25JUN52

| CÓD. | RENDIMENTO BRUTO | RENDIMENTO LÍQUIDO | IMPOST |
|---|---|---|---|
| C | 4800000 | 4620000 | 48200 |
| D | 3720000 | 3480000 | 69800 |
| RENDA BRUTA | | 8100000 | |
| RENDA LIQUIDO | | 6800000 | 1128000 |
| TOTAL IMPOSTO DE RENDA | | | 1243800 |
| DECRETO LEI 3200 | | | 124380 |
| MULTA SOBRE IMP RENDA | | | 124380 |
| MULTA SOBRE D L 3200 | | | 12438 |
| FUNDO DO ART3 LEI 1474 | | | |
| 15 D CENTO S IMP RENDA | | | 169200 |
| MORA NAO RESTITUIVEL | | | 16920 |
| TOTAL VENCIVEL 25JUL52 | | | 166120 |

TOTAL A PAGAR ..... R$ 1691118

ANOTAÇÃO DE PAGAMENTO
IMP. / /
ADIC. / /

| | | | |
|---|---|---|---|
| 52 | 102 | EXERCÍCIO 1952 | |

CAPITAL

VENCIMENTO 15JUN52

| CÓD. | IMPOSTO |
|---|---|
| 000 | 48200 |
| 000 | 69800 |
| 000 | |
| 000 | 1126000 |
| NDA | 1243800 |
| | 124380 |
| DA | 124380 |
| D | 12438 |
| FUNDO DO ART3 LEI 1474 | |
| 15 D CENTO S IMP RENDA | 169200 |
| MORA NAO RESTITUIVEL | 16920 |
| TOTAL VENCIVEL 25JUL52 | 168120 |

TOTAL A PAGAR R$ 1691118

ANOTAÇÃO DE PAGAMENTO
IMP. / /
ADIC. / /
1474

| | | | |
|---|---|---|---|
| 52 | 102 | EXERCÍCIO 1952 | |

CAPITAL

DE RENDA

DE ENTREGA
NOTIFICAÇÃO

Recebi R$ ....00 .....do Sr.

O REST ORÁRIO

NOTA . Este recibo deve ser datado e assinado à tinta

| | | | |
|---|---|---|---|
| 52 | 102 | EXERCÍCIO 1952 | |

IMPOSTO

TOTAL A PAGAR R$

NUMERO DA DECLARAÇÃO: 1 2 3 4 5 6 6 5 4 3 2 1

DATA: 5 JUN 52

EXERCICIO: 1952

INDUSTRIAS METALURGICAS S A
AV INDUSTRIAL 1935
VALE PRETO

CAPITAL

O VALOR TOTAL A PAGAR, CONSTANTE DESTA NOTIFICAÇÃO, DEVERÁ SER RECOLHIDO ATÉ A DATA DO LADO INDICADA.

VENCIMENTO: 25 JUN 52

| DESCRIMINAÇÃO | LUCRO REAL OU PRESUMIDO | IMPOSTO |
|---|---|---|
| | 6700000 | 9880000 |
| TOTAL IMPOSTO DE RENDA | | 9880000 |
| MULTA SOBRE IMP RENDA | | 98800 |
| FUNDO DO ART3 LEI 1474 | | |
| 15 P CENTO S IMP RENDA | | 1482000 |
| 3 P CENTO S RESERVAS | | 1500000 |
| TOTAL RESTITUIVEL | | 2982000 |
| MORA NAO RESTITUIVEL | | 298200 |
| TOTAL VENCIVEL 25JUL52 | | 3280200 |

TOTAL A PAGAR Cr$ 14148200

ANOTAÇÃO DE PAGAMENTO

Imp.

Recebi em_____de_____de 195____

O DESTINATÁRIO

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado o talão

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

NO NOTIFICAÇÃO NO DECLARAÇÃO 12345 654321 | DATA 5 JUN 52 | EXERCÍCIO 1952

CODIFICAÇÃO 001

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO CAPITAL

1A COTA IMP RENDA 310950
DECRETO LEI 3200 124380

1A COTA

VENC. NESTA DATA 25 JUN 52 | TOTAL A PAGAR 435330

25 JUL 52 | 25A00522 | 25 OCT 52
PRÉDIOS RESIDENCIAIS

B 310950

Este DEC100 somente tem valor, depois de autenticado pelo Órgão Arrecadador dentro deste espaço.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

NO NOTIFICAÇÃO NO DECLARAÇÃO 12345 654321 | DATA 5 JUN 52 | EXERCÍCIO 1952

CODIFICAÇÃO 001

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO CAPITAL

1A COTA IMP RENDA 310950
DECRETO LEI 3200 124380

2A COTA

VENCIMENTO 25 JUL 52 | 25A00522 | 25 OCT 52 | TOTAL A PAGAR 310950

Este DEC100 somente tem valor, depois de autenticado pelo Órgão Arrecadador dentro deste espaço.

DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA JURÍDICA

DATA: 5 JUN 52
EXERCÍCIO: 1952

INDUSTRIAS METALURGICAS S A
AV INDUSTRIAL 1935
VALE PRETO
CAPITAL

FIX PARA O IMPOSTO DE RENDA

TOTAL IMPOSTO DE RENDA 9880000
MULTA SOBRE IMP RENDA 988000

PAGAMENTO ÚNICO — VENCIMENTO 25 JUN 52 — TOTAL A PAGAR 10868000

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo órgão arrecadador dentro deste espaço.

---

DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA JURÍDICA

DATA: 5 JUN 52
EXERCÍCIO: 1952

INDUSTRIAS METALURGICAS S A
AV INDUSTRIAL 1935
VALE PRETO
CAPITAL

FIX PARA O IMPOSTO DE RENDA

TOTAL IMPOSTO DE RENDA 9880000
MULTA SOBRE IMP RENDA 988000

PAGAMENTO ÚNICO — VENCIMENTO 25/JUN/52 — TOTAL A PAGAR 10868000

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo órgão arrecadador dentro deste espaço.

---

DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA JURÍDICA

DATA: 5 JUN 52
EXERCÍCIO: 1952

INDUSTRIAS METALURGICAS S A
AV INDUSTRIAL 1935
VALE PRETO
CAPITAL

15 P CENTO S IMP RENDA 1482000
3 P CENTO S RESERVAS 1500000
TOTAL RESTITUIVEL 2982000
MORA NAO RESTITUIVEL 298200

TOTA VENCIVEL — VENCIMENTO 25 JUL 52 — TOTAL A PAGAR 3280200

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo órgão arrecadador dentro deste espaço.

---

DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA JURÍDICA

DATA: 5 JUN 52
EXERCÍCIO: 1952

INDUSTRIAS METALURGICAS S A
AV INDUSTRIAL 1935
VALE PRETO
CAPITAL

FIX PARA O IMPOSTO DE RENDA

15 P CENTO S IMP RENDA 1482000
3 P CENTO S RESERVAS 1500000
TOTAL RESTITUIVEL 2982000
MORA NAO RESTITUIVEL 298200

TOTAL VENCIVEL — VENCIMENTO 25 JUL 52 — TOTAL A PAGAR 3280200

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo órgão arrecadador dentro deste espaço.

---

DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA JURÍDICA

DATA: 5 JUN 52
EXERCÍCIO: 1952

INDUSTRIAS METALURGICAS S A
AV INDUSTRIAL 1935
VALE PRETO
CAPITAL

FIX PARA O ÓRGÃO ARRECADADOR

15 P CENTO S IMP RENDA 1482000
3 P CENTO S RESERVAS 1500000
TOTAL RESTITUIVEL 298 2000
MORA NAO RESTITUIVEL 298200

TOTAL VENCIVEL — VENCIMENTO 25 JUL 52 — TOTAL A PAGAR 3280200

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo órgão arrecadador dentro deste espaço.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

Nº de Identificação da Declaração: 12345654321
Data: 5 JUN 52
Exercício: 1952

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO
CAPITAL

Pague o importância abaixo discriminada, relativa à 3ª cota do Imp. de Renda

3ª COTA

Venc. desta cota: 25 AGO 52
Saldo do Exercício anterior
Total a pagar: 310950

Esta DECLARAÇÃO somente tem valor, depois de autenticada pelo Órgão Arrecadador dentro deste espaço.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

Nº de Identificação da Declaração: 12345654321
Data: 5 JUN 52
Exercício: 1952

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO
CAPITAL

Pague o importância abaixo discriminada, relativa à 4ª cota do Imp. de Renda

4ª COTA

Venc. desta cota: 25 SET 52
Total a pagar: 310950

Esta DECLARAÇÃO somente tem valor, depois de autenticada pelo Órgão Arrecadador dentro deste espaço.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

| Nº NOTIFICAÇÃO | Nº DECLARAÇÃO | DATA | EXERCÍCIO |
|---|---|---|---|
| 12345 | 654321 | 5JUN52 | 1952 |

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO
CAPITAL

VIA PARA O IMPOSTO DE RENDA

| | |
|---|---|
| TOTAL IMPOSTO DE RENDA | 1243800 |
| DECRETO LEI 3200 | 124380 |
| MULTA SOBRE IMP RENDA | 124380 |
| MULTA SOBRE D L 3200 | 12438 |

PAGAMENTO ÚNICO — VENCIMENTO 25/JUN/52 — TOTAL A PAGAR 1504998

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo Órgão Arrecadador dentro deste espaço.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

| Nº NOTIFICAÇÃO | Nº DECLARAÇÃO | DATA | EXERCÍCIO |
|---|---|---|---|
| 12345 | 654321 | 5JUN52 | 1952 |

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO
CAPITAL

VIA PARA O ÓRGÃO ARRECADADOR

| | |
|---|---|
| TOTAL IMPOSTO DE RENDA | 1243800 |
| DECRETO LEI 3200 | 124380 |
| MULTA SOBRE IMP RENDA | 124380 |
| MULTA SOBRE D L 3200 | 12438 |

PAGAMENTO ÚNICO — VENCIMENTO 25/JUN/52 — TOTAL A PAGAR 1504998

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo Órgão Arrecadador dentro deste espaço.

PESSOA FÍSICA

| Nº NOTIFICAÇÃO | Nº DECLARAÇÃO | DATA | EXERCÍCIO |
|---|---|---|---|
| 12345 | 654321 | 5JUN52 | 1952 |

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO
CAPITAL

| | |
|---|---|
| 15 P CENTO S IMP RENDA | 169200 |
| MORA NÃO RESTITUIVEL | 16920 |

TOTAL VENCIVEL — VENCIMENTO 25JUL52 — TOTAL A PAGAR 186120

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

| Nº NOTIFICAÇÃO | Nº DECLARAÇÃO | DATA | EXERCÍCIO |
|---|---|---|---|
| 12345 | 654321 | 5JUN52 | 1952 |

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO
CAPITAL

VIA PARA O IMPOSTO DE RENDA

| | |
|---|---|
| 15 P CENTO S IMP RENDA | 169200 |
| MORA NÃO RESTITUIVEL | 16920 |

TOTAL VENCIVEL — VENCIMENTO 25JUL52 — TOTAL A PAGAR 186120

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo Órgão Arrecadador dentro deste espaço.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA
DELEGACIA DO IMPOSTO DE RENDA

PESSOA FÍSICA

| Nº NOTIFICAÇÃO | Nº DECLARAÇÃO | DATA | EXERCÍCIO |
|---|---|---|---|
| 12345 | 654321 | 5JUN52 | 1952 |

ARQUIMEDES SOUZA DIAS
RUA 15 NOVEMBRO 235
MORRO ALTO
CAPITAL

VIA PARA O ÓRGÃO ARRECADADOR

| | |
|---|---|
| 15 P CENTO S IMP RENDA | 169200 |
| MORA NÃO RESTITUIVEL | 16920 |

TOTAL VENCIVEL — VENCIMENTO 25JUL52 — TOTAL A PAGAR 186120

Este RECIBO somente tem valor, depois de autenticado pelo Órgão Arrecadador dentro deste espaço.

4A. VIA - PARA AS COLETORIAS DO INTERIOR

DIVISÃO DO IMPOSTO DE RENDA

12345 543 1 1952

ARQUIMEDES SOUZA C AR
RUA 15 NOVEMBRO 73
MORRO ALTO CAPITAL

1A COTA DECRETO LEI 1200

1a COTA 25 JUN 52 43.533,0

25 JUL 52 31.095,0

2a COTA 25 JUL 52 31.095,0

25 AGO 52 25 SET 52 31.095,0

3a COTA

4a COTA 25 SET 52 31.095,0

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil — 1962

DIVISÃO DO IMPÔSTO DE RENDA

# RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 1952

[illegible] MINISTRO
A FAZENDA [illegible] IMPÔSTO
[illegible] DR. CESAR PRETO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro Brasil 1953

# ÍNDICE


[illegible]

O [illegible] Brasil [illegible]

I — INTRODUÇÃO

a) O [illegible] fr[illegible]

b) O [illegible] Br[illegible]

II — LEGISLAÇÃO

O [illegible] de Ro[illegible] e Br[illegible]

1. In[illegible]
2. Fr[illegible]
3. E[illegible]
4. A[illegible]
5. Br[illegible]

III — EXPOSIÇÃO

A[illegible]

1. A[illegible] [illegible]
2. Pr[illegible] [illegible]

IV — CONCLUSÃO

V — ANEXOS

Quadro [illegible] ADMINISTRATIVA [illegible]

Ro[illegible]
Ar[illegible]
A[illegible]
Co[illegible] da pre[illegible]
Ar[illegible] [illegible]panda
Ar[illegible] menal
Arr[illegible] ret[illegible]
Arr[illegible] por Dr[illegible]
A[illegible] por Co[illegible] e [illegible] inter[illegible]
A[illegible] [illegible] Dr[illegible]

[illegible]

A[illegible]
Pe[illegible]
[illegible]

[illegible]

A[illegible]
I[illegible]
N[illegible] de
Ro[illegible]
[illegible]

# APRESENTAÇÃO

*Rio de Janeiro, Abril de 1953.*

*Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda*

*Em cumprimento às ordens em vigor, tenho a honra de submeter à esclarecida apreciação de Vossa Excelência o relatório das atividades da Divisão do Imposto de Renda, durante o exercício de 1952.*

*Como das outras vêzes, terá Vossa Excelência oportunidade de verificar o impressionante acréscimo da Imposta de Renda em 1952, ano em que conseguiu se plantar os demais tributos arrecadados no país, fato que veio demonstrar a sociedade que o desenvolvimento econômico da Nação aliado a uma fiscalização sistemática e eficiente, foram os principais fatôres que contribuíram para os resultados obtidos, magníficos sob todos os aspectos, se fizermos um retrospecto do "quantum" arrecadado nos dois últimos exercícios, os quais somados quase que se igualam à arrecadação dos últimos dez anos que os antecederam.*

*Encontrará Vossa Excelência no presente relatório, também oportunidade para analisar através dos quadros e gráficos nêle apresentados, os motivos determinantes do crescimento do Impôsto em todo o Brasil, assim como um estudo das condições dêsse tributo em vários países, o que nos permitirá concluir por que no Brasil, o Impôsto de Renda é ainda um dos menos onerosos e pode ser considerado diante da modicidade das suas taxas, como o mais justo.*

*Assim, o Impôsto de Renda vem cumprindo os seus elevados objetivos em proveito da recuperação financeira do país e particularmente dos municípios brasileiros, numa missão altamente patriótica, da qual nos orgulhamos, graças ao apoio de Vossa Excelência e do Excelentíssimo Senhor Presidente da República.*

CESAR PRIETO,
Diretor

# I - INTRODUÇÃO

a O Impôsto de Renda e seus aspectos econômicos e financeiros;

b O Impôsto de Renda na recuperação financeira do Brasil.

## [illegible] O IMPOSTO DE RENDA E SEUS ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Dentre os elementos que constituem a receita do nosso orçamento, a Renda Tributária se nos oferece como fator principal na formação das finanças públicas; e, dentre os quatro elementos tributários, o Imposto de Renda se revela como tributo vinculado dos demais gravames fiscais. É o imposto direto por excelência, introduzido, definitivamente, no sistema fiscal brasileiro, a partir do exercício de 1923.

Na ciência financeira, [illegible] na legislação fiscal, a divisão do imposto em direto e indireto é tradicional, alicerçada em princípios científicos. É observada, como necessária, [illegible] sistematização e se subordina a normas jurídicas, na elaboração dos leis de meios.

Surgiram, ainda, as teorias de lucro, da jurisdição fiscal, econômica, orgânica e com fim de capacidade contributiva, dando aos impostos um sentido mais subjetivo por isso que, ao ser considerada a situação pessoal do cidadão, levou se em conta, também, a sua situação jurídica, econômica e social, para [illegible] o tributo da maneira [illegible] e equitativa de modo a atingir, proporcionalmente, o poder de contribuição de cada um [illegible] de restrita capacidade.

A organização de sociedades anônimas, de grandes empresas, a fundação de novas e mais adequadas instituições políticas alteraram costumes e modalidades do trabalho, que deram a civilização do século XX, vertiginoso e inesperado progresso econômico e social.

Evidentemente, o sistema de impostos tributários não podia estacionar, diante das mudanças tão [illegible] por que [illegible]

[illegible] proporcionalidade e o do progresso [illegible] é recolhido [illegible] pelo [illegible] de [illegible] pela [illegible] da [illegible] bens ou de trabalho [illegible]

[illegible] tributação, só se leva em conta a [illegible] dos escritos e especialmente dos bens existentes [illegible] da [illegible] Taxas, em relação ao vulto dos [illegible] e variáveis em relação à origem, que vão de [illegible] até 15 por cento do lucro das empresas.

[illegible] tributação progressiva considera o volume, a extensão e a quantidade gravando o conjunto dos rendimentos sem nenhuma seleção, com taxas ascendentes à medida que a renda cresce. As taxas são variáveis em relação, unicamente, à quantidade, sem cogitar da idoneidade ou da procedência da soma dos rendimentos auferidos que espelham a renda sujeita à incidência.

Vê-se, pois, que a tributação proporcional é real, objetiva, enquanto a progressiva é pessoal e subjetiva.

Esta, não correndo embaraços ao andamento normal da vida econômica do país, gravará, com maior ênfase, as maiores riquezas e canalizará ao Erário Público grandes recursos.

Pretende-se alcançar com o sistema proporcional, ligado com o progressivo, a justiça fiscal.

Maiores as rendas, mais consistentes se oferecem as condições do contribuinte; mais variados os reditos, mais variadas são as taxas a incidir sôbre os bens e sôbre as pessoas que os detêm.

Assim, sob o aspecto econômico, incide o impôsto de renda sôbre os bens, relativamente à sua origem, e sôbre as pessoas, consideradas a sua capacidade de contribuição, dentro de limites razoáveis que garantam a manutenção e o desenvolvimento das fontes geradores da Receita Pública.

Tal incidência tributária, desde que as taxas não ultrapassem os limites aludidos, nenhum abalo produzirá sôbre a matéria tributável, nem desequilíbrio nas condições dos cidadãos, e nem mesmo fará diminuir a solidez dos rendimentos globais.

Para as finanças estatais inúmeras são as vantagens apontadas na aplicação prática do Impôsto de Renda, face à harmonia existente na consideração dos interêsses econômicos, sociais e políticos.

Contribui, conseqüentemente, para uma divisão mais justa, mais equitativa na quota a ser recolhida pelo cidadão, concretizando a concepção de que paga mais quem mais possui; menor a riqueza, menor a taxa de incidência; isentando, dessa forma, pessoas que percebem o indispensável para a subsistência própria e da família. Assim, o impôsto de renda, de modo geral, recomenda-se como um corretivo da imposição indireta, que, recaindo sôbre o custo de produtos consumidos, tanto por ricos como por pessoas de condições humildes, nem leva em conta o maior ou menor lucro no tempo ou no espaço, a ser conseguido no preço de venda dêsse produto.

E enquanto o pobre e o milionário pagam o mesmo imposto indireto exigido em um determinado produto, essas duas pessoas são consideradas, pelo Impôsto de Renda, de forma diferente, por isso que a primeira está isenta de qualquer contribuição e a outra pode pagar até algumas dezenas de milhões de cruzeiros, anualmente. O Impôsto de Renda não se compõe de receita oriunda das classes menos aquinhoadas, social ou econômicamente, quando, às vêzes, o tributo agravaria, até mesmo, as suas já precárias condições de subsistência, mas, sim, de rendimentos provenientes das classes de real capacidade tributária e que representam a fôrça e o progresso econômico da Nação.

A atual direção do Impôsto de Renda, vem se preocupando, com real interêsse, pelas condições sociais do tributo. No exercício passado, houve elevação do mínimo de subsistência para o contribuinte, como pessoa

física, e para a sua [illegible] e [illegible] coopera-
timidade, que continuam [illegible] os que ce-
dores de exame [illegible] subsistência, que
devem acompanhar, normalmente, a elevação do custo
da vida e as novas exigências sociais dos indivíduos.

O sucesso tributário depende, [illegible] há bem, da
conciliação da necessidade pública com a efetiva ca-
pacidade de contribuir do povo, que permite o cres-
cimento da arrecadação acompanhar, sem razões [illegible]
vistas, a prosperidade econômica dos contribuintes.

E a prova de que o Imposto de Renda, nestes ul-
timos anos, vem encontrando [illegible] na ascendência de
todos os brasileiros, está no aumento progressivo que
se verificou em 1951 e 1952, anos em que a arreca-
dação desse tributo ultrapassou todas as expectativas mais
otimistas. Senão vejamos:

[illegible]

*b)* — O IMPOSTO DE RENDA [illegible] OCUPAÇÃO
FINANCEIRA DO BRASIL

A manutenção da igualdade entre a despesa e a re-
ceita, nas finanças do país, [illegible] só
se conseguir o equilíbrio [illegible]

Desde há alguns anos [illegible] tendendo sempre para um grande [illegible] de algumas fórmulas para evitá-los, [illegible] com pressão de tôdas e quaisquer de [illegible]. Em
[illegible] se apelar para medidas inflacionistas para o em-
préstimo mesmo, e somente nos exercícios de 1951 e
1952, se conseguiu o almejado equilíbrio orçamentário.

[illegible]
que [illegible] Nacional.

[illegible] do Imposto de Renda [illegible]
[illegible] arrecadativa.

A [illegible] Brasil [illegible]
[illegible] de bens e
lucros.

[illegible]
[illegible] Brasil.

[illegible]
[illegible] 1951 [illegible]
[illegible]
[illegible] de Lucro.

[illegible] Lucro [illegible]
[illegible] Fiscal.

[illegible] tributário [illegible]
[illegible] recursos suficientes para [illegible] a [illegible]
das [illegible] públicas. Em todos [illegible] predomina-
[illegible] imposto sôbre [illegible] tendo em vista exis-
[illegible] vantagens e desvantagens. [illegible]

[illegible] em [illegible] fiscal [illegible] das [illegible] inadiáveis [illegible] o [illegible] no, [illegible] que se constata o crescimento, [illegible] das finanças, [illegible] da economia.

O Governo no Federal [illegible] fundamental, que era nosso país, foi implantada uma sadia política tributária de modo a que o maior quinhão de impôsto fôsse pago pelas classes mais abastadas. Com a conversão do Impôsto de Renda em substitutivo da Receita da União, substituímos uma fase em que os menos favorecidos suportavam a parcela mais elevada dessa receita, por outra em que os ricos passaram a contribuir com o maior montante tributário, pela primeira vez em nossa vida fiscal.

★ ★ ★

# II - LEGISLAÇÃO

## O IMPÔSTO DE RENDA NO BRASIL E EM OUTROS PAISES:

1. Inglaterra
2. França
3. Estados Unidos
4. Argentina
5. Brasil

## 11 — INGLATERRA

A "Income Tax" (imposto de Renda) foi introduzida por Pitt, em 1798, em caráter extraordinário, funcionando, principalmente como imposto de guerra, de 1799 a 1802 e de 1813 a 1815. Foi em sua origem, um imposto essencialmente real, incidindo sôbre a renda dividida em cédulas, sem tomar em consideração o contribuinte e suas necessidades.

Livado de defeitos, como sofria as críticas das instituições em muito, foi o imposto de renda britânico sofrendo, aos poucos, aperfeiçoamentos, até tornar-se o tipo clássico das tributações diretas.

Suprimido por mais de uma vez, foi Income Tax restabelecido pelo Gabinete de Peel em 1842 em caráter de instituição permanente.

Os rendimentos auferidos pelo contribuinte são atualmente, divididos em cinco categorias ou cédulas, sendo:

| | |
|---|---|
| Cédula A | Rendimentos provenientes da posse de bens territoriais |
| Cédula B | Rendimentos provenientes da ocupação de terrenos [illegible] agrícolas |
| Cédula C | Juros de [illegible] |
| Cédula D | Lucros [illegible] e [illegible]<br>Rendimentos [illegible] profissões liberais<br>Juros de [illegible]<br>Rendimentos [illegible] estrangeiros;<br>Rendimentos provenientes de bens situados nas colônias [illegible] preços exercidos nas colônias |
| Cédula E | Vencimentos, soldos e pensões |

[illegible] Income Tax [illegible] se referia [illegible] que se aplica a [illegible] 60 [illegible]

A [illegible] de Renda [illegible] a partir de 1910 [illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] pelo imposto [illegible] para [illegible] [illegible] [illegible]

[illegible] dêles suportar, durante um ano inteiro, o pêso [illegible] imposta exclusivamente relativamente à dívida fiscal [illegible] estabelecida pela declaração.

Para conseguir êsse [illegible] que se traduzia [illegible] o recolhimento [illegible] pessoalmente aos tributos [illegible] a base [illegible] o [illegible] do direito [illegible] o [illegible] [illegible]

[illegible] o [illegible] [illegible] o [illegible] [illegible] o [illegible] [

de 21% sôbre os lucros líquidos. Além de mais elevada, também não obedece ao critério de progressividade, ora vigente entre nós.

O Impôsto de Renda das pessoas físicas assume, a seu turno, a dupla modalidade de impôsto cedular (Taxe Proportionnelle) e impôsto complementar progressivo (Surtaxe Progressive).

No primeiro caso, são os rendimentos distribuídos em 7 cédulas diferentes, cada uma das quais sujeita a regulamentação própria e a regras especiais de cálculo.

Ao contrário, também, do que ocorre no Brasil, onde existe uma forte diferenciação das taxas relativas às diversas cédulas, na França, os rendimentos estão sujeitos, presentemente, a uma taxa geral de 18%. Não obstante, diversos tipos de redução são previstos para casos especiais. Assim, por exemplo, aplicam-se apenas 50% das taxas no caso de vencimentos, salários e quaisquer outras formas de remuneração do trabalho, desde que não excedam de 200 000 francos anuais. Também se permitem, até o máximo de 5 000 francos para cada um dos dois primeiros filhos e de 15 000 francos para cada um a partir do terceiro filho, dedução percentuais.

Outra característica peculiar do regime francês consiste na aplicação de uma série de valores indiciários, para efeito de determinação da renda anual tributável. Entre êsses valores, incluem-se aluguéis, número de empregados domésticos, automóveis, etc.

A sôbre-taxa progressiva é aplicada sôbre o montante global dos rendimentos cedulares depois de descontados os encargos de família.

Esse desconto se faz dividindo-se a renda tributada por uma série de divisores correspondentes às diversas situações de família.

As diferenças entre os dois regimes — o brasileiro e o francês — são, neste ponto, bastante acentuadas. Entre nós, os descontos se fazem por meio de quotas fixas sendo iguais para encargos equivalentes, sem relação com o montante dos rendimentos. Na França, ao contrário, os descontos são proporcionais também a êsse montante.

progressividade do impôsto francês é também acentuada, sendo a taxa máxima de 60% sôbre os rendimentos superiores a 3 milhões de francos (ou melhor 150 mil cruzeiros).

## 3) ESTADOS UNIDOS

Da mesma forma que na Inglaterra, o Impôsto de Renda federal nos Estados Unidos incide sôbre o rendimento geral, mas, enquanto no primeiro país *sobretaxa* e, por assim dizer, um prolongamento do Impôsto de Renda cedular, com a finalidade de atingir determinado montante de rendimento, nos Estados Unidos o rendimento global está sujeito, sucessivamente, a dois impostos de estruturas diferentes: a taxa normal e a sobretaxa. É importante, porém, salientar que, conforme ocorre na França, êsses dois impostos têm exatamente a mesma posição. Outro ponto original é que o Impôsto de Renda federal se aplica ao rendimento do ano corrente e não, como verificado no país precedente.

Daí compete ao contribuinte receber, ad initio, traçado, em cada período, um orçamento dos rendimentos que presumem venha a receber. A primeira declaração trimestral deve ser entregue, no mais tardar, a 15 de março do ano seguinte ao do impôsto. Levantamentos posteriores tornam-se indispensáveis, porém, para a determinação do resultado final do impôsto, de acordo com o rendimento definitivo. Êsses ajustes são feitos, segundo o caso, ou em dinheiro complementar pelo contribuinte ou em cheques do reembôlso a que tem direito. A retenção do impôsto sôbre os salários e vencimentos também se particulariza, este sendo dividido ao recolhimento na fonte (*stoppage à la source*).

Estão sujeitas ao impôsto especial sôbre o rendimento, incluindo a taxa normal e a sobretaxa, as sociedades anônimas por ações, qualquer que seja o país onde esteja sediada, não sendo, entretanto, que a parte dos rendimentos não proveniente dos Estados Unidos, as associações em participação, sociedades de organização criada para efeitos determinados, etc.

[illegible] independente da [illegible] e companhias de seguros.

O rendimento líquido cobrado pela sociedade ao [illegible] bruto, de dividendos a título de [illegible], rendimentos representados [illegible] diversos impostos [illegible] e obrigações [illegible] de exportação [illegible].

A taxa nominal é, em princípio, proporcional a [illegible] 21%. Entretanto, acima de 50.000 dólares o imposto é de escala, mantendo a sobretaxa estabelecida [illegible].

## I — ARGENTINA

O Imposto de Renda na Argentina é direto e considerado como gravame de emergência nacional, com [illegible] de aplicação. De acôrdo com o art. 1º: "todos os rendimentos de fonte argentina, "e [illegible] existência visível ou ideal, qualquer que seja a sua nacionalidade, domicílio ou residência, estão sujeitos ao gravame".

A lei localiza a fonte produtora de renda, com vistas a um critério econômico territorial, isto é, grava-se as rendas provenientes de capitais, casas ou direitos colocados ou situados no país, como no caso dos imóveis [illegible] si mesmos, fazem a idéia de uma ligação absoluta com a terra. São gravados ainda os frutos dêsses capitais, quando utilizados econômicamente na Argentina, como é o caso dos bens móveis ou direitos que não apresentam em si êsse vínculo territorial objetivo.

Os rendimentos são grupados por categorias e não por cédulas como no Brasil.

Existem quatro categorias:

1º) Imóveis: todo e qualquer rendimento que se obtenha de imóveis.

2º) Títulos, letras, debêntures, dividendos e locação de bens móveis, rendas vitalícias, benefícios em seguros de vida, etc.

3º) Derivados de exercício do comércio, da indústria, da navegação, exportação, agropecuária; derivados da atividade de comissionista, consignatário, corretagem e despachante e atividades similares.

4º) Derivados do desempenho de cargos públicos; do exercício de profissões liberais ou prestação de serviços de qualquer natureza não incluídos na terceira categoria; do desempenho de funções de síndico, de diretor de sociedades anônimas e do trabalho pessoal executado em relação de dependência: jubilações, pensões e aposentadorias.

A taxa de impôsto para as pessoas físicas é de 7% sobre os rendimentos líquidos sujeitos a impôsto.

Quando, porém, êsses rendimentos excederem de um determinado limite, os contribuintes pagam ainda uma taxa adicional progressiva.

As pessoas jurídicas estão sujeitas à taxa de 21%. São consideradas pessoas jurídicas:

*a*) as sociedades anônimas constituídas no país;

*b*) as sociedades em comandita por ações, constituídas no país, na parte que corresponde aos sócios comanditários;

*c*) as associações civis e demais entidades.

As sociedades de capital, qualquer que seja sua denominação, constituídas no estrangeiro, que tenham no país um estabelecimento comercial, industrial, agropecuário, mineiro ou de outro tipo, organizado em forma de emprêsa estável, abonarão sôbre seus rendimentos tributáveis a taxa de 30%, com caráter definitivo, sem prejuízo da sobretaxa de ausentismo correspondente.

Também é cobrado o impôsto de 30% quando houver pagamento ou crédito de rendas de debêntures e demais valores ao portador, excluídos os dividendos e utilidades referidos na lei.

O Impôsto de Renda, na Argentina, é arrecadado pelo govêrno nacional, que distribui anualmente às províncias e à municipalidade da Capital Federal 17,50% das somas recebidas. Ficando os restantes 82,50% em benefício do erário nacional.

## [illegible] BRASIL

Com [illegible] [illegible] [illegible]

# III - EXPOSIÇÃO

1 Análise da arrecadação;

2 Atividades durante o ano;

3 Programa de Trabalho.

# I - ANALISE DA ARRECADAÇÃO

a) Declarações de rendimentos;

b) Arrecadação;

c) Impôsto de Pessoas Físicas;

d) Adicional de Proteção á Familia;

e) Pessoas Jurídicas

f) Impôsto arrecadado nas fontes;

g) Impôsto s/ lucros na Venda de Imóveis Dec. 9.550

h) Arrecadação e Previsão Orçamentária

## I — ANÁLISE DA ARRECADAÇÃO

### *a)* DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS

No exercício de 1952 foram apresentadas, em todo o país, 1 013 856 declarações, sendo 622 096 de pessoas físicas e 124 760, de pessoas jurídicas.

Das Unidades da Federação, é o Estado de São Paulo que se apresenta em primeiro lugar, com 355 912 declarações, seguido do Distrito Federal com 218 711 declarações.

Note-se, entretanto, tomando-se por base de comparação o exercício de 1948, que o Estado do Paraná apresenta-se em primeiro lugar com o índice de aumento de 170 seguindo-se o Estado de São Paulo com 161 e figurando todo o país com 118.

### *b)* ARRECADAÇÃO

Importou em Cr$ 9 984 815 551,90 a arrecadação geral dos Impostos a cargo da Divisão do Impôsto de Renda no exercício de 1952, compreendidas naquele total a Renda Ordinária e a Renda Extraordinária. Houve portanto, sôbre a arrecadação do exercício de 1951, o apreciável aumento de Cr$ 1 925 551 375,00 ou sejam 23,90%.

Para a arrecadação indicada concorreu em primeiro lugar o Estado de São Paulo com Cr$ 4 208 405 773,50 ou seja 42,09% do total, seguindo-se o Distrito Federal com Cr$ 3 088 779 220,90 correspondendo à 30,89% do total, apresentando-se os demais Estados com o restante da arrecadação de Cr$ 2 687 630 557,50 relativos a 27,02%.

Procedendo-se ao desdobramento da arrecadação, pelas Capitais e Interior das Unidades da Federação, nota-se que as Capitais, inclusive o Distrito Federal concorreram para a arrecadação total de Cr$ 9 984 815 551,90 com 76,52% e o Interior com 23,48%.

É perfeitamente justificável a supremacia das Capitais sôbre o Interior, na arrecadação do Impôsto de Renda, pois mapeiam, particularmente em relação aos Estados de desenvolvimento econômico não relevantes, e que se verifica maior concentração de riquezas.

Passaremos a examinar de per se, os elementos constitutivos do sistema fiscal a cargo da Divisão do Impôsto de Renda, uma vez que nem todos os tributos subordinados ao Orçamento Geral da União acompanham "Impôsto sôbre a renda e proventos de qualquer natureza" estando a dependência desta repartição.

### *a)* IMPÔSTO DE PESSOAS FÍSICAS

Atingiu a Cr$ 2 612 862 089,50, no exercício de 1952, a arrecadação do impôsto a que estão sujeitos as pessoas físicas. A quase totalidade das Unidades da Federação ofereceu apreciável aumento verificando-se mesmo que 11 destas Unidades em 5 exercícios apenas, tiveram a sua arrecadação duplicada.

### *d)* ADICIONAL DE FEREIÇÃO À FAMÍLIA

Êste adicional é cobrado das pessoas físicas, em face de seu estado civil e número de filhos tomando-se por base o impôsto de renda por elas pago. No exercício de 1952, a sua arrecadação atingiu a Cr$ 78 418 387,10 contra Cr$ 34 503 420,10 em 1951

### [illegible] PESSOAS JURÍDICAS

[illegible] este o imposto que concorreu com a maior parcela para a arrecadação geral, [illegible] no exercício, como o apreciamos [illegible] importante de Cr$ 1 611 041 278,80 [illegible] a Cr$ 3 314 912 751,60 no [illegible] de 1951.

De Cr$ 3 [illegible] unidades da Federação [illegible] o Estado de São Paulo com Cr$ 1 103 917 809,00, seguindo-se-lhe o Distrito Federal com Cr$ 1 [illegible]19 780 070,00.

### [illegible] IMPÔSTO ARRECADADO NAS FONTES

[illegible] exercício de 1952, os rendimentos sujeitos a [illegible] fontes, produziram o imposto de Cr$ [illegible]19 291 29[illegible], para o qual, como nos anos anteriores, [illegible] com maior cota os *dividendos de [illegible] portador* e o *aumento de capital* e "os lucros [illegible] *dos aos créditos a sociedades ou pessoas domiciliadas no exterior*", figurando essas três fontes com a [illegible] de 77,88% sôbre a arrecadação desta rubrica.

### [illegible] IMPÔSTO SÔBRE LUCROS NA VENDA DE IMÓVEIS (Decreto n. 9 330)

No exercício de 1952, êste impôsto concorreu com Cr$ 311 737 [illegible]21,30 para a arrecadação geral do Impôsto de Renda.

Destacam-se nesta arrecadação os apreciáveis [illegible] arrecadados por algumas Unidades da Federação [illegible], na comparação de cinco exercícios, ano-base de 1948, apresentam-se com os seguintes resultados:

| | | | |
|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

### [illegible] ARRECADAÇÃO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme já dissemos anteriormente, nem todos os tributos, subordinados no Orçamento Geral da União ao grupo "Impôsto Sôbre a Renda e proventos de qualquer natureza", estão a cargo da Divisão do Impôsto de Renda.

Os impostos que competem a esta Repartição encontram-se discriminados em quadro próprio, por onde se verifica que a previsão que lhes foi estabelecida para o exercício de 1952, importou, entre Renda Ordinária e Renda Extraordinária, em [illegible] Cr$ 7 890 000 000,00. Como a arrecadação realizada atingiu a Cr$ 9.981 815 551,90, houve o excesso, sôbre a previsão orçamentária de Cr$ 2 091 915 551,90 ou sejam 26,54%.

* * *

Todos êstes tributos contribuiram para os cofres públicos, com importâncias maiores do que as previstas, ressaltando-se, porém, os impostos que recaem sôbre as pessoas físicas e jurídicas cujos excessos sôbre a previsão foram respectivamente de 39,26% e 20%.

★ ★

## 2 — ATIVIDADES DURANTE O ANO

a) Reorganização dos serviços;

b) Fiscalização

c) Reaparelhamento orgânico do Impôsto de Renda;

d) Aperfeiçoamento tecnico dos funcionários;

e) Formação de nova mentalidade fiscal;

f) Educação do Contribuinte pela orientação;

g) Pessoal;

h) Receita e Despesa.

[illegible]

Em [illegible] Renda [illegible] pelas [illegible] que se [illegible] do Selo e de outros [illegible] dentro das [illegible]

Instalaram-se então, [illegible] pôsto de Renda no Distrito Federal [illegible] Estados da Federação, [illegible] aferir as Coletorias Federais.

Podemos bem aquilatar como [illegible] o incipiente se processaram os trabalhos. Apresentavam-se complexos, de difícil execução [illegible] nos eram os funcionários capacitados, tecnicamente. O contacto [illegible] eles e o contribuinte redundava quase sempre em conclusões pouco satisfatórias, pois, com seus primeiros passos, o encargo ainda pesadíssimo em sua [illegible] era fàcilmente contornado pelos contribuintes, [illegible] tamento único do Fisco.

Surgiram os primeiros litígios e, não poucas vezes, pelo mau vêzo de conceder o [illegible] sempre [illegible] menor parcela do que a estipulada por lei, não foi o gravame, acolhido com simpatia, mesmo porque, sem o devido anteparo, o povo não tinha a [illegible] de suas finalidades sociais, políticas e financeiras.

Em 1927 já se registravam as primeiras [illegible] e, no ano subsequente, além de [illegible] belas de coeficiente de lucros [illegible], sistematizou-se de forma mais racional, as normas jurídicas [illegible] cando os rendimentos com [illegible] e [illegible] instruções de caráter pormenorizado. Entre [illegible] maior relêvo as sociedades anônimas, para as [illegible]

[illegible]

[illegible] do impôsto, nem prudente e aconselhável era [illegible] se nessa situação de indiferença e apatia inexplicáveis.

Da forma estática se translada para a dinâmica: a documentação substituiu o estado de espectativa refletindo aquela o esforço e a vontade de querer produzir e desenvolver. Foi, em consequência dessa mudança quase radical, que em todo o território nacional, se incrementou a fiscalização direta, em contacto com o contribuinte e os livros de contabilidade, com [illegible] proximidade com a documentação comprobatória das declarações.

Concretizados tais serviços, os efeitos transpuseram os limites das perspectivas, porque além de concorrerem decisivamente, para o aumento da arrecadação, o terem atualizados os elementos de cadastro e novos horizontes, se ofereceram, até então desconhecidos, [illegible] do aperfeiçoamento da arrecadação do Impôsto de Renda, o que, em síntese, veio significar concurso eficiente para o restabelecimento do equilíbrio orçamentário e, subsidiário, para o fortalecimento e a consolidação de [illegible] finanças públicas.

*b* — FISCALIZAÇÃO

Dos mandamentos afetos ao funcionário, o mais [illegible] de obstáculos, é, sem dúvida, a fiscalização.

Não devemos encará-la sob [illegible] pois [illegible] dos [illegible] a essa exposição o caráter restrito [illegible] seu lado [illegible] político — a imposição [illegible] Esse lado tem o significado de [illegible] interêsses do Fisco, que são, em [illegible] os próprios coletivos, [illegible] os direitos da Fazenda Nacional. Examinar [illegible] dos atos, observar [illegible] exatamente [illegible] despêsas e os lucros [illegible], ainda exercer [illegible] vigilância para o cumprimento de [illegible] mundo que diz respeito ao Fisco.

[illegible] cada êsse entendido serviço [illegible] lar [illegible] o bem cumprimento das obrigações tributárias em detrimento das finanças públicas, bem assim, oportunidade aos contribuintes para, impunemente, se eximirem dos seus encargos e responsabilidades, com prejuízos incalculáveis para a Nação e, em consequência, para a prática da verdadeira justiça fiscal.

Por melhor educado que politicamente possa ser o contribuinte, por maior boa vontade que possa ter, por mais respeito que tenha à autoridade constituída, jamais será levado a cumprir, rigorosamente, as suas obrigações fiscais, sabendo-se livre da vigilância do Poder Público ou sentindo a sua patente insuficiência.

E' exatamente o que se deseja evitar, por meio da instituição, em caráter ininterrupto, do serviço de fiscalização do Impôsto de Renda.

Disciplinada, de fato, em 16 de maio de 1951, para que fosse incrementada, em todo o território nacional, a fiscalização direta e permanente ofereceu, desde logo, resultado que ultrapassou as melhores espectativas.

c) — REAPARELHAMENTO OBRIGADO DO IMPÔSTO DE RENDA

Ressentiam-se os serviços do Impôsto de Renda de uma assistência permanente para corrigir as falhas que surgiam a todo momento e que influíam de certo modo na boa marcha dos encargos que lhe estão afetos, derivando-se daí a precariedade dos serviços de lançamento e arrecadação. As falhas apontadas eram das mais graves no Impôsto de Renda, pois mostravam que as Delegacias cobravam, de modo deficiente, o tributo que o próprio contribuinte em sua declaração se propunha a pagar.

A ausência de elementos cadastrais não só nas Delegacias dos Estados, como na do próprio Distrito Federal, impedia que houvesse um contrôle rigoroso e produtivo, porque, como é óbvio, os serviços do Impôsto de Renda tendiam a crescer de ano para ano, e os métodos de trabalho eram os mesmos desde o início da implantação dêsse tributo em nosso país. Sem a mecanização racional dos serviços citados não era possível a esta repartição, nos Estados principais, dar solução aos problemas que surgiam a cada passo no

caminho da arrecadação, com grande [illegible] graves prejuízos para o Erário. Em boa hora, o Sr. Presidente da República aprovou as medidas propostas pelo Sr. Ministro da Fazenda por esta Divisão, tendo sido possível implantar os serviços de mecanização nos seguintes Estados: Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Ceará, regiões essas que concorrem com mais de 80% da arrecadação fiscal do país.

Os serviços que foram mecanizados referem-se ao:

Preparo da arrecadação;

Lançamento;

Estatística e

Cadastro e Contrôle sobretaxa da Arrecadação.

A reorganização dos serviços nesses Estados, senão também nos demais da Federação, permitiu maior assistência às Coletorias, já que estas, em tempo mínimo, passaram a conseguir o destaque do montante do impôsto declarado, o que deverá ser colocado e, posteriormente, a parte a ser encaminhada à cobrança executiva, como dívida ativa.

A necessidade de estender-se a mecanização aos restantes Estados tem sido a máxima preocupação desta Divisão. Já se acha em elaboração um estudo relativo à implantação dos serviços mecanizados nessas regiões ainda não beneficiadas com tão relevante melhoramento.

*d*) APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO DOS FUNCIONÁRIOS

Ao reaparelhamento a que aludimos deve-se acrescentar o aperfeiçoamento técnico do funcionário.

Aperfeiçoar é tanto quanto possível conseguir o melhor ou o mais alto grau de perfeição, eis que a perfeição se traduz na completa e eficaz execução racional do serviço. A especialização, em setor onde vai o funcionário exercer a sua precípua função, obriga-o a adquirir a habilidade e a destreza suficientes para concretizar, com técnica e experiência, os intentos administrativos referentes ao cargo. A possível impercebível ação descentralizadora, pretende-se levá-la a conclusão com a máxima eficácia e produtividade, a missão que lhe foi confiada.

Para atingir em breve lapso de tempo, tão difícil meta, empenha-se como contra, a selecionados elementos de maior destaque, de maior discernimento, mais sólida cultura, de melhor conceituação moral, que possam, a constituir o grupo responsável pelos destinos do Imposto de Renda.

A esses elementos publicamos cada uma estas [illegible] o conhecimento fiscal aos companheiros, por em conclusão, aperfeiçoando a técnica de trabalho funcionário, de sua boa-fé, a coletividade, aqueles a incidência do imposto, que melhor se ajusta às suas obrigações e dos meios de atendê-las, o Tesouro Nacional contará com receitas mais elevadas, notadamente sem citadas pelos contribuintes, com [illegible] para o fisco.

c) DEFESA DA NOVA MENTALIDADE FISCAL

Poderemos definir a mentalidade fiscal como um estado psicológico a envolver tanto o contribuinte como o funcionário. Para tal formação, [illegible] necessidade de compreensão [illegible], assim, uma atmosfera de cordialidade e de respeito mútuos.

As partes interessadas nesse estado psicológico têm aberto o caminho para um perfeito entendimento e facilidade, bem como, advertido, o exame e realização de questões tributárias duvidosas, que muitas subsistiam, prejudicialmente para ambas as partes.

Tudo pode e deve ser resolvido, o contribuinte dedicando o seu tempo a desenvolver as suas atividades, e o fisco, ao invés de fiscalização punitiva e [illegible], proporcionando orientação e fiscalizando a um número elevado de estabelecimentos comerciais e industriais, com a consequente melhoria do serviço interno e da própria arrecadação.

Para se chegar a êsse ponto ideal, foi necessário a formação de uma nova mentalidade fiscal. Efetivamente,

instrui, promove a compreensão entre o fiscal e o contribuinte, significa voltar as vistas para a realidade sobretudo, ha monizar em vez de chocar interêsses.

Educar, portanto, convencer, persuadir a pessoa que paga tributos e sobre constantes vistas fiscalizadoras não constitui tarefa que se apresente fácil, mas, no entanto, a isso consagra o esforço no louvável intuito de tudo fazer para se atingir ao objetivo máximo que é, em última análise, o bem estar da coletividade.

Êsse, o "estado psicológico" que vem sendo pôsto em prática, considerando tanto os erros como as possibilidades humanas do fisco e dos contribuintes.

A compreensão exata do dever fiscal representa igualdade de condições para os interêsses públicos e privados, o que por si só, garante a harmonia dêsses interêsses, num sentido de amplo respeito à democracia.

## II — EDUCAÇÃO DO CONTRIBUINTE PELA ORIENTAÇÃO

A educação do contribuinte relaciona-se, mui estreitamente com a dos próprios funcionários do Fisco. Fiscalizar não significa apenas impor sanções, mas sim, orientar para prevenir os erros e bem arrecadar impostos devidos.

Torna-se, pois, indispensavel para um resultado satisfatório, não somente o conhecimento amplo dos serviços fiscalizadores, mas também, o das instruções a serem ministradas.

Os conhecimentos decorrentes da experiência aliados ao preparo tecnico, tornam mais facil indicar as falhas porventura existentes. Ao fiscal cabe instruir a forma exata pela qual deve ser cumprida a lei. Demonstrar, com autoridade e polidamente, que as sanções são cominadas não porque se verifique, sàmente, má fé, mas sim, porque a irregularidade fiscal decorre, muitas vêzes da incompreensão dos respectivos dispositivos, da sua aplicação em desacôrdo com as determinações legais, da duvidosa interpretação ou desconhecimento dos regulamentos, quase sempre complexos, e afinal, o proposito da atual direção do Impôsto de Renda.

Entretanto, cabe-lhe alertar a atenção para os casos que se revestem de premeditação, de abuso ou de reincidência, e adverter os interessados de que, para tais infrações de caráter grave, penalidades severas são previstas.

Conseguimos que tais propósitos fôssem tornados realidade, mediante amplo plano educativo, que foi executado, pessoalmente, pelo diretor da D.I.R. e seus delegados, e com a participação presligiosa e indispensável dos dignos representantes das classes produtoras e profissionais, visando, acima de tudo, respeitar as leis e bem servir ao Brasil.

### DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA DA D.I.R. — 1.º DE JUNHO DE 1957 DOS FUNCIONÁRIOS E INSPETORIAS

| | |
|---|---|
| I — FUNCIONÁRIOS | |
| Administrativo | 8 |
| Assistente de [illegible] | 1 |
| Contador | [illegible] |
| Digitador | [illegible] |
| Escriturário — Oficial Administrativo | 101 |
| Estatístico | 7 |
| Estatístico auxiliar | [illegible] |
| II — EXTRANUMERÁRIOS MENSALISTAS | |
| Assistente | 1 |
| Auxiliar de [illegible] | 9 |
| Auxiliar | 7 |
| [illegible] | 16 |
| [illegible] | 97 |
| [illegible] | [illegible] |
| Operário | 1 |
| Pédreiro | 1 |
| III — EXTRANUMERÁRIOS DIARISTAS | |
| Servente | [illegible] |
| IV — EXTRANUMERÁRIOS CARREIFEIROS | 707 |
| Total | [illegible] |

*b)* — RECEITA E DESPESA

Pela demonstração abaixo, pode-se verificar que a despesa total da Divisão do Impôsto de Renda, compreendendo os itens relativos a pessoal, material, aluguéis de prédios, etc., nesta Capital e nos demais Estados, não chegou a atingir a 1% da arrecadação, em 1952:

| | RECEITA | DESPESA | PERC. |
|---|---|---|---|
| 1948 | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| 1949 | [illegible] | [illegible] | 1,53 |
| 1950 | [illegible] | [illegible] | 1,40 |
| 1951 | [illegible] | [illegible] | 0,90 |
| 1952 | [illegible] | [illegible] | 0,91 |

Releva notar o apreciavel aumento das necessidades dos órgãos da D. I. R., para atender, com presteza e eficiência, aos seus importantes encargos. A maior independencia administrativa e orgânica dos mesmos é um imperativo da propria estrutura e existência do Impôsto de Renda, que se dará entre nós tal como de [illegible] minuto, se verificou em outros países, vanguardeiros [illegible] civilização.

Trata-se de solução recomendada pela técnica moderna de administração racional, que vira permitir [illegible] futuro base solida e definitiva, um proveito da arrecadação e dos proprios contribuintes. Somos contrarios à excessiva complexidade dos serviços publicos, que hoje, são inuteis, na maioria das vezes, os quais, especialmente os do Impôsto de Renda, devem se divorciar das peias que os impelem de evolver e da mentalidade pertencente a um passado distante e há quase meio seculo superadas, para que se tornem aproveitaveis e sirvam de estimulo ao progresso do país.

★ ★ ★

## 3 - PROGRAMA DE TRABALHO

a) O que vem sendo feito;

b) O que ainda deve ser feito.

## PROGRAMA DE TRABALHO

O plano de trabalho adotado para o exercício financeiro de 1952 representou, pràticamente, a execução racional do programa elaborado em 1951, quando assumimos a direção do Impôsto de Renda.

Em largos traços, objetivamos preferencial e imediatamente, desde o início de nossa gestão, corrigir as falhas existentes quer relativamente às condições inadequadas em que se desenvolviam os serviços internos e de rotina, inclusive os referentes ao preparo do lançamento, senão também prover de melhores instalações várias Delegacias, entre elas algumas das de maior projeção no setor tributário e, sobretudo, implantar novo sistema de fiscalização intensiva e permanente em todo o território nacional, com normas e métodos que viessem propiciar relações perfeitas entre os contribuintes e o Fisco, mediante especializada orientação no cumprimento da lei e punição severa para os fraudadores e recalcitrantes.

Assim, o programa de trabalho da Divisão do Impôsto de Renda obedeceu a um planejamento feito em 1951 e que vem sendo cumprido, anualmente, com o máximo de eficiência.

Nestas condições, concluímos que, em esta oportunidade, cabe-nos expôr, em linhas gerais, a diretriz de nossas atividades, salientando o que vem sendo feito e o que deverá ser feito para que, em fiscal, tenhamos a evolução dos serviços tributários e o melhor aproveitamento das possibilidades do Impôsto de Renda, face ao progresso econômico do Brasil.

### *a*) O QUE VEM SENDO FEITO

1 — *Mecanização dos serviços* de lançamento e arrecadação (Distrito Federal e Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, Pernambuco e Ceará — [illegible] do volume de [illegible] do Impôsto de Renda).

Nota — [illegible] dos prêmios das Delegacias, Recebedorias, Serviços e Insodores.

2 — *Reaparelhamento* de máquinas [illegible] de escritórios, [illegible] e Delegacias e 13 Inspetorias.

4 — *Provimento dos cargos* existentes [illegible] do pessoal pràticamente extraquadro [illegible] de [illegible] e [illegible].

5 — *Suprimento do material* [illegible] de [illegible] e [illegible] [illegible].

6 — *Especialização do pessoal* [illegible] dos funcionários do Impôsto de Renda, tanto em serviços internos como [illegible] principalmente nos de perícia em livros e documentos de contabilidade das empresas.

7 — *Educação sistemática dos contribuintes*, [illegible] de Mesas Redondas [illegible] classe, com a presença do Diretor da D.I.R. e seus Delegados, sendo também por outros meios, inclusive de "Serviço de Orientação e Esclarecimento aos Contribuintes", instituído em todas as Delegacias do Impôsto de Renda.

8 — *Aplicação da lei* [illegible] mais humana, [illegible] os princípios contábeis da contabilidade [illegible] empresas que [illegible] os seus serviços e, em consequência, aproximando balanços mais [illegible] e [illegible] menores.

9 — *Colheita dos elementos* [illegible] cadastro de modo ainda precário, dependendo da intensificação em arrecadação solicitada para esse setor.

10 *Fiscalização* compreendendo duas fases:

1 *Educativa* — que não só orienta, senão também proporciona facilidade ao contribuinte em regularizar-se perante o Erário, sem multas nem processos fiscais;

2 *Punitiva* — em relação aos reincidentes ou que insistirem na prática da evasão tributária;

11 *Ambiente fiscal* — Eliminação dos atritos e questiúnculas inúteis entre o fisco e os contribuintes, do que resulta melhor compreensão dos deveres fiscais e a elevação da própria arrecadação.

*b* — O QUE AINDA DEVE SER FEITO

1 *Imediatamente*:

*a*) *intensificação da fiscalização*, sob o aspecto educativo e repressivo, face ao elevado montante da sonegação de rendimentos para tornar êsse serviço cada vez mais extensivo e produtivo;

*b*) intensificação da cobrança da Dívida Ativa a cargo das Procuradorias Regionais da República;

*c*) colheita de elementos de cadastro (predial, puros hipotecários, licença para localização de estabelecimento, vendas e consignações e propriedades rurais) e outros, no sentido de revisão completa e criteriosa das declarações de rendimentos;

*d*) melhor e urgente reaparelhamento de pessoal e material das coletorias federais, as quais em número apreciável estão impossibilitadas de atender ao volume extraordinário de cobrança preparada pelos órgãos do Impôsto de Renda;

2 *Mediatamente*:

*a*) reforma orgânica e funcional dos órgãos da Divisão do Impôsto de Renda, a fim de torná-los mais dinâmicos e eficientes, sem as dificuldades que, às vêzes, os tornam restritos em seu âmbito de ação, visando o aperfeiçoamento dos seus serviços e a mais elevada rentabilidade tributária;

*b*) revisão e alteração do vigente regulamento do Impôsto de Renda, no sentido de tornar as suas normas mais compreensíveis atualizando o valor das deduções e abatimentos e estabelecendo princípios tributáveis em perfeita harmonia com o desenvolvimento econômico e profissional dos contribuintes;

*c*) estágio de alguns funcionários do Impôsto de Renda em serviços ou cursos técnico-tributários no exterior;

*d*) estudo sôbre os lucros extraordinários, atento o aspecto orçamentário, econômico e social, para efeito de orientação governamental.

★

★

# IV - CONCLUSÃO

## IV — CONCLUSÃO

Aqui ficam estas palavras que nada mais representam que uma análise minuciosa e pormenorizada dos nossos problemas tributários. Tudo temos feito no sentido de dar ao mecanismo da repartição, sob minha direção, a orientação que tanto e tão bons resultados vêm trazendo à recuperação financeira do país, podendo-se esperar para breve, mercê do almejado equilíbrio orçamentário, para o que o Impôsto de Renda contribuiu de forma decisiva, o fortalecimento da vida econômica do nosso povo.

E ao concluirmos podemos asseverar que a primazia do Impôsto de Renda só pode redundar em bene-

[illegible] da prosperidade [illegible] por isso que [illegible] esforço e consciência aos alicerces das finanças brasileiras, concorrendo para uma distribuição equitativa de tributos entre os membros da coletividade nacional, fornecendo fácil e seguro ao Estado, que só assim poderia atingir a justiça fiscal.

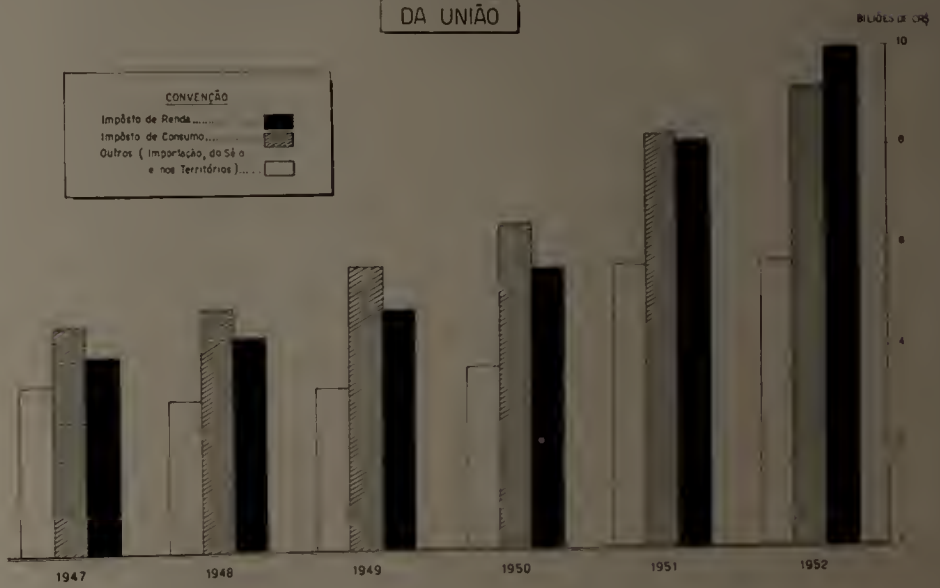
Não desejamos terminar sem pôr em relevo a dedicação dos servidores do Impôsto de Renda, desta Capital e dos Estados, os quais, sem medir estorços e visando a um nobre fim — o aumento da arrecadação — tudo fizeram no sentido de ser conseguido êsse *desideratum* tão consumado que é hoje motivo de orgulho para todos, sem exceção.

★ ★ ★

# V - ANEXOS

# RENDAS TRIBUTÁRIAS

## DA UNIÃO



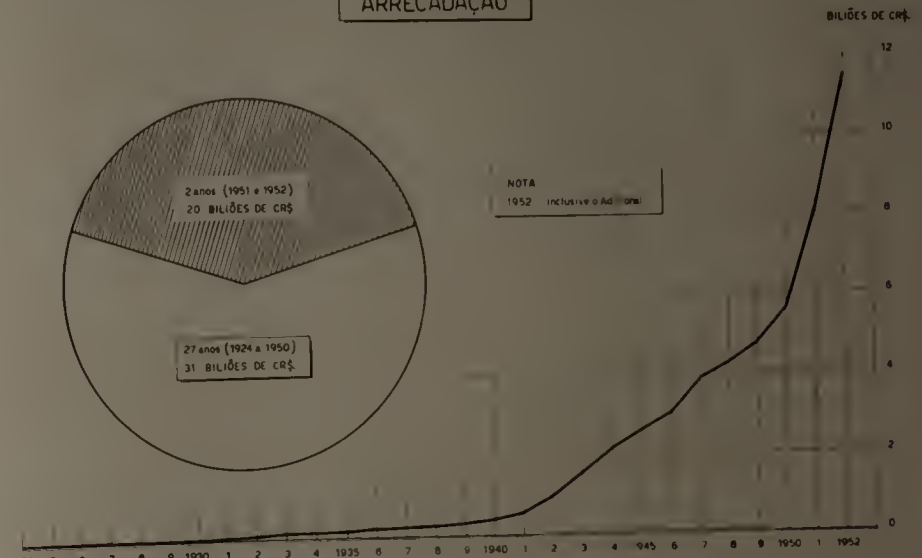
QUADRO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

[illegible]

# IMPOSTO DE RENDA

## ARRECADAÇÃO



**IMPÔSTO DE RENDA**

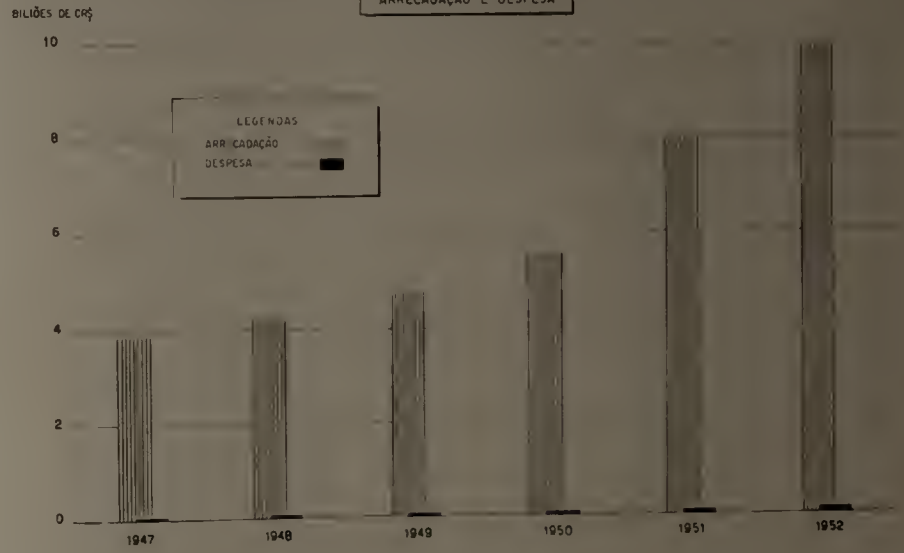
ARRECADAÇÃO E [illegible]

1918 A 1[illegible]

| EXERCÍCIO | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | |
| | [illegible]$ | [illegible]$ | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPÔSTO DE RENDA

ARRECADAÇÃO E DESPESA

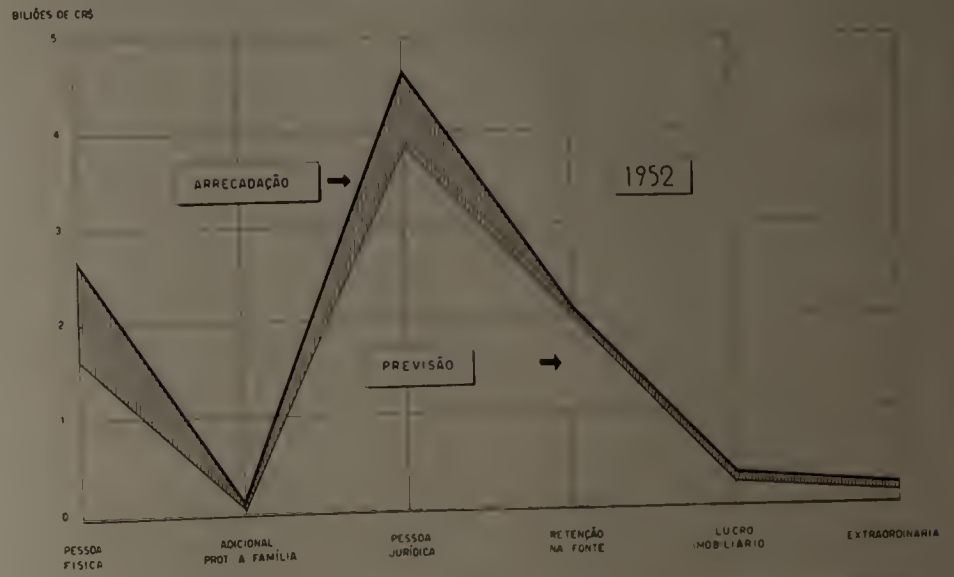


## EXERCICIO DE 1952

### COMPARAÇÃO COM A PREVISÃO COM A ARRECADAÇÃO

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPÔSTO DE RENDA



**IMPÔSTO DE RENDA**

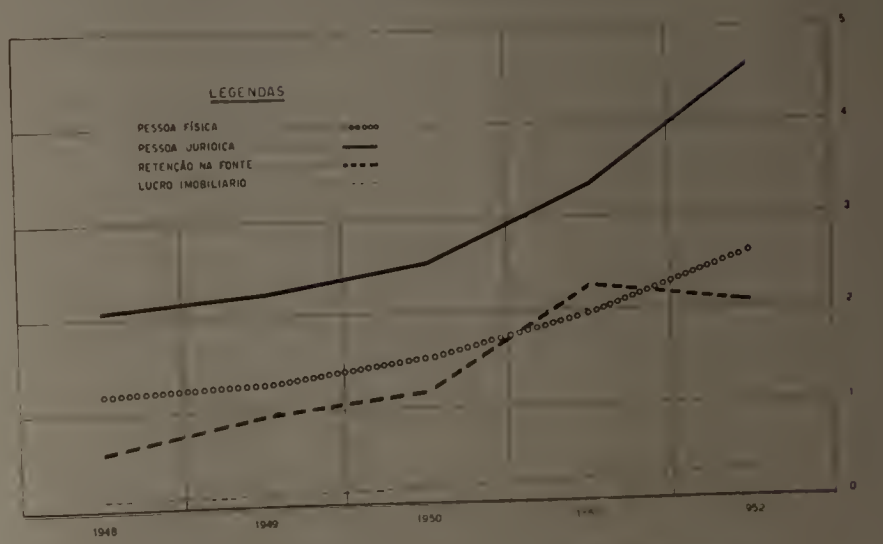
**EXERCÍCIO DE 1972**

**Arrecadação Comparada**

| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pessoa Física | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pessoa Jurídica | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Retenção na Fonte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Lucro Imobiliário | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Total | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA

## ARRECADAÇÃO COMPARADA

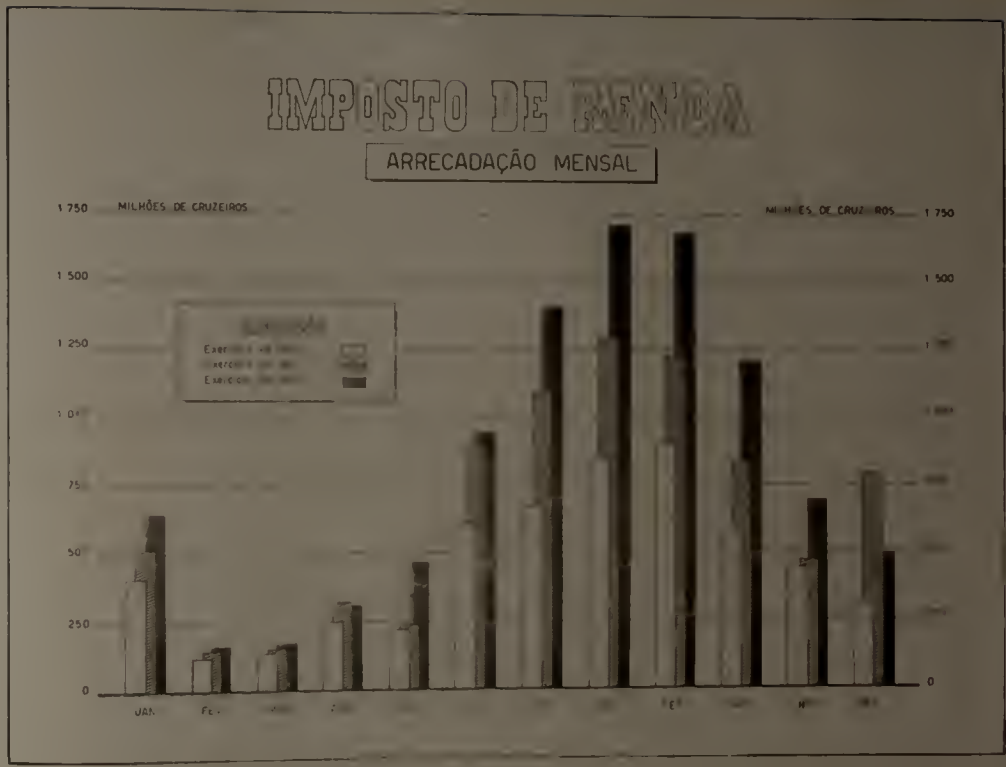


EXERCICIO DE 1952

IMPÔSTO DE RENDA

Arrecadação Mensal

| MESES | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Fevereiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Março | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Abril | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Maio | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Junho | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Julho | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Agosto | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Setembro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Outubro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Novembro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Dezembro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |


IMPOSTO DE RENDA
ARRECADAÇÃO MENSAL
MILHÕES DE CRUZEIROS
1 750
1 500
1 250
250
0
JAN.

## IMPÔSTO DE RENDA

### EXERCÍCIO [illegible]

### Arrecadação Geral

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORTE | | | | | | | | | |
| Amazonas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORDESTE | | | | | | | | | |
| Maranhão | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Norte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| LESTE | | | | | | | | | |
| Sergipe | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SUL | | | | | | | | | |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | | |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| *De Tax Rebate* [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL GERAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPOSTO DE RENDA

## ARRECADAÇÃO POR REGIÕES

1952

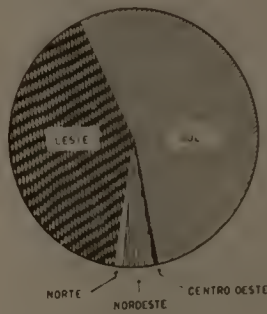
NORTE
Amazonas, Pará

NORDESTE
Maranhão, Piauí, Ceará, R G Norte, Paraíba, Pernambuco Alagoas

LESTE
Sergipe, Bahia, Minas Gerais, E Santo, Rio de Janeiro, D Federal.

SUL
S Paulo, Paraná, Sta Catarina R G do Sul

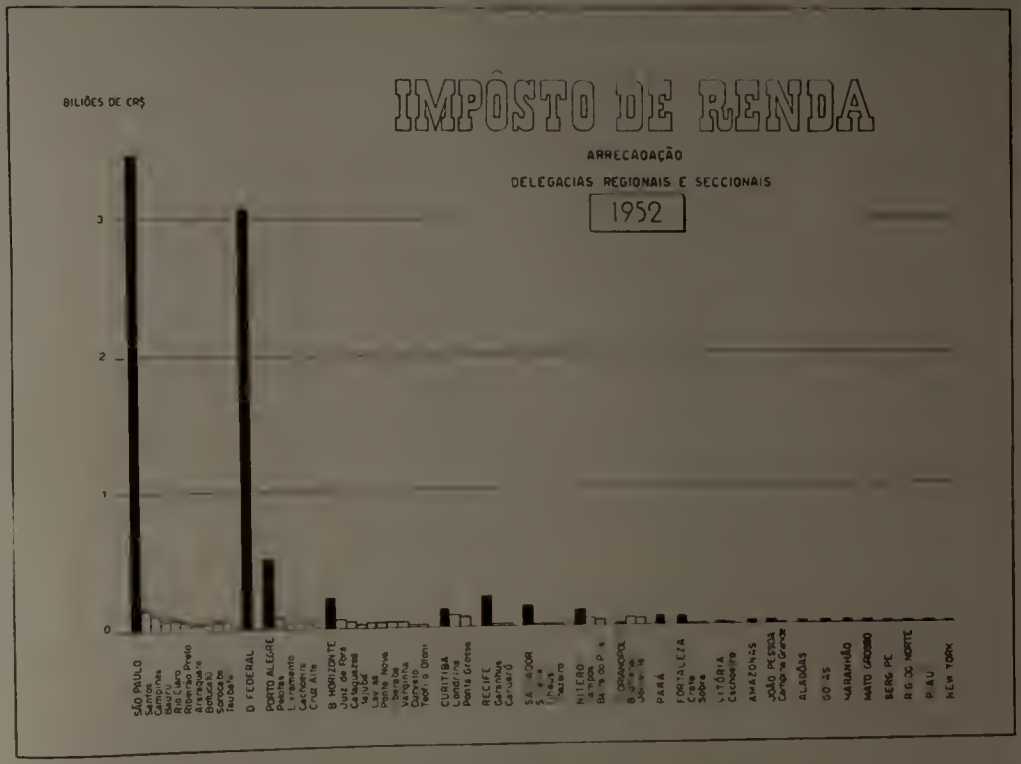
CENTRO OESTE
Goiás, Mato Grosso



EXERCÍCIO DE 1952

IMPÔSTO DE RENDA

Arrecadação por Delegacias


IMPÔSTO DE RENDA
ARRECADAÇÃO
DELEGACIAS REGIONAIS E SECCIONAIS
1952
BILIÕES DE CR$
3
2
1
0
SÃO PAULO
Santos
Campinas
Sorocaba
Rio Claro
Ribeirão Preto
Araraquara
Botucatu
Santo André
Taubaté
D. FEDERAL
PORTO ALEGRE
Pelotas
Livramento
Cachoeira
Cruz Alta
B. HORIZONTE
Juiz de Fora
Cataguases
Itajubá
Uberaba
Ponte Nova
Varginha
Carangola
Teofilo Otoni
CURITIBA
Londrina
Ponta Grossa
RECIFE
Caruaru
SALVADOR
NITEROI
Campos
Barra do Piraí
FLORIANOPOL
PARÁ
FORTALEZA
Crato
Sobral
VITÓRIA
Cachoeiro
AMAZONAS
JOÃO PESSOA
Campina Grande
ALAGÔAS
GOIÁS
MARANHÃO
MATO GROSSO
BERG PE
R.G. DO NORTE
PIAUÍ
NEW YORK

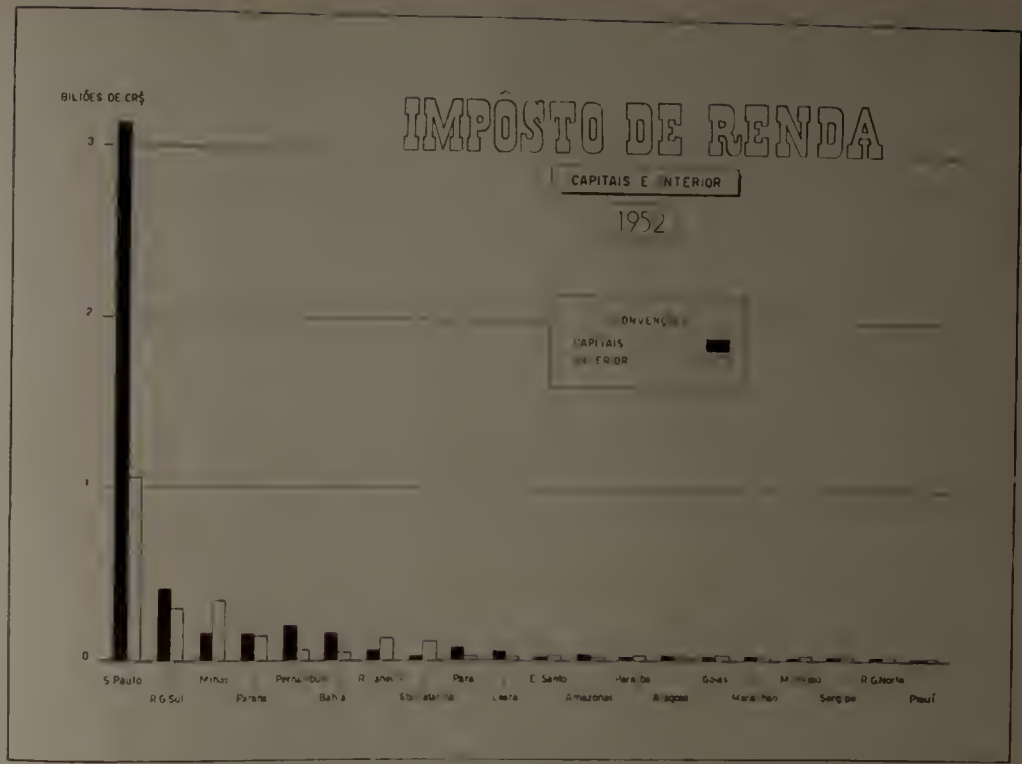
EXERCÍCIO DE 1952

ARRECADAÇÃO DO IMPOSTO [illegible]

Nas capitais e no interior

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|
| Amazonas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Maranhão | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Norte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sergipe | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Território do Rio Branco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Total geral | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

Nota — [illegible]


IMPÔSTO DE RENDA
CAPITAIS E INTERIOR
1952
BILIÕES DE CR$
3
2
1
0
CONVENÇÃO
CAPITAIS
INTERIOR
S. Paulo
R. G. Sul
Minas
Paraná
Pernambuco
Bahia
Rio Janeiro
Santa Catarina
Pará
Ceará
E. Santo
Amazonas
Paraíba
Alagoas
Goiás
Maranhão
Mato Grosso
Sergipe
R. G. Norte
Piauí

**EXERCÍCIO DE 1952**

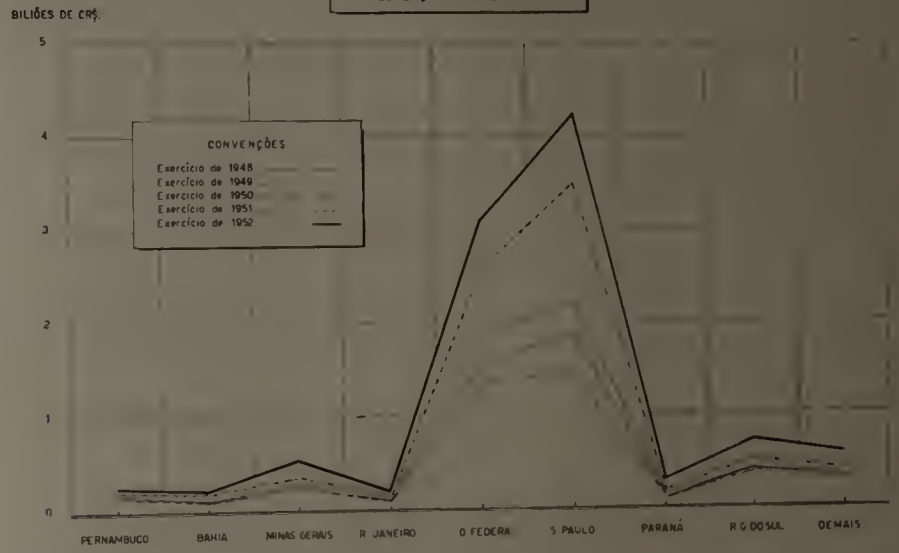
**IMPÔSTO DE RENDA**

**Arrecadação por Delegacias**

| DELEGACIAS | 1948 | 1949 | [illegible] | [illegible] | 1952 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 1 208 [illegible] 773 20 |
| Distrito Federal | 1 375 612 018 80 | [illegible] 122 110 20 | [illegible] | [illegible] | [illegible] 220,90 |
| Rio Grande do Sul | [illegible] 501 [illegible] 20 | 359 086 [illegible] 80 | [illegible] | [illegible] | 118 787 193 70 |
| Minas Gerais | 230 03[illegible] 69 90 | 248 874 [illegible] 2 00 | [illegible] | [illegible] | 309 848 903 20 |
| Pernambuco | [illegible] 016 797 60 | 148 758 325 30 | [illegible] | 209 [illegible] | 240 077 284 60 |
| Bahia | 98 425 253 10 | [illegible] 147 [illegible] | [illegible] | [illegible] | 91 494 927 90 |
| Rio de Janeiro | 94 324 113 90 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] 964 573 00 |
| Paraná | 88 085 999 20 | 90 784 [illegible] | [illegible] | [illegible] | 289 930 758,30 |
| Demais Delegacias | 253 054 998 60 | 277 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] 727 836 10 |
| TOTAL | [illegible] 736 30 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] 815 551 90 |

# IMPÔSTO DE RENDA

ARRECADAÇÃO POR DELEGACIAS



IMPUESTO DE RENTA

[illegible]

Arrendatarios Gravados

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

## EXERCÍCIO DE 1952

### ARRECADAÇÃO DO IMPÔSTO DE RENDA

### Renda Ordinária

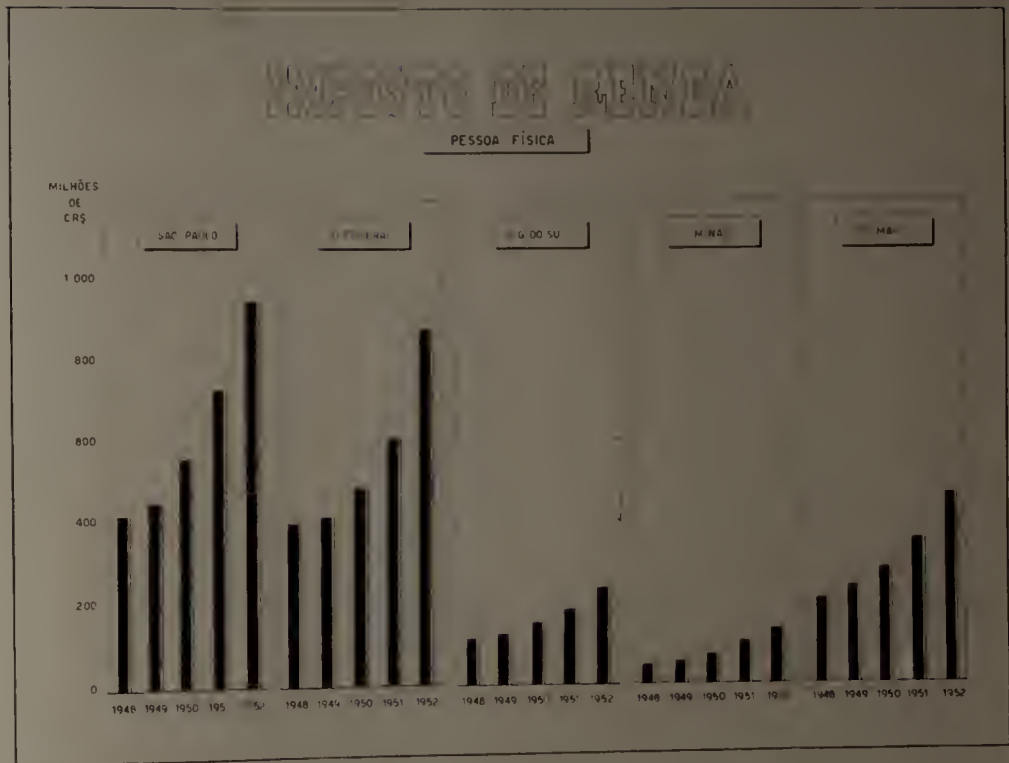
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 4 195 726 [illegible] | 782 927 [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 2 [illegible] 576 [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 4 275 [illegible] | [illegible] 197 70 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]

**Divisão do Imposto de Renda**

**RESUMO**

**IMPOSTO DE RENDA**

**Arrecadação Geral**


PESSOA FÍSICA
MILHÕES DE CR$
1 000
800
800
400
200
0
1948 1949 1950 1951 1952
1948 1949 1950 1951 1952
1948 1949 1951 1952
1948 1949 1950 1951
1948 1949 1950 1951 1952

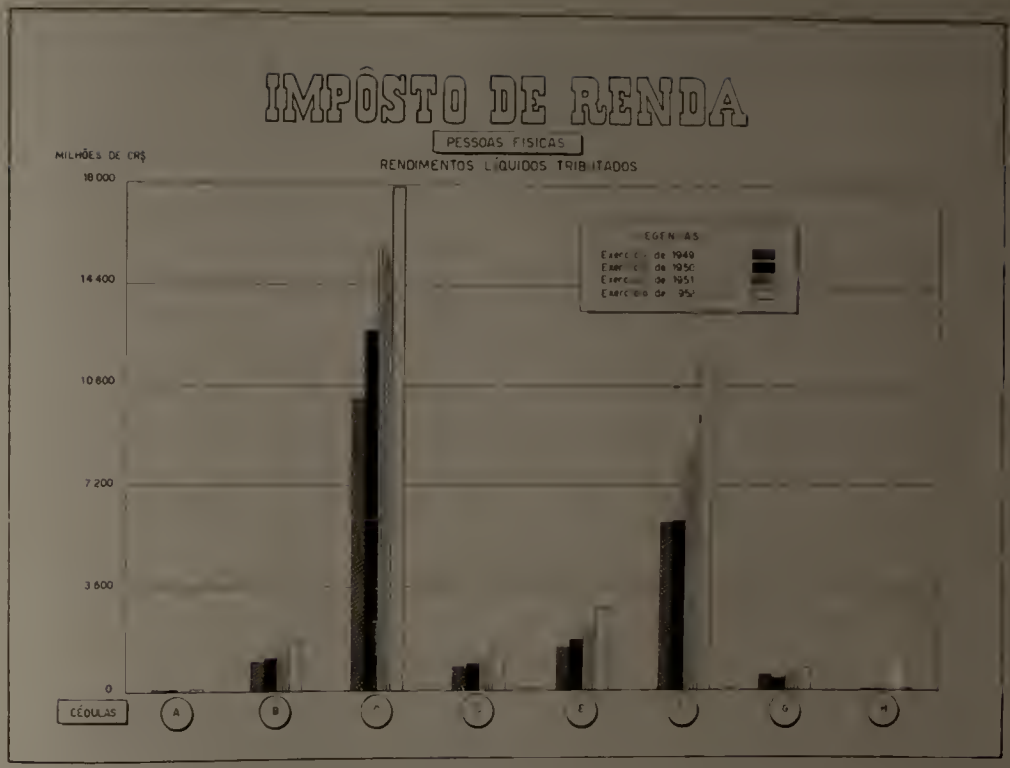
EXERCICIOS DE 1949 a 1952

LANÇAMENTO

PESSOAS FISICAS

Rendimento Liquido e Impôsto das Cedulas

BRASIL


IMPÔSTO DE RENDA
PESSOAS FISICAS
RENDIMENTOS LÍQUIDOS TRIBUTADOS
MILHÕES DE CR$
18 000
14 400
10 800
7 200
3 600
0
EGENDAS
Exercício de 1949
Exercício de 1950
Exercício de 1951
Exercício de 1952
CÉDULAS
A
B
C
D
E
F
G
H

EXERCICIO DE 1972

LANÇAMENTO

PESSOAS FISICAS

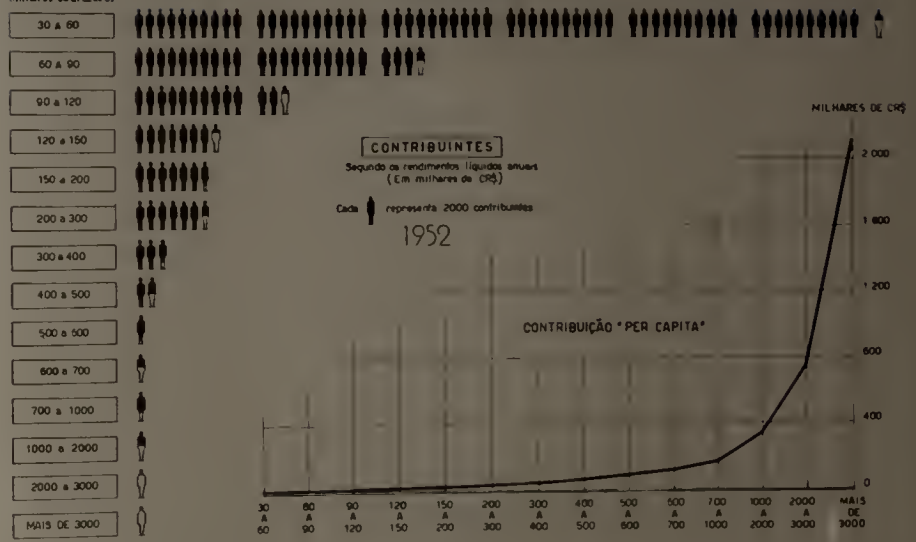
Numero de contribuintes e Impôst[illegible] por Classes de Renda

BRASIL

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPÔSTO DE RENDA

PESSOAS FÍSICAS



EXERCÍCIO DE 1952

LANÇAMENTO

PESSOAS FÍSICAS

**Rendimento líquido das cédulas, segundo as Unidades Federadas**

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Maranhão | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sergipe | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sta. Catarina | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio G. do S. | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| BRASIL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPÔSTO DE RENDA

## Taxação

CAPITAL | TRABALHO | CAPITAL E TRABALHO

MILHARES DE CR$.

150

120

90

60

30

0

Neste GRAFICO são evidenciadas as TAXAÇÕES DO IMPÔSTO DE RENDA aplicadas sôbre os RENDIMENTOS LÍQUIDOS auferidos quer pela aplicação do CAPITAL, quer pelo TRABALHO, quer pelo CAPITAL e TRABALHO, em conjunto.

PARA UM RENDIMENTO LÍQUIDO DE 1 MILHÃO DE CRUZEIROS

| CÉDULAS | A | B | C | D | E | F | G | H |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TAXAS | 3% | 10% | 1% | 2% | 3% | 15% | isento | 5% |

RENDIMENTOS DO CAPITAL
Cédules
A - B - E - F

RENDIMENTOS MISTOS
(Capital e Trabalho)
Cédulas
G - H

RENDIMENTOS DO TRABALHO
Cédulas
C - D

○ Rendimentos do CAPITAL
□ Rendimentos do TRABALHO

EXERCÍCIO DE 1952

LANÇAMENTO

PESSOAS FISICAS

Número de Contribuintes, encargos de família, renda bruta, abatimentos e renda líquida

BRASIL

[illegible]

[illegible]

## EXERCICIO DE 1952

## IMPÔSTO DE RENDA

## LANÇAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS

### Numero de Contribuintes, Renda Bruta, Abatimentos, Renda Líquida e Impôsto por Unidades Federadas

### RESUMO GERAL

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | IMPÔSTO NOTIFICADO | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | POSITIVO | NEGATIVO | COMPLEMENTAR | ADICIONAL DE VENTILAÇÃO DE 1/4 DOLAR |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]

## EXERCÍCIO DE 1952

## LANÇAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS

### Número de Contribuintes, encargos de família, renda bruta, abatimentos e renda líquida

| UNIDADES FEDERAIS | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Amazonas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Maranhão | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Norte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sergipe | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| BRASIL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

EXERCÍCIOS DE 1949 a 1952

LANÇAMENTO

PESSOAS FÍSICAS

Número de contribuintes por classes de Renda Líquida

BRASIL

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 46 604 | [illegible] | 47 276 | [illegible] | | |
| [illegible] | 40 [illegible] | [illegible] | 46 [illegible] | 4 451 [illegible] | [illegible] | 5 075 537 | [illegible] | [illegible] 652 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 42 384 | 174 [illegible] | [illegible] | 1 436 399 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 2 237 379 | [illegible] | 2 539 676 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 4 443 | 932 789 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 653 [illegible] | [illegible] | [illegible] | 3 730 | 2 375 435 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 7 468 | 799 865 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 2 027 284 |
| [illegible] | [illegible] | 673 [illegible] | [illegible] | 720 [illegible] | [illegible] | 991 782 | 3 071 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 129 [illegible] | 330 | 722 197 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 752 | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 794 | [illegible] | 1 104 | 937 [illegible] | [illegible] | 1 401 426 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 603 | 547 338 | 133 | 502 279 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 46 628 | [illegible] | 109 27[illegible] | 167 | 393 57[illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 45 | 233 461 | 97 | 147 77[illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 273 294 | 23 637 494 | 249 017 | 27 566 012 |

[illegible]

EXERCÍCIOS DE 1949 A 1952

LANÇAMENTO

PESSOAS FÍSICAS

Número de Contribuintes, Renda Líquida e impôsto por Unidades Federadas

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| BRASIL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

NOTA — [illegible]

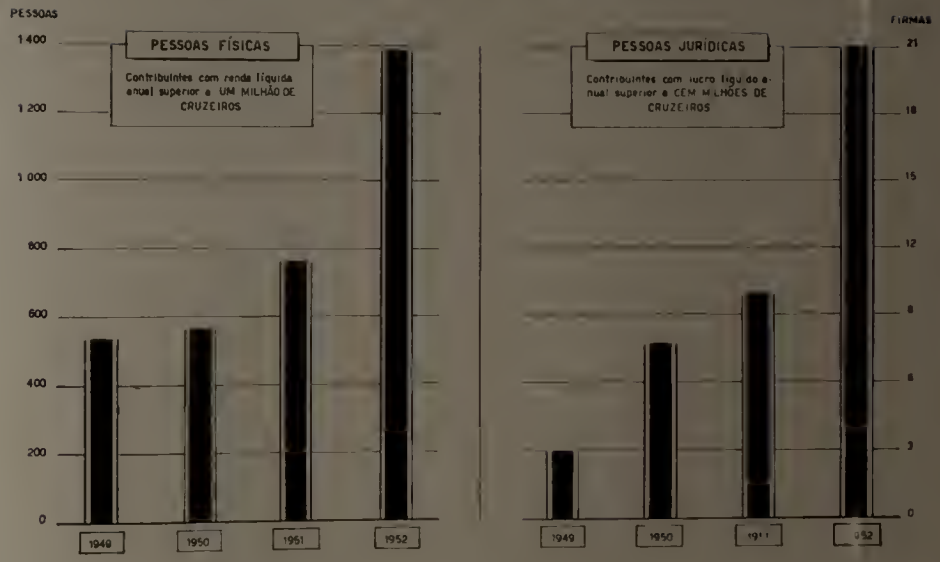
## IMPÔSTO DE RENDA

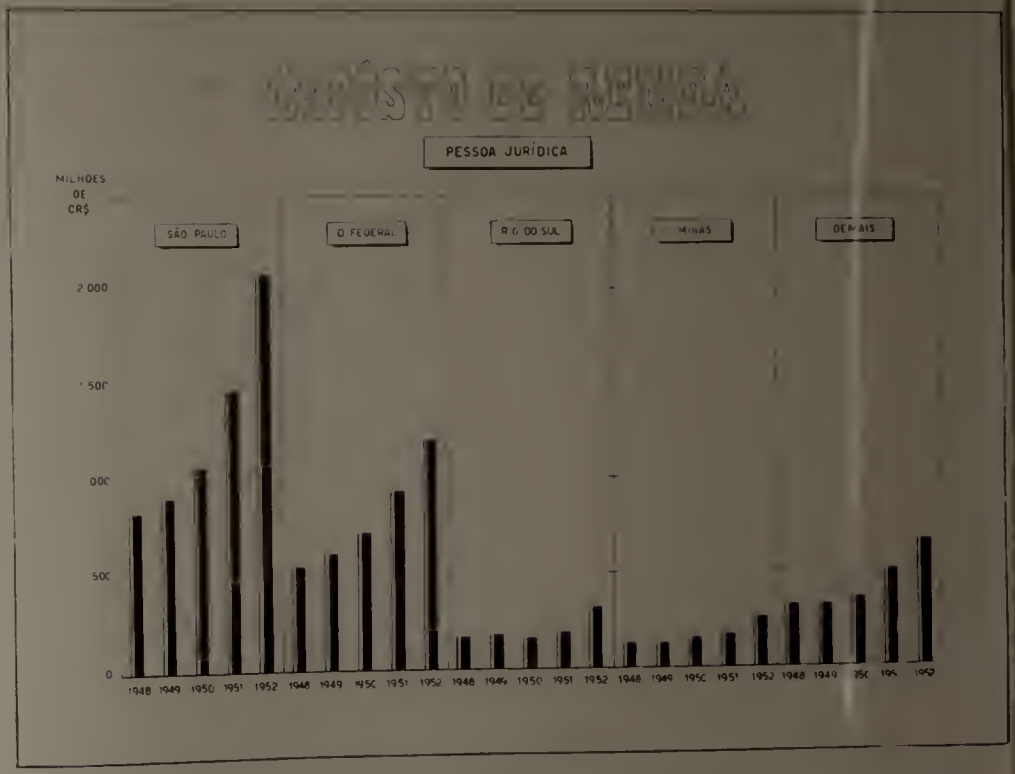
### ADICIONAL PARA PROTEÇÃO À FAMÍLIA

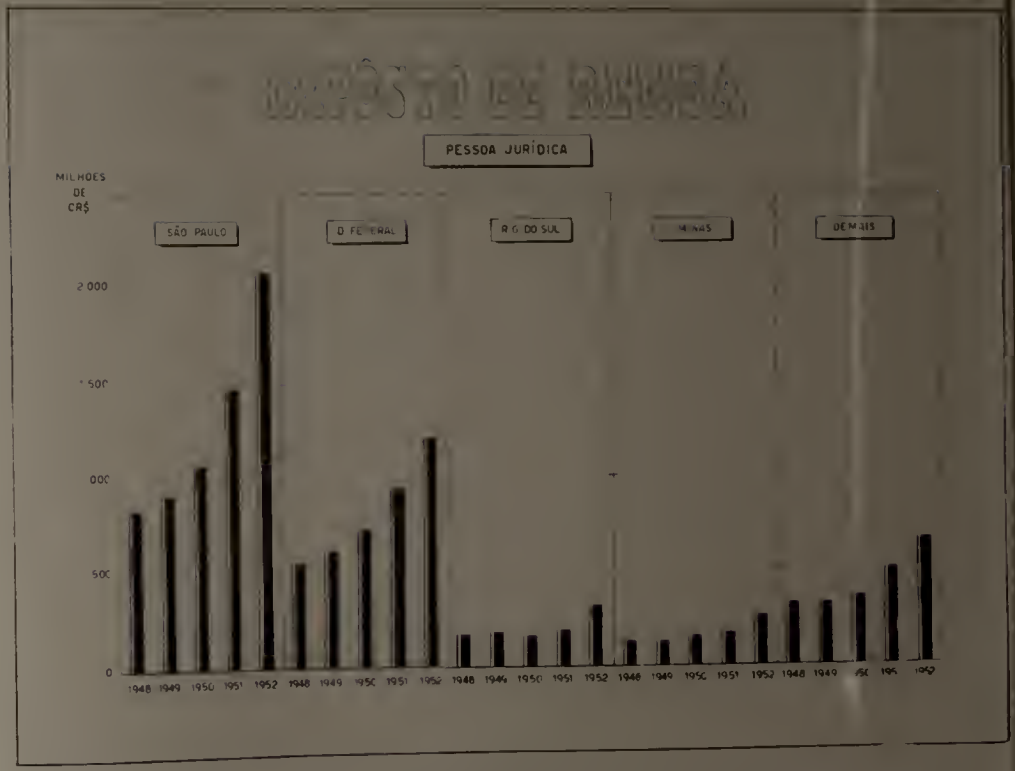
### EXERCÍCIO DE 1951 E 1952

| REGIÕES | NÚMEROS ABSOLUTOS | | | | | NÚMEROS RELATIVOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | | | | | |
| [illegible] | 158 102 60 | [illegible] 082 90 | [illegible] 391 40 | 221 401 10 | 335 101 30 | 100 | 81 | 100 | 140 | 212 |
| [illegible] | 144 204 30 | 267 354 40 | 305 842 60 | 186 043 80 | 340 135 50 | 100 | 64 | 97 | 117 | 205 |
| [illegible] | 572 906 90 | 400 427 70 | 561 234 30 | 708 615 20 | 1 195 549 80 | 100 | 70 | 98 | 122 | 209 |
| [illegible] | [illegible] 015 80 | 274 967 30 | 170 258 60 | [illegible] 918 00 | 201 660 80 | 100 | 134 | 103 | 101 | 122 |
| [illegible] | 40 689 40 | 67 220 00 | 91 754 80 | 64 708 80 | 157 164 20 | 100 | 164 | 231 | 395 | 384 |
| [illegible] | 263 511 00 | [illegible] 775 20 | 266 036 00 | 240 682 00 | 360 535 50 | 100 | 106 | 91 | 146 | 126 |
| [illegible] | 84 109 80 | 54 [illegible] 40 | 82 277 90 | 61 [illegible] 00 | 184 807 00 | 100 | 85 | 98 | 32 | 220 |
| [illegible] | 112 983 30 | 121 201 00 | 137 060 10 | 222 655 50 | 240 021 00 | 100 | 107 | 121 | 197 | 218 |
| [illegible] | [illegible] 318 30 | 1 272 011 40 | 1 684 711 00 | 2 013 081 90 | 1 771 112 70 | 100 | 110 | 145 | 171 | [illegible] |
| [illegible] | 121 859 40 | 137 214 80 | 140 916 80 | 88 396 50 | 295 083 20 | 100 | 113 | 115 | 151 | 241 |
| [illegible] | 1 980 640 40 | 2 204 284 50 | 2 [illegible] 830 40 | 203 822 60 | 1 184 183 20 | 100 | 111 | 30 | 162 | [illegible] |
| [illegible] | 64 032 30 | 80 122 90 | 101 121 10 | 16 [illegible] 10 | 1 [illegible] 128 60 | 100 | 126 | 156 | 152 | 211 |
| [illegible] | 025 281 90 | 114 800 90 | 1 149 302 80 | 1 [illegible] 58 50 | 2 164 755 00 | 100 | 111 | 112 | 151 | 214 |
| [illegible] | 23 880 40 | 402 701 10 | 1 [illegible] 233 10 | 2 010 180 10 | 3 377 938 10 | 100 | 100 | 120 | 106 | 230 |
| [illegible] | 74 629 30 | 66 718 20 | 86 135 70 | 231 429 70 | 268 305 90 | 100 | 26 | 215 | 205 | 330 |
| [illegible] | 711 140 80 | 791 830 10 | 814 257 80 | 1 047 216 80 | 1 312 490 40 | 100 | 107 | 101 | 111 | 177 |
| [illegible] | 318 791 80 | 1 888 162 20 | 18 [illegible] 273 90 | 12 303 108 60 | 11 737 680 70 | 100 | 104 | 122 | 154 | 228 |
| | 18 [illegible] 936 40 | 9 907 764 70 | 22 [illegible] 604 40 | 37 320 782 10 | 42 010 224 70 | 100 | 105 | 124 | 118 | 227 |
| [illegible] | 821 083 10 | [illegible] 564 90 | [illegible] 842 802 70 | [illegible] 57 150 50 | 24 204 402 60 | 100 | 110 | 128 | [illegible] | 207 |
| [illegible] | 128 381 70 | 142 540 00 | [illegible] 087 40 | 888 842 20 | 755 242 00 | 100 | 101 | 110 | 206 | 110 |
| [illegible] | 141 182 40 | 167 747 20 | 1 [illegible] 165 60 | 277 876 00 | 525 734 10 | 100 | 119 | 106 | 197 | 231 |
| [illegible] | 1 183 962 90 | 2 834 375 80 | 2 [illegible] 516 10 | 1 [illegible] 117 10 | 4 001 889 60 | 100 | 114 | 110 | 142 | 197 |
| | 14 871 130 40 | 16 148 131 90 | 18 810 790 20 | 12 819 315 20 | 31 490 278 30 | 100 | 111 | 127 | 86 | [illegible] |
| [illegible] | 60 888 20 | 81 940 00 | 101 520 10 | [illegible] 727 20 | 177 004 40 | 100 | 123 | 155 | 244 | 264 |
| [illegible] | 63 [illegible] 50 | [illegible] 842 20 | 194 013 40 | 70 151 80 | 296 172 80 | 100 | 110 | 127 | 171 | 274 |
| [illegible] | 100 620 30 | 189 791 20 | 227 [illegible] 10 | 125 878 80 | 111 177 30 | 100 | 115 | 142 | 203 | [illegible] |
| [illegible] | 60 988 30 | 100 810 90 | 124 710 90 | 116 301 50 | 154 774 10 | 100 | 151 | 86 | 171 | 239 |
| [illegible] | 16 158 174 00 | 18 856 [illegible] 40 | 14 784 837 30 | 14 303 120 10 | 78 118 987 40 | 100 | 107 | 121 | 123 | 217 |

# IMPÔSTO DE RENDA




PESSOA JURÍDICA
MILHÕES DE CR$
SÃO PAULO
D. FEDERAL
R. G. DO SUL
MINAS
DEMAIS
2 000
500
000
500
0
1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952


PESSOA JURÍDICA
MILHÕES DE CR$
SÃO PAULO
D. FEDERAL
R. G. DO SUL
MINAS
DEMAIS
2 000
500
000
500
0
1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952

**IMPÔSTO DE RENDA**

**PESSOAS FÍSICAS — [illegible]**

**Arrecadação Geral**

| REGIÕES | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL GERAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

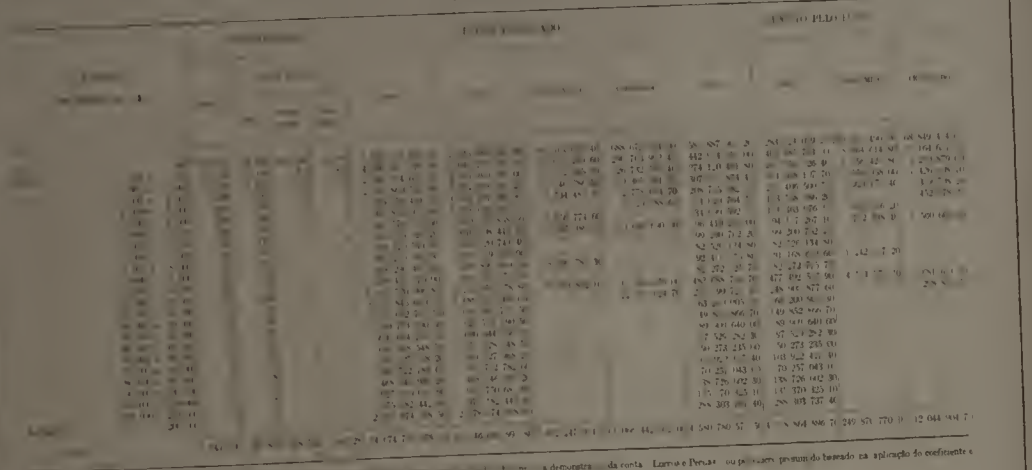
EXERCICIO DE 1952

LANÇAMENTO

PESSOAS JURÍDICAS

Número de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto, por Classes e Formas de Tributação

BRASIL.



1) Não está demonstrada da conta Lucros e Perdas ou por outro processo presumido baseado na aplicação do coeficiente e

2) Inclusive [illegible] parte [illegible] conformidade do art. 34 do Decreto n. 24.239/47

3) [illegible] preferência [illegible] para [illegible] tributar [illegible] cuja maioria representada por 92,6% do total contribui apenas com 5,7% do impôsto. Não [illegible]

EXERCICIO DE 19[illegible]

[illegible]

PESSOAS JURIDICAS

SOCIEDADES LIMITADAS

Numero de Contribuintes, Lucro Tributável e Impôsto, por Classes e Formas de Tributação

[illegible]

EXERCICIO DE 1952

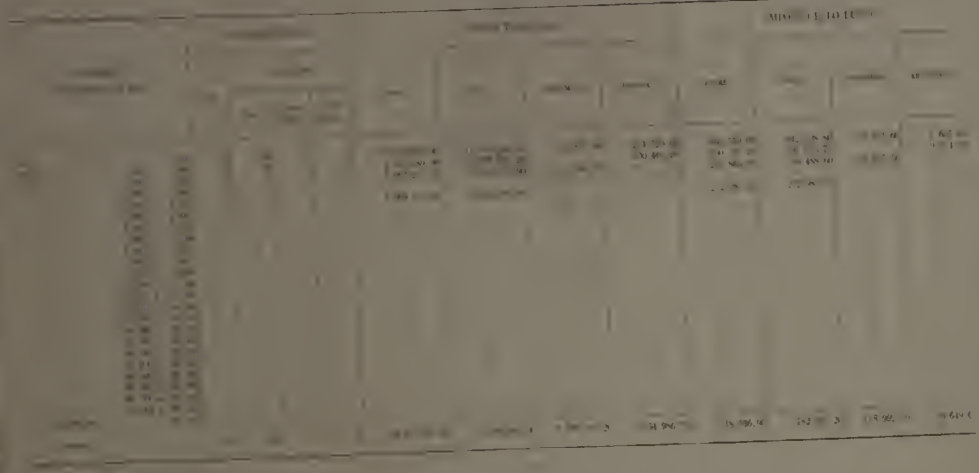
LANÇAMENTO

PESSOAS JURIDICAS

SOCIEDADES CIVÍS (5 %)

Numero de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto, por Classes e Formas de Tributação

BRASIL



EXERCICIO DE 1952

LANÇAMENTO

PESSOAS JURÍDICAS

FIRMAS CONCESSIONÁRIAS SERVIÇO PÚBLICO

Número de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto, por Classes e Formas de Tributação

BRASIL

EXERCÍCIO DE 1952

LANÇAMENTO

PESSÔAS JURÍDICAS

FIRMAS INDIVIDUAIS

**Número de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto, por classes e Formas de Tributação**

BRASIL

| [illegible] | NÚMERO DE CONTRIBUINTES | | | | | | LUCRO TRIBUTADO | | | | | | IMPÔSTO E LUCRO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | REAL | PRESUMIDO | ARBITRADO | [illegible] | REAL | PRESUMIDO | ARBITRADO |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]

EXERCÍCIOS DE 1951 A 1952

LANÇAMENTO

PESSOA JURÍDICA

Número de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto, por tipo de sociedade

BRASIL

EXERCÍCIO DE 1952

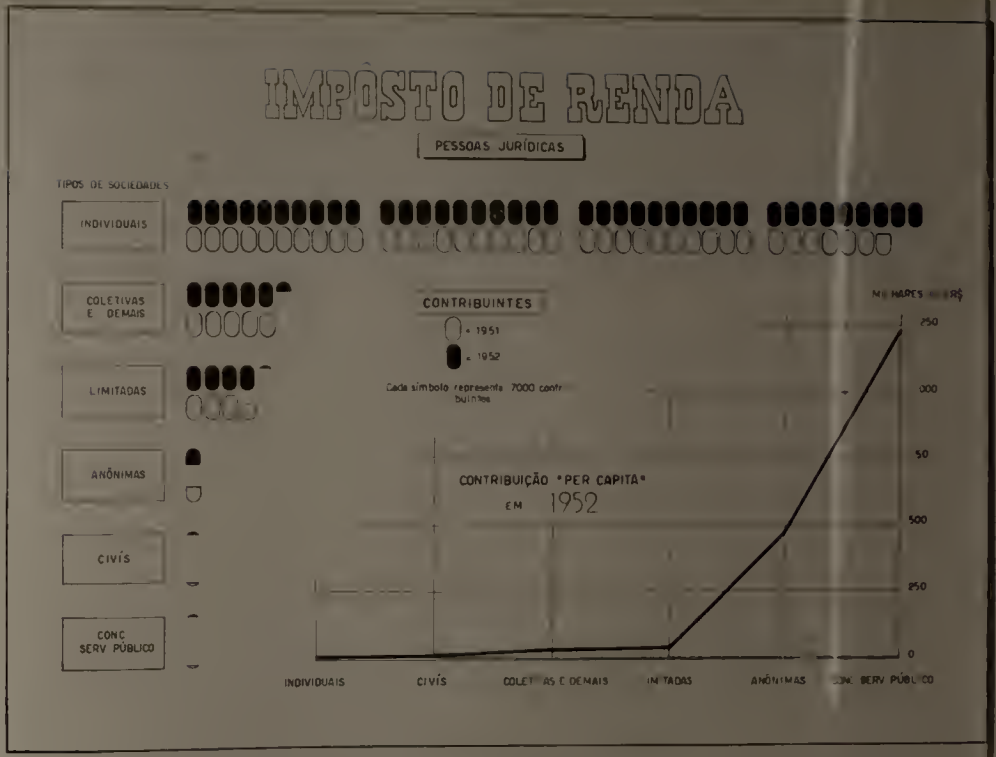
LANÇAMENTO

PESSOAS JURÍDICAS

SOCIEDADES COLETIVAS E DEMAIS

Número de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto, por classes e Formas de Tributação

BRASIL


IMPÔSTO DE RENDA
PESSOAS JURÍDICAS
TIPOS DE SOCIEDADES
INDIVIDUAIS
COLETIVAS E DEMAIS
LIMITADAS
ANÔNIMAS
CIVÍS
CONC SERV PÚBLICO
CONTRIBUINTES
= 1951
= 1952
Cada símbolo representa 7000 contribuintes
CONTRIBUIÇÃO "PER CAPITA"
EM 1952
MILHARES DE R$
250
000
50
500
250
0
INDIVIDUAIS
CIVÍS
COLETIVAS E DEMAIS
LIMITADAS
ANÔNIMAS
CONC. SERV PÚBLICO

EXERCICIO DE 1950 a 195[illegible]

LANÇAMENTO

PESSOAS JURIDICAS

Numero de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto por tipo de Sociedades segundo as Unidades Federadas

EXERCÍCIOS DE 1956 A 1962

LANÇAMENTO

PESSOAS JURÍDICAS

Número de Contribuintes, Lucro Tributável e Impôsto por Tipo de Sociedade segundo as Unidades Federadas

EXERCICIOS DE 1950 A 1952

LANÇAMENTO

PESSÔAS JURIDICAS

Numero de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto por Tipo de Sociedades segundo as Unidades Federadas

EXERCÍCIOS DE 1949 a 1952

LANÇAMENTO

PESSÔAS JURÍDICAS

Número de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto, por classes de rendimento

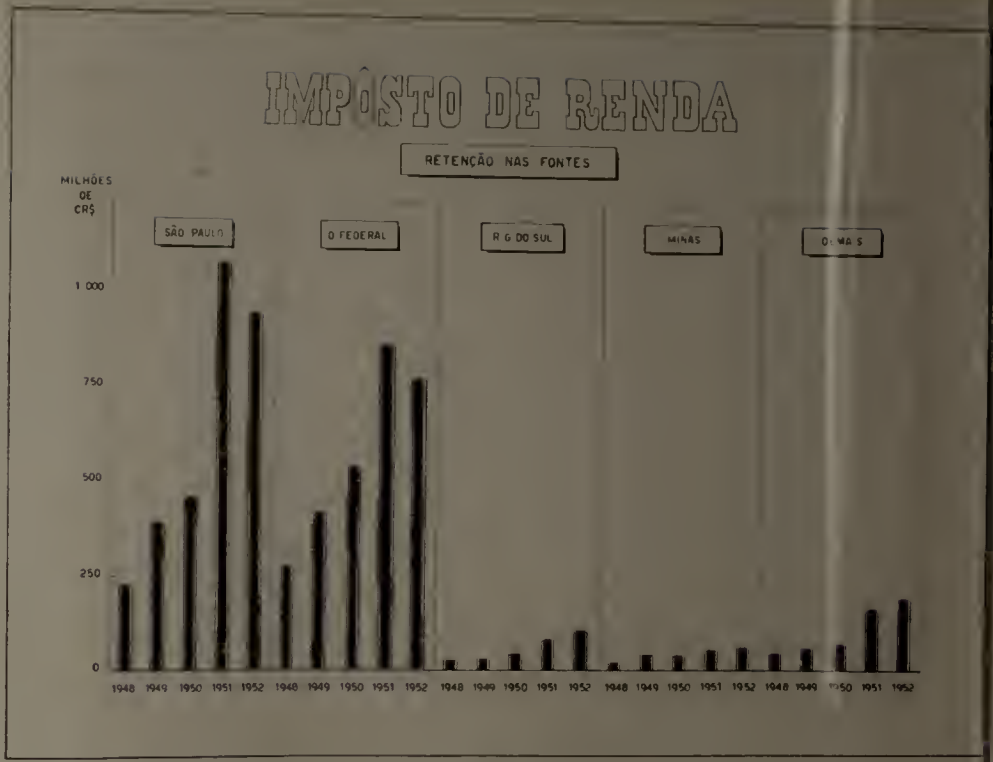
BRASIL

EXERCÍCIOS DE 1950 A 1952

LANÇAMENTO

PESSÔAS JURÍDICAS

Número de Contribuintes, Lucro Tributado e Impôsto por Tipo de Sociedades segundo as Unidades Federadas


IMPÔSTO DE RENDA
RETENÇÃO NAS FONTES
MILHÕES DE CR$
SÃO PAULO
O FEDERAL
R G DO SUL
MINAS
1 000
750
500
250
0
1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952

## IMPÔSTO DE RENDA

### IMPÔSTO SÔBRE OS RENDIMENTOS ARRECADADOS NAS FONTES

**Arrecadação Geral**

| | VALORES ABSOLUTOS | | | | | NÚMEROS RELATIVOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 1930 | 1931 | 1932 |
| | $ | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 213 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 381 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 15 028 103 20 | 100 | 136 | 174 | [illegible] | 429 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 167 | [illegible] | 2 414 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 249 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]

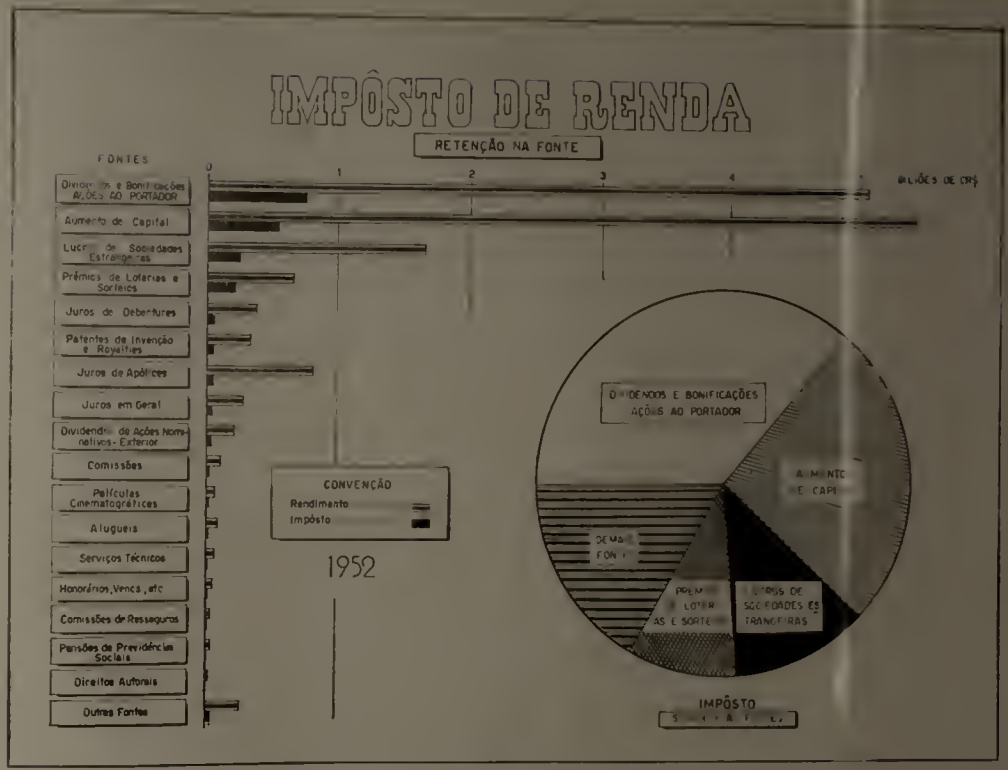
IMPOSTO DE RENDA

[illegible]ÇÃO NA FONTE

IMPÔSTO E RENDIMENTO

1952

| FONTES | [illegible] | [illegible] | |
|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 22 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 24 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 10 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 6 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 29 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 1 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 25 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 0 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 0 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 0 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 0 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 0 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 0 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 0 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 22 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] 00 |


IMPÔSTO DE RENDA
RETENÇÃO NA FONTE
FONTES
Dividendos e Bonificações Ações ao Portador
Aumento de Capital
Lucros de Sociedades Estrangeiras
Prêmios de Loterias e Sorteios
Juros de Debentures
Patentes de Invenção e Royalties
Juros de Apólices
Juros em Geral
Dividendos de Ações Nominativos - Exterior
Comissões
Películas Cinematográficas
Aluguéis
Serviços Técnicos
Honorários, Vencs., etc
Comissões de Resseguros
Pensões de Previdência Sociais
Direitos Autorais
Outras Fontes
0
1
2
3
4
BILHÕES DE CR$
CONVENÇÃO
Rendimento
Impôsto
1952
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÕES AÇÕES AO PORTADOR
LUCROS DE SOCIEDADES ESTRANGEIRAS
IMPÔSTO

IMPÔSTO DE RENDA

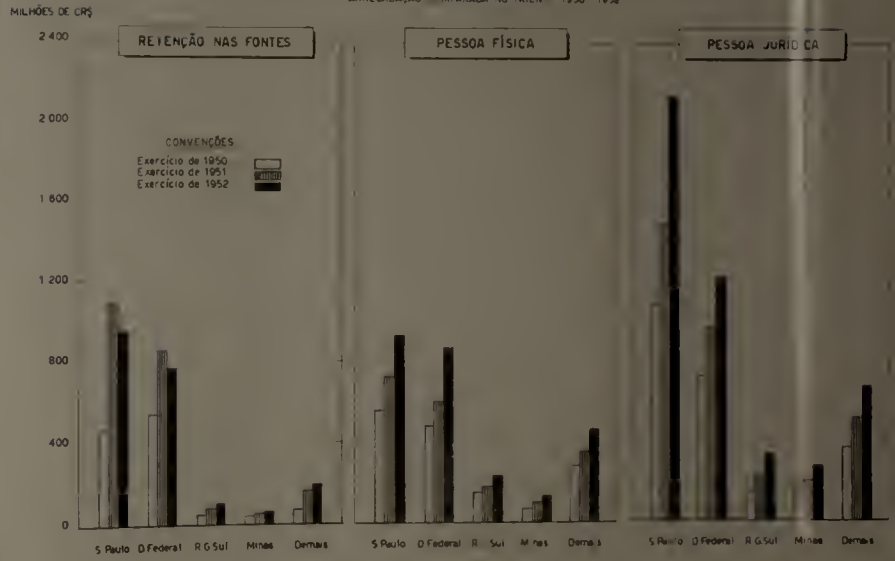
[illegible]

Imposto e Rendimento

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|
| | | [illegible] | |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |
| | | [illegible] | [illegible] |

# IMPÔSTO DE RENDA

ARRECADAÇÃO COMPARADA NO TRIENIO 1950 1952



## EXERCÍCIO DE 1952

## IMPÔSTO DE RENDA

### Retenção nas Fontes

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| São Paulo | 220 634 639 60 | [illegible] | [illegible] | 1 000 [illegible] 521 10 | 955 891 596 60 |
| Distrito Federal | 281 865 [illegible] 50 | [illegible] | 348 865 862 [illegible] | 572 [illegible] 140 10 | 781 048 773 70 |
| Rio Grande do Sul | [illegible] 563 147 10 | 32 663 147 80 | 46 663 627 10 | 86 [illegible] 2 20 | 106 580 879 30 |
| Minas Gerais | 17 [illegible] 036 90 | 40 732 763 30 | 40 809 730 90 | 52 [illegible] 115 30 | [illegible] 989 40 |
| Demais Estados | 12 103 371 10 | [illegible] 250 620 10 | 71 602 945 00 | 108 743 170 60 | 192 038 063 20 |
| TOTAL | 631 067 [illegible] 50 | 990 878 377 60 | 1 192 940 012 90 | 2 270 [illegible] 111 80 | 2 096 210 294 20 |

### PESSÔA FÍSICA

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| São Paulo | 426 [illegible] 492 20 | 152 135 087 80 | 559 520 503 20 | 720 141 230 10 | 926 620 270 30 |
| Distrito Federal | 399 178 273 10 | 117 174 896 70 | 176 601 547 40 | 605 718 726 90 | 875 861 085 20 |
| Rio Grande do Sul | 114 008 361 80 | 129 385 891 10 | 143 286 885 50 | 167 605 367 60 | 226 490 256 00 |
| Minas Gerais | [illegible] 444 968 10 | 59 896 347 90 | 69 214 769 00 | 96 206 322 80 | 131 487 236 70 |
| Demais Estados | 218 906 215 70 | 231 642 049 60 | 252 613 993 70 | 356 485 085 50 | 152 403 210 10 |
| TOTAL | 1 213 780 310 90 | 1 287 204 273 10 | 1 521 270 699 10 | 1 955 170 736 90 | 2 612 862 089 20 |

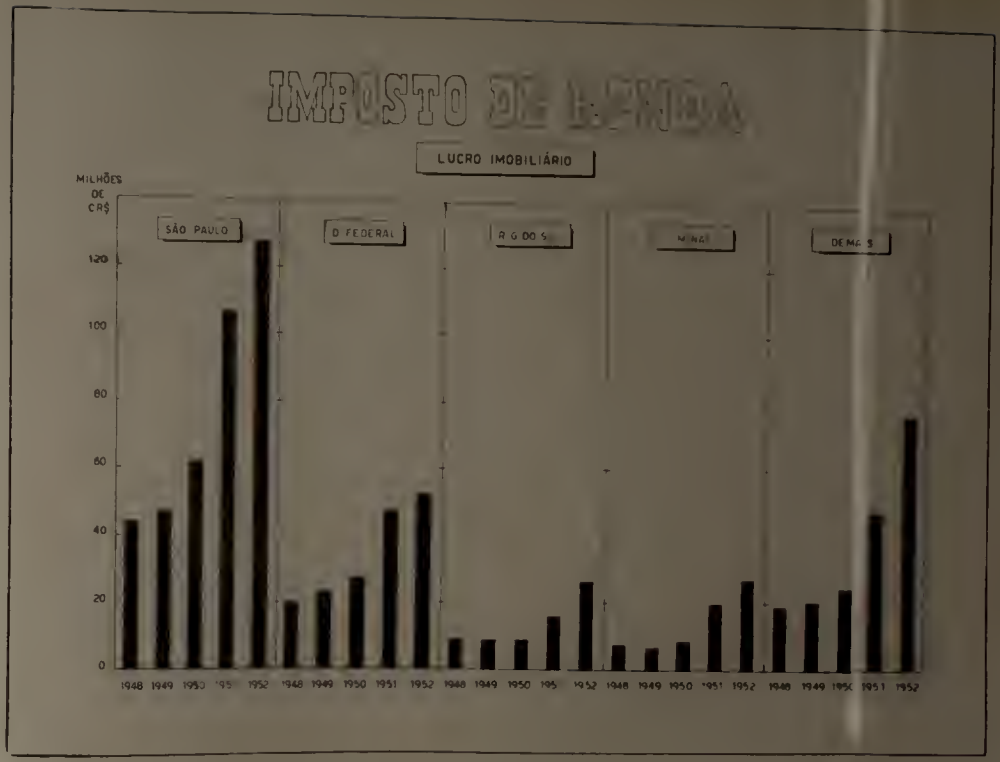
### PESSÔA JURÍDICA

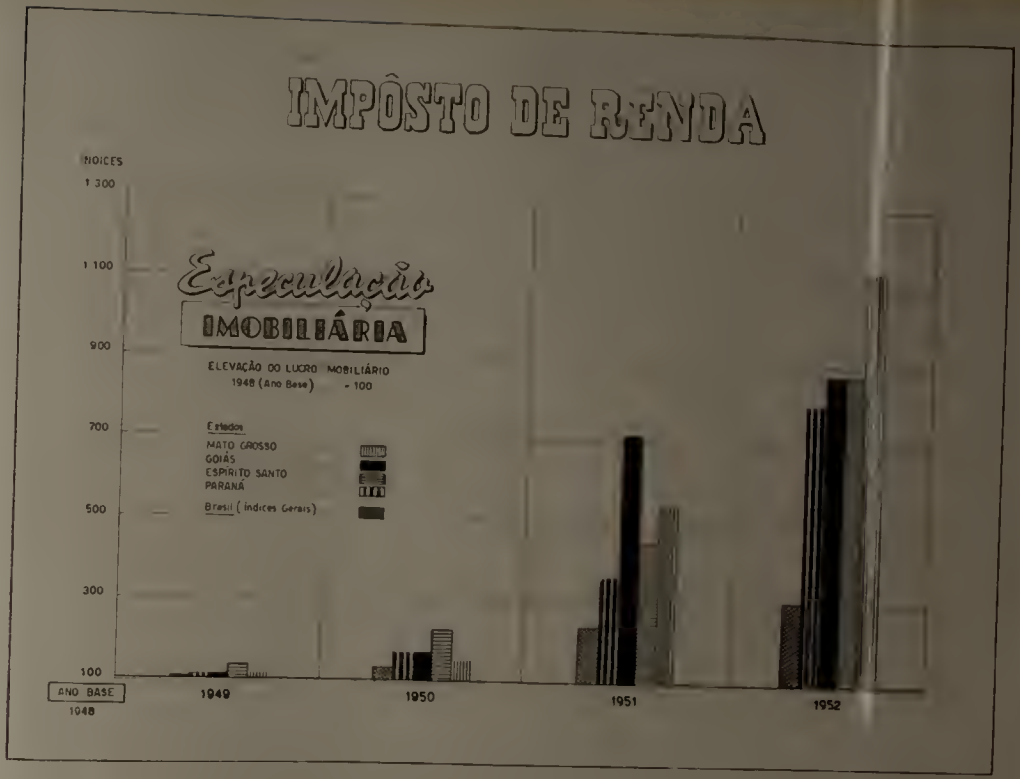
| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| São Paulo | 857 342 [illegible] 60 | [illegible] 173 10 | 1 [illegible] 7 715 70 | 1 491 [illegible] 23 70 | 2 109 217 899 00 |
| Distrito Federal | 607 490 123 10 | 634 [illegible] 692 10 | 740 627 042 10 | 956 634 136 10 | 1 210 390 070 00 |
| Rio Grande do Sul | 78 [illegible] 094 10 | 188 763 095 90 | 75 506 831 90 | 202 042 082 40 | 331 931 305 40 |
| Minas Gerais | 112 288 199 20 | [illegible] 521 542 90 | 160 [illegible] 11 403 00 | 183 641 [illegible] 60 | 270 205 171 70 |
| Demais Estados | 51 [illegible] 667 00 | 46 187 209 30 | [illegible] 72 [illegible] 48 929 40 | 311 549 668 80 | 690 396 902 70 |
| TOTAL | 2 [illegible] 135 7 2 40 | [illegible] 0 [illegible] 40 | 2 [illegible] 34 [illegible] 0 | 3 [illegible] 0 | 4 611 041 258 40 |

IMPOSTO DE RENDA

[illegible]

Arrecadação Geral


IMPOSTO DE RENDA
LUCRO IMOBILIÁRIO
MILHÕES DE CR$
SÃO PAULO
D FEDERAL
R G DO S
MINAS
DEMAIS
120
100
80
60
40
20
0
1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952 1948 1949 1950 1951 1952


IMPÔSTO DE RENDA
ÍNDICES
1 300
1 100
900
700
500
300
100
Especulação
IMOBILIÁRIA
ELEVAÇÃO DO LUCRO MOBILIÁRIO
1948 (Ano Base) - 100
Estados
MATO GROSSO
GOIÁS
ESPÍRITO SANTO
PARANÁ
Brasil (Índices Gerais)
ANO BASE
1948
1949
1950
1951
1952

## EXERCÍCIO DE 1952

### ARRECADAÇÃO DAS DESPESAS E DA RENDA

| UNIDADES FEDERAIS | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Amazonas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Maranhão | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Norte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sergipe | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Dist. Fed. Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL GERAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

## EXERCÍCIO DE 1952

### RENDA EXTRAORDINÁRIA

### Arrecadação Geral

| DISCRIMINAÇÃO | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|
| AMAZONAS | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| PARÁ | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| MARANHÃO | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| PIAUÍ | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| CEARÁ | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| RIO GRANDE DO NORTE | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| PARAÍBA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| PERNAMBUCO | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| ALAGOAS | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SERGIPE | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| BAHIA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible]

## EXERCÍCIO DE 1952

## RENDA EXTRAORDINÁRIA

### Arrecadação Geral

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | [illegible] | RENDAS EVENTUAIS | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | IMPOSTO [illegible] DE RENDA | IMPOSTO [illegible] EXTRAORDINÁRIO | [illegible] | | |
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| [illegible] | 739 917 80 | 23 399 40 | 11 959 50 | 195 507 60 | 1 213 784 30 |
| [illegible] | 85 259 50 | | 211 478 00 | 1 100 448 00 | 1 400 185 50 |
| [illegible] | 784 078 80 | | | 376 520 20 | 1 160 599 00 |
| [illegible] | | | | 388 882 00 | 400 459 00 |
| [illegible] | 11 577 00 | | | | |
| [illegible] | 2 962 200 00 | | 19 166 70 | 936 967 20 | 3 928 333 90 |
| [illegible] | 837 410 10 | | | 526 105 70 | 1 363 515 80 |
| [illegible] | 1 443 970 30 | | 2 346 40 | 2 090 949 50 | 3 537 266 20 |
| [illegible] | 4 475 981 10 | 342 788 00 | 480 181 60 | 2 009 462 70 | 7 308 413 40 |
| [illegible] | 229 410 00 | | 25 256 50 | 368 206 30 | 622 873 10 |
| [illegible] | 779 861 10 | | | 487 527 70 | 1 267 387 10 |
| [illegible] | 4 998 345 10 | 164 044 50 | 132 434 10 | 2 633 891 80 | 6 928 716 30 |
| [illegible] | 897 416 00 | | | 410 784 10 | 1 308 200 10 |
| [illegible] | 4 109 289 90 | | | 1 452 716 90 | 5 562 003 80 |
| [illegible] | 86 775 287 90 | 1 105 287 40 | 1 666 397 70 | 33 480 913 80 | 126 025 985 00 |
| [illegible] | 32 372 456 70 | 9 329 520 50 | 6 513 292 90 | 15 825 271 60 | 64 240 545 60 |
| [illegible] | 3 961 130 00 | 4 282 00 | 5 940,00 | 2 926 751 70 | 6 898 203,70 |
| [illegible] | 631 658 20 | 97 289 80 | 154 094,50 | 1 001 141 10 | 1 884 183 60 |
| [illegible] | 6 682 [illegible] 30 | 786 097 00 | 754 990 00 | 11 784 714 50 | 21 007 866 70 |
| [illegible] | 8 449 268 00 | 831 613 10 | 435 320,60 | 5 216 906,10 | 11 936 108 90 |
| [illegible] | 1 3[illegible] 105 20 | 3 275,30 | 40 904 30 | 190 463 70 | 1 593 248 50 |
| [illegible] | [illegible] 67 60 | | 37 394,00 | 718 300 00 | 1 079 262 20 |
| [illegible] | | | | 39 859 00 | 39 859,00 |
| [illegible] | [illegible] 198 833 20 | 16 888 968,00 | 10 497 335 10 | 84 422 094 60 | 274 007 000 90 |
| [illegible] | [illegible] | 6% | 4% | 31% | 100% |

[illegible] Renda [illegible] em 1952 [illegible] de [illegible] [illegible] de 0,8% da arrecadação geral do Impôsto de Renda.

EXERCICIO DE 1952

COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

| DESIGNAÇÃO | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | | | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | | | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | | | [illegible] |

IMPÔSTO DE RENDA

RENDA EXTRAORDINÁRIA

**Arrecadação Geral**

| [illegible] | NÚMEROS ABSOLUTOS | | | | | NÚMEROS ÍNDICES | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | 1939 | 1940 | 1941 | 1942 | 1945 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | | | | | |
| [illegible] | [illegible] | 1 186 240 00 | 1 118 142 00 | 611 970 00 | 214 781 20 | 100 | 80 | 88 | 78 | 91 |
| [illegible] | [illegible] | 618 280 20 | 1 123 014 80 | 168 748 00 | 1 100 185 50 | 100 | 104 | 159 | 143 | 16 |
| [illegible] | [illegible] | 2 [illegible] 190 00 | 2 [illegible] 955 80 | 2 [illegible] 719 80 | 2 613 069 70 | 100 | 97 | 118 | 109 | 114 |
| [illegible] | [illegible] | 8 [illegible] 301 00 | 1 [illegible] 150 00 | 1 304 766 80 | 1 [illegible] 99 00 | 100 | 134 | [illegible] | 197 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | 2 [illegible] 80 | 210 880 70 | 374 [illegible] 20 | 100 [illegible] 60 | 100 | 180 | 54 | 95 | 102 |
| [illegible] | [illegible] | 1 [illegible] 00 | 3 081 [illegible] 80 | 1 104 270 70 | 1 928 [illegible] 90 | 100 | 105 | 102 | 170 | 206 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 40 | 1 874 [illegible] 10 | 716 [illegible] 40 | 1 393 [illegible] 80 | 100 | 257 | 251 | 230 | 182 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 40 | 1 213 [illegible] 30 | 2 [illegible] 391 40 | 4 [illegible] 206 20 | 100 | 228 | 146 | 252 | 116 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 00 | 8 870 297 60 | 7 712 364 90 | 7 308 413 10 | 100 | 14 | 60 | 52 | 40 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 00 | 913 [illegible] 00 | [illegible] 432 40 | 922 873 10 | 100 | 93 | 99 | 170 | 100 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 30 | 17 [illegible] 920 90 | 8 229 128 60 | 8 621 104 30 | 100 | 87 | 85 | 89 | 90 |
| [illegible] | [illegible] | 218 [illegible] 00 | [illegible] 10 | [illegible] 083 30 | 267 787 10 | 100 | 89 | 50 | 250 | 317 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 20 | 6 [illegible] 874 40 | 6 848 [illegible] 80 | 6 928 716 40 | 100 | 58 | 114 | 107 | 127 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 00 | 7 [illegible] 00 | 12 861 [illegible] 30 | 14 930 108 90 | 100 | 100 | 128 | 222 | 258 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 20 | 673 [illegible] 10 | 1 126 293 20 | 1 408 290 10 | 100 | 98 | 110 | 116 | 131 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 00 | 1 031 [illegible] 60 | 1 [illegible] 283 40 | 5 662 904 80 | 100 | 61 | 124 | 104 | 98 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 74 | [illegible] 80 | 82 013 100 60 | 126 025 385 00 | 100 | 62 | 58 | 80 | 124 |
| [illegible] | [illegible] | 77 [illegible] 00 | 81 [illegible] 682 90 | 98 702 215 10 | 156 028 401 20 | 100 | 64 | 68 | 91 | 140 |
| [illegible] | [illegible] | 12 [illegible] 20 | [illegible] 00 | 2 222 806 60 | 64 240 717 60 | 100 | 132 | 118 | 162 | 199 |
| [illegible] | [illegible] | 3 028 [illegible] 10 | 3 700 000 60 | 162 180 20 | 6 898 203 70 | 100 | 55 | 80 | 139 | 119 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 60 | 1 [illegible] 220 70 | 373 297 30 | 1 884 186 50 | 100 | 56 | 74 | 70 | 95 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 20 | 228 [illegible] 00 | 317 358 20 | 21 007 966 70 | 100 | 90 | 111 | 132 | 208 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 182 00 | [illegible] 60 | [illegible] 612 30 | 94 030 709 00 | 100 | 111 | 112 | 150 | 192 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 98 | [illegible] 840 70 | 990 621 10 | 1 079 262 20 | 100 | 120 | 111 | 195 | 215 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 40 | [illegible] 67 30 | 1 625 361 20 | 1 593 238 50 | 100 | 140 | 116 | 185 | 184 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 918 80 | [illegible] 17 80 | 2 621 685 40 | 2 672 510 70 | 100 | 143 | 133 | 190 | 194 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 14 | 1 053 40 | 25 898 80 | 39 850 00 | 100 | 275 | 407 | 780 | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] 292 70 | [illegible] 700 00 | 205 466 420 20 | 274 007 000 90 | 100 | 80 | 82 | 106 | 112 |

## IMPÔSTO DE RENDA

[illegible]

### Arrecadação Geral

| REGIÕES | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1948 | 1949 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| | Cr$ | Cr$ | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORTE | | | | | | | | | | |
| Amazonas | [illegible] | 653 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | [illegible] | 6 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Total | [illegible] | 680 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORDESTE | | | | | | | | | | |
| Maranhão | [illegible] | 243 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | 2 842 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Norte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | 172 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] | 13 541 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| LESTE | | | | | | | | | | |
| Sergipe | 41 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | 3 [illegible] | 2 284 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | 2 311 949 20 | 3 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | 172 770 70 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | 3 [illegible] | 2 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | 35 [illegible] 748 10 | 32 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] 412 249 60 | 41 441 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SUL | | | | | | | | | | |
| São Paulo | 12 [illegible] | 28 642 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | 1 [illegible] | 918 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | 381 631 [illegible] | 21 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] 606 488 20 | 3 097 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | 17 [illegible] 096 20 | 32 863 329 20 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | | | |
| Goiás | 300 109 40 | 391 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | 657 311 [illegible] | 1 079 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] 421 [illegible] | 1 391 393 40 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| *De Tes. Bras. N. York* | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | 79 743 [illegible] 40 | 80 987 971 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

## EXERCÍCIOS DE 1949 A 1952

### COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA

| UNIDADE DA FEDERAÇÃO | IMPOSTO DE RENDA | IMPOSTO ADICIONAL DE RENDA | LUCRO EXTRAORDINÁRIO | TOTAL |
|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| [illegible] | 739 917,80 | | | 739 917,80 |
| [illegible] | 85 250,50 | | | 85 250,50 |
| [illegible] | 781 078,80 | | | 781 078,80 |
| [illegible] | 11 577,60 | | | 11 577,60 |
| [illegible] | 2 952 200,00 | | | 2 952 200,00 |
| [illegible] | 837 410,10 | | | 837 410,10 |
| [illegible] | 1 443 970,30 | | | 1 443 970,30 |
| [illegible] | 3 992 600,00 | 88 075,90 | 395 305,20 | 4 475 981,10 |
| [illegible] | 529 410,60 | | | 529 410,60 |
| [illegible] | 779 861,40 | | | 779 861,40 |
| [illegible] | 3 988 345,60 | | | 3 998 345,60 |
| [illegible] | 897 416,00 | | | 897 416,00 |
| [illegible] | 4 109 286,90 | | | 4 109 286,90 |
| [illegible] | 86 579 697,20 | 58 470,30 | 137 120,40 | 86 775 287,90 |
| [illegible] | 31 872 002,20 | 151 103,10 | 349 351,40 | 32 372 456,70 |
| [illegible] | 3 961 430,00 | | | 3 961 430,00 |
| [illegible] | 631 058,20 | | | 631 058,20 |
| [illegible] | 6 430 192,20 | 204 579,60 | 17 292,50 | 6 652 063,30 |
| [illegible] | 8 322 804,50 | 16 328,70 | 80 135,40 | 8 449,268,60 |
| [illegible] | 1 341 143,50 | 7 003,70 | 10 858,00 | 1 359 005,20 |
| [illegible] | 323 567,60 | | | 323 567,60 |
| [illegible] | 160 653 230,00 | 525 560,30 | 1 020 062,90 | 162 198 853,20 |

## IMPOSTO DE RENDA

### [illegible] QUASI-CONTRATOS E RENDAS EVENTUAIS

### Multas

### Arrecadação Geral

| REGIÕES | 1948 | 1949 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | | | | | |
| NORTE | | | | | | | | |
| Amazonas | 392 [illegible] 80 | 279 [illegible] 80 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] 80 | 849 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | 801 [illegible] 60 | 1 128 [illegible] 60 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| NORDESTE | | | | | | | | |
| Maranhão | 261 190 10 | 287 [illegible] 20 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] 570 20 | [illegible] 20 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | 171 [illegible] 80 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| R. G. do Norte | 177 [illegible] 60 | [illegible] 60 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | 361 [illegible] 70 | 147 [illegible] 4 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | 413 [illegible] 60 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] 60 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] | [illegible] 60 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| LESTE | | | | | | | | |
| Sergipe | 185 986 40 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | 918 [illegible] 30 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | 1 [illegible] 429 60 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] 372 80 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | 622 [illegible] 30 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] 50 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| SUL | | | | | | | | |
| São Paulo | 179 087 50 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | 437 419 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio G. do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| CENTRO-OESTE | | | | | | | | |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Fora do Brasil | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL GERAL | 27 [illegible] 170 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

## IMPÔSTO DE RENDA
## ADICIONAL DE RENDA
### Arrecadação Geral

| | NÚMEROS ABSOLUTOS | | | | | NÚMEROS RELATIVOS | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | | | | | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 10 089 30 | 23 399 30 | 100 | 30 | 264 | 5 | 2 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 35 197 40 | | 100 | 138 | | 35 | |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 45 886 70 | 23 399 30 | 100 | 66 | 89 | 15 | [illegible] |
| [illegible] | 299 31[illegible] 30 | 197 895 20 | 299 879 60 | | | | | | | |
| [illegible] | | | | 75 205 70 | | | 100 | | 41 | |
| [illegible] | | 184 [illegible] 60 | | 40 490 10 | | 100 | 183 | 36 | 371 | |
| [illegible] | [illegible] 817 20 | 19 [illegible] 10 | 3 933 00 | | | 100 | 27 | 3 | | |
| [illegible] | 18 [illegible] 70 | 4 113 20 | 1 [illegible] 20 | | | 100 | 12 | | | |
| [illegible] | 156 713 80 | 18 230 60 | | | | 100 | | 100 | | |
| [illegible] | | | 31 [illegible] 30 | 212 294 10 | 312 788 00 | | | 100 | 60 | 97 |
| [illegible] | | | 2 039 10 | | | 100 | 9 | 1 | | |
| [illegible] | 175 317 10 | 41 061 80 | 6 031 00 | | | | | | | |
| [illegible] | | | | 827 [illegible] 00 | 312 788 00 | 100 | 40 | 57 | 47 | 70 |
| [illegible] | 692 075 10 | 278 014 60 | 301 912 00 | | | | | | | |
| [illegible] | | | | | | 100 | | | | |
| [illegible] | 11 [illegible] 70 | | | 43 [illegible] 20 | 164 041 20 | 100 | 228 | | 95 | 658 |
| [illegible] | 43 [illegible] 00 | 101 117 60 | 2 [illegible] 00 | 122 063 [illegible] | 834 613 10 | 100 | 5 | | 11 | 76 |
| [illegible] | 1 098 [illegible] 20 | 31 182 40 | 6 260 00 | 12 120 60 | | 100 | 56 | 41 | 80 | |
| [illegible] | 108 [illegible] | [illegible] 10 | | | 4 103 387 60 | 100 | 47 | 11 | 6 | 10 |
| [illegible] | 1 612 319 [illegible] | 2 [illegible] 00 | 4 676 321 70 | 2 171 115 60 | | 100 | 44 | 11 | 6 | 12 |
| [illegible] | 10 186 249 10 | 11 085 40 40 | | | 5 102 045 20 | | | | | |
| [illegible] | | | 4 685 [illegible] 70 | 2 651 847 60 | | | | | | |
| [illegible] | 19 473 [illegible] 20 | 10 240 077 60 | | | | | | | | |
| [illegible] | | | | | 9 [illegible] 20 | 100 | 72 | 38 | 38 | 171 |
| [illegible] | [illegible] 102 [illegible] 80 | 4 942 [illegible] 20 | 2 [illegible] 00 | 2 [illegible] 00 | 4 282 00 | 100 | 61 | 6 | 11 | [illegible] |
| [illegible] | 1 082 718 20 | [illegible] 00 | 62 [illegible] 00 | 120 [illegible] 00 | 97 289 80 | 100 | 3 | 1 | | 61 |
| [illegible] | 1 078 [illegible] 80 | 27 808 70 | 12 [illegible] 70 | [illegible] 067 00 | 1 786 097 00 | 100 | 45 | 18 | 29 | |
| [illegible] | 2 931 [illegible] 60 | [illegible] 547 80 | [illegible] 425 90 | | | | | | | |
| [illegible] | | | | 3 040 575 20 | 11 417 100 20 | 100 | 56 | 25 | 28 | 108 |
| [illegible] | 10 558 123 90 | [illegible] 778 70 | [illegible] 768 20 | | | | | | | |
| [illegible] | | | | | | | | | | 100 |
| [illegible] | | | | 3 275 | 3 275 30 | | | | | |
| [illegible] | | | | | | | | | | |
| [illegible] | | | | | | | | | | |
| [illegible] | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | [illegible] 022 610 60 | 25 682 790 00 | 7 996 812 40 | 6 075 259 70 | 16 888 698 00 | 100 | 47 | 15 | 11 | 31 |

## EXERCICIO DE 1952

### DESCONTOS CONCEDIDOS POR ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPÔSTO

| UNIDADES DA FEDERAÇÃO | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | % | % | % | % | % | % | % | % |
| Amazonas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pará | 31 [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Maranhão | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Piauí | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Ceará | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Norte | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraíba | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Pernambuco | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Alagoas | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Sergipe | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Bahia | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Espírito Santo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio de Janeiro | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Distrito Federal | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| São Paulo | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Paraná | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Santa Catarina | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Rio Grande do Sul | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Minas Gerais | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Mato Grosso | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| Goiás | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| TOTAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

## IMPÔSTO DE RENDA

### LUCROS EXTRAORDINÁRIOS

### Arrecadação Geral

| Estados | NÚMEROS ABSOLUTOS 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 | NÚMEROS RELATIVOS 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | | | | | |
| Amazonas | 191 111 60 | 194 205 30 | 226 144 30 | 181 911,00 | 14 959,50 | 100 | 102 | 134 | 95 | 8 |
| Pará | 350 140 80 | 53 201 30 | 272 672 10 | 236 513,00 | 214 478,00 | 100 | 15 | 78 | 68 | 61 |
| Maranhão | 311 232 10 | 247 229 40 | 329 320 40 | 418 424 00 | 229 437,50 | 100 | 46 | 98 | 77 | 42 |
| Piauí | 142 822 00 | 179 071 10 | 8 951 20 | 12 595 80 | 19 166,70 | 100 | 110 | 6 | 10 | — |
| Ceará | 145 309,20 | 46 347 80 | 99 491 90 | 11 461 90 | | 100 | 32 | 61 | 11 | 19 |
| Rio Grande do Norte | 102 141 40 | 62 574 10 | | 12 240 10 | | 100 | 61 | 97 | 20 | |
| Paraíba | 60 781 00 | 23 872 20 | 133 227 90 | 15 056 20 | 2 346,40 | 100 | 39 | 190 | 22 | 4 |
| Pernambuco | 46 911 00 | 66 948 20 | 1 204 128 60 | 480 181,60 | 153 901,70 | 100 | 104 | 368 | 139 | 147 |
| Alagoas | 326 812 30 | 30 387 20 | 41 963 30 | 153 901,70 | 25 256,50 | 100 | 126 | 179 | | 107 |
| Sergipe | 23 199 10 | 29 722 10 | | | | | | | | |
| Bahia | 888 280 70 | 747 717 30 | 1 187 762 80 | 507 259 00 | 526 951,20 | 100 | 84 | 168 | 57 | 59 |
| Minas Gerais | 102 925 30 | 18 075 20 | 172 280 40 | 73 256,00 | 432 434,40 | 100 | 100 | — | 406 | |
| Espírito Santo | 273 503 00 | 105 332 70 | 478 521 10 | 243 067 40 | 435 320,90 | 100 | 102 | 458 | 236 | 29 |
| Rio de Janeiro | 304 884 90 | 271 762 00 | | 42 089 20 | | 100 | 47 | 84 | 94 | 80 |
| Distrito Federal | 26 342 00 | 61 025 20 | | 15 519,60 | | 100 | 32 | | 24 | |
| Rio Grande do Sul | 10 938 841 50 | 4 570 186,30 | 2 328 043 80 | 1 599 813 90 | 1 666 395,70 | 100 | 27 | 14 | 11 | 10 |
| Paraná | 7 894 055 70 | 5 027 281 20 | 3 278 815 60 | 2 815 166 10 | 2 234 150,70 | 100 | 28 | 18 | 16 | 12 |
| São Paulo | 9 081 812 40 | 2 077 887 10 | 3 318 192 50 | 4 027 960 20 | 6 543 292,00 | 100 | 23 | 37 | 44 | 72 |
| Paraná | 490 540 50 | 361 079 40 | 308 190 23 | 215 291 00 | 5 940,00 | 100 | 72 | 73 | 50 | 1 |
| Santa Catarina | 77 439 00 | 546 676 20 | 490 986 90 | 201 771 10 | 154 694 50 | 100 | 710 | 638 | 260 | 200 |
| Rio Grande do Sul | 1 562 841 00 | 988 384 90 | 1 283 555 90 | 1 011 775 00 | 754 990,00 | 100 | 63 | 82 | 67 | 48 |
| TOTAL | 11 212 913 70 | 964 924 20 | 5 490 775 40 | 5 549 867 20 | 7 428 917,40 | 100 | 35 | 49 | 49 | 68 |
| Território do Acre | 115 653 50 | 57 275 20 | 9 822 80 | 121 305,20 | 37 394,00 | — | 100 | 17 | 212 | 65 |
| Território do Guaporé | | 87 187 30 | 2 296 80 | 272 147,80 | 40 501,30 | | 75 | 5 | 235 | 35 |
| Território do Rio Branco | | | 16 119 60 | 393 453,00 | 77 868,00 | 100 | 125 | 14 | 340 | 67 |
| TOTAL | 115 653 50 | 144 462 50 | | | | — | — | — | — | — |
| Fonte: V. Tabela | | | | | | | | | | |
| TOTAL GERAL | 30 452 186 00 | 10 110 917 80 | 10 802 823 00 | 9 648 169,30 | 10 497 355,10 | 100 | 33 | 35 | 31 | 34 |

## EXERCÍCIO DE 1952

### DESCONTOS CONCEDIDOS POR ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPÔSTO

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

## EXERCÍCIO DE 1952

### DESCONTOS CONCEDIDOS POR ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPÔSTO

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | PESSOA JURÍDICA | | | TOTAL GERAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | TOTAL | | |
| | | | | | 3% | 1% | | | |
| | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 14 292,70 | 1 534,40 | 223,50 | 16 050,60 | 27 045,00 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 14 [illegible] | 14 234,70 | 4 004,[illegible] | 1 959,20 | 16 198,20 | 61 127,30 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 3 743,90 | 624,10 | 64,51 | 4 434,50 | 5 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 639,50 | 42,70 | 2 305,20 | 4 899,20 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 2 661,70 | 1 352,00 | 5,10 | 4 018,80 | 5 399,90 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 1 450,40 | 1 882,80 | 322,00 | 13 664,20 | 14 513,40 |
| [illegible] | 720,[illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 10 740,60 | 1 496,40 | 136,[illegible] | 22 363,10 | 29 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 34 [illegible],70 | 4 721,20 | 463,20 | 40 046,10 | 69 982,00 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 7 313,70 | 3 350,90 | 369,20 | 9 033,70 | 12 [illegible],30 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 11 [illegible],20 | 1 6[illegible],90 | 597,80 | 13 518,90 | 23 [illegible],10 |
| PARAÍBA | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 9 063,10 | 1 421,[illegible] | 235,20 | 10 720,20 | 12 [illegible],30 |
| Delegacia Regional | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 20 [illegible],30 | 3 112,80 | 833,00 | 24 219,10 | 36 763,40 |
| Delegacia Secional Campina Grande | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | | | | | |
| TOTAL | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | | | | | |

EXERCICIO DE 19[illegible]

[illegible]

## EXERCÍCIO DE 1952

### DESCONTOS CONCEDIDOS POR ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO DO IMPÔSTO

| | PESSOA FÍSICA | | | | PESSOA JURÍDICA | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | MARÇO | | JANEIRO | FEVEREIRO | MARÇO | | TOTAL GERAL |
| | Cr$ | $ | Cr$ | Cr$ | Cr$ | $ | Cr$ | Cr$ | Cr$ |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 7 400 801,20 | [illegible] | [illegible] | 8 223 930,00 | 820 241,80 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 7 108 273,40 | 8 637 294,40 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | 698,[illegible] | 6 921,20 | [illegible] | 4 [illegible] | 858,20 | 26 924,90 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 26 171,70 | [illegible] | 462,40 | 1 680,10 | 62 475,30 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 21 80[illegible] | 4 041,80 | 442,00 | 26 348,40 | 84 [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 79 193,80 | [illegible] | 650,40 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 29 363,[illegible] | 4 060,80 | 1 439,20 | 26 764,74 | 67 329,10 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 91 248,40 | 12 092,70 | 698,80 | 160 521,13 | 200 105,24 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 48 119,40 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]

**EXERCÍCIO DE 1952**

**COTA DO IMPOSTO DE RENDA DESTINADA AOS MUNICÍPIOS**

**A cada município Cr$**

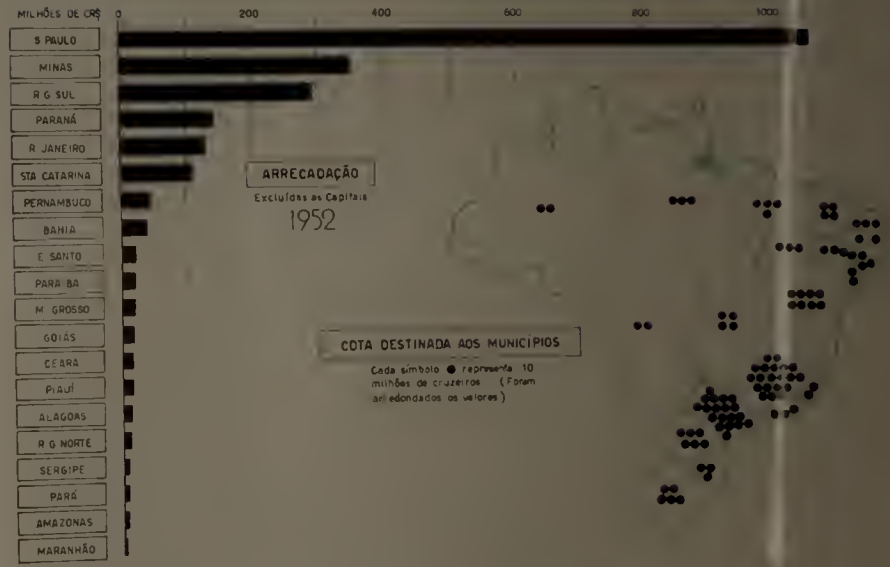
| ESTADOS FEDERADOS | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|
| | Cr$ | % | Cr$ |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible]

**EXERCÍCIO DE 1952**

ARRECADAÇÃO DO ADICIONAL DE 15% [illegible] REFERENTE AO ART. 3º DA LEI 1.474 DE 16-11-1951

| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# IMPÔSTO DE RENDA



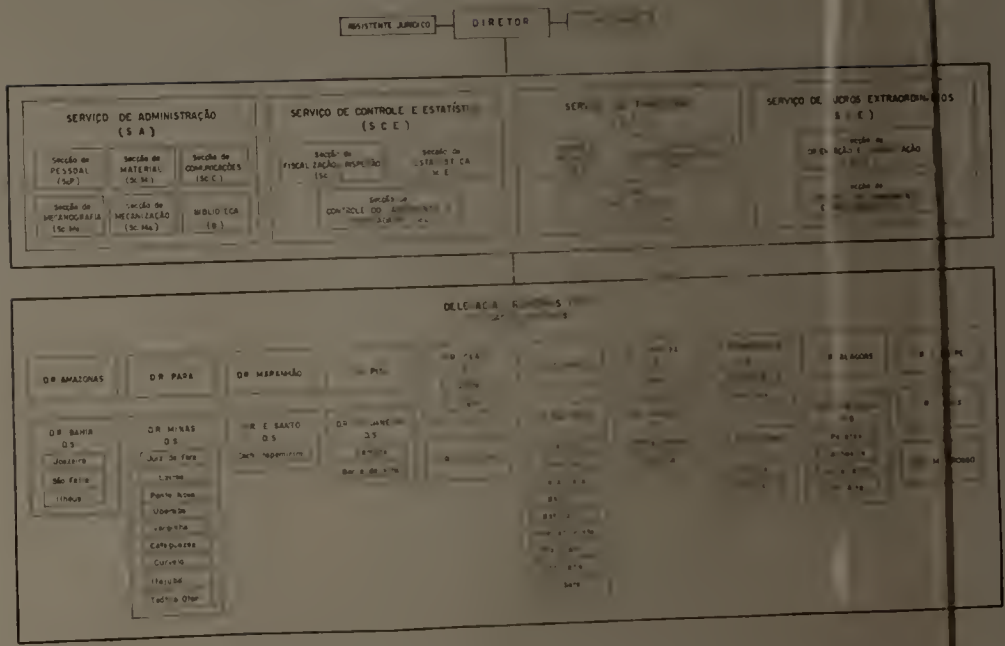
## EXERCÍCIO DE 1952

### DELEGACIAS DE POLÍCIA

**Movimento Geral**

| | PESSOA FÍSICA | | | | ESTRANGEIRO | | | | TOTAL | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |

# DIVISÃO DO IMPÔSTO DE RENDA



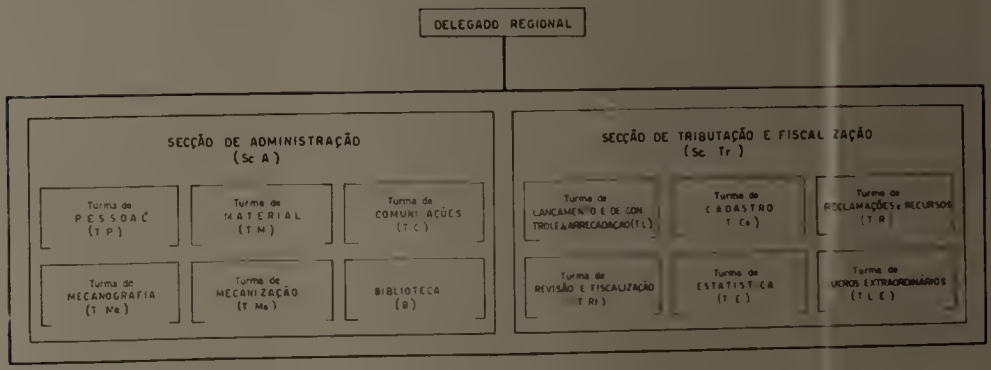
## IMPÔSTO DE RENDA

### DECLARAÇÕES DE RENDIMENTOS

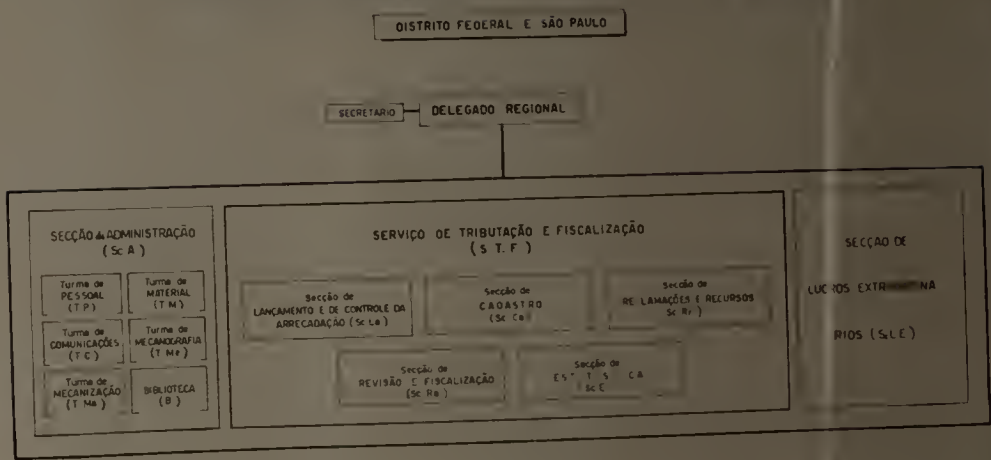
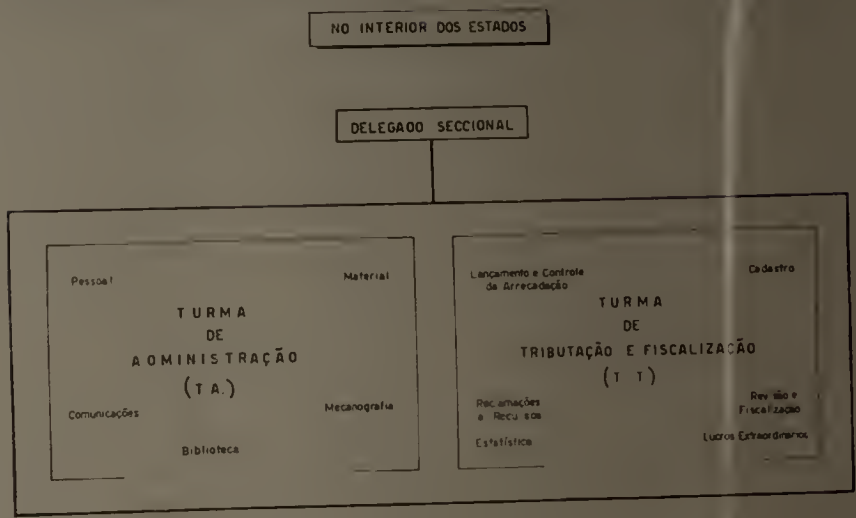
| | NÚMEROS ABSOLUTOS | | | | NÚMEROS RELATIVOS | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 1948 | 1949 | 1950 | 1951 | 1952 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 107 | 127 | 148 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 102 | 94 | 116 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 7 097 | 100 | 102 | 149 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 106 | 112 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 101 | [illegible] | 120 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 101 | 109 | 108 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | [illegible] | 102 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 104 | 107 | [illegible] | 124 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | [illegible] | 79 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 98 | 84 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | [illegible] | [illegible] | 2 | 126 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 99 | 100 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 107 | 114 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 12 | 127 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 109 | 127 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 107 | 128 | 139 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | [illegible] | 128 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | [illegible] | 129 | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 106 | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 127 | 131 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 19 412 | 100 | 12 | 127 | 103 | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | 98 | [illegible] | [illegible] | 122 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 106 | [illegible] | [illegible] | [illegible] |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 101 | 102 | [illegible] | [illegible] | 123 |
| [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | [illegible] | 100 | [illegible] | 128 | 122 | 118 |

# DELEGACIA REGIONAL DO IMPÔSTO DE RENDA

NAS DEMAIS CAPITAIS DE ESTADOS



# DELEGACIA REGIONAL DO IMPÔSTO DE RENDA



# DELEGACIA SECCIONAL DO IMPÔSTO DE RENDA